# Cidadania e Pobreza

## A margem da sobrevivência em Teresina

(1877 - 1914)

PIAUÍ


5.589 981 221
1995
2/1996 021868

MARIA MAFALDA BALDOINO DE ARAÚJO

# COTIDIANO E POBREZA

A magia da sobrevivência em Teresina
(1877-1914)

21.065
300.56
A663
Ex.7

Teresina
1995

Araújo, Maria Mafalda Baldoino de
Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência
em Teresina. - Teresina: Fundação Cultural
Monsenhor Chaves, 1995.
p. 132

1. SITUAÇÃO SOCIAL - POBREZA -
TERESINA I. Título
CDU 308:339.2 (812.21)

DIREITOS RESERVADOS

Fundação Cultural Monsenhor Chaves
Rua Elizeu Martins, 1426 - Fone: (086) 221-3646
64000-120 - Teresina - PI

UNIVERSIDADE ... DO PIAUÍ
BIBLIOTECA ...

# ÍNDICE

Introdução ..... 13

CAPÍTULO I
Imaginário Progressista Versus Pobreza ..... 17

CAPÍTULO II
Cenas do Viver em Teresina ..... 36

CAPÍTULO III
Imagens da Pobreza e a Luta pela Sobrevivência ..... 52

CAPÍTULO IV
Instituições Sociais: Assistência à Pobreza? ..... 85

Bibliografia Consultada ..... 113

*Se do albergue que moro vejo lume*
*Que bate em minha fronte vigorosa,*
*Se eu sinto - mocidade esperançosa*
*Me sorrir alegre como um nome...*
*O q'quero n'este munto? O q'desejo?*
*Porém sou pobre...*

*(...)*

*Eu sou pobre, porém tenho um coração*
*Tenho alma, tenho gozos, tenho vida*
*Tenho lyra, poesia... Arde um vulcão*
*Em meu pensamento. Página dorida...*
*Não me falte mais nada... Sou feliz,*
*Tenho amor, tenho tudo, o q'mais quero?*
*Sou pobre!...*

**(Tetra. O Pobre. O Semanário. Therezina, n. 359, 16 de novembro de 1884, p. 1.)**

# AGRADECIMENTOS

A tese Cotidiano e Pobreza, impasses da sobrevivência em Teresina (1877-1914), ora transformada em livro, com rápidas modificações, recebeu o título: **Cotidiano e Pobreza** a magia da sobrevivência em Teresina (1817-1914). É uma produção acadêmica, fruto da concentração de esforços para realização da Tese de Doutorado em História Social, defendida na USP, em 11 de agosto de 1994. Participaram da arguição os doutores Maria Odila Leite da Silva Dias (orientadora), Maria Inez Machado Borges Pinto, Maria Stella Martins Bresciani, Elias Thomé Saliba e Miridan Britto Knox Falci. Todos foram úteis e contribuíram, com críticas e apreciações, na execução deste trabalho.

Outras pessoas e instituições também contribuíram para esta obra, como:

- Universidade Federal do Piauí, com seu apoio financeiro.
- Departamento de Geografia e História da FUFPI, com o estímulo de colegas, especialmente Maria Cecília Silva de Almeida Nunes, Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, Maria Célis Portela Nunes, Maria do Socorro Waquim e José Luís Lopes de Araújo.
- Arquivo Público e Biblioteca Pública do Piauí, através da sua equipe de trabalho.
- Biblioteca Particular do Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar, franqueada por sua filha, D. Genu Moraes.
- Biblioteca do Curso de História da USP, em cujo acervo nos alimentamos de preciosas informações.
- Fundação Cultural Monsenhor Chaves, a grande responsável por essa publicação.
- Maria Lúcia de Barros Mott de Melo Sousa, Maria José Moura e o casal Antonio Carlos de Andrade e Zilneide Ferreira, pela gentileza da acolhida em São Paulo.
- Sueli de Meneses, pessoa acolhedora e humana, nos fazendo hóspedes em seu apartamento.
- Déa Ribeiro Fenelon e Maria Antonieta Martinez Antonacci, importantes experiências acadêmicas, de que muito nos valemos.
- Professores Airton Sampaio e a amiga Maria José Mendonça, responsáveis pela revisão dos textos, bem como Juraci Ribeiro dos Santos na composição gráfica.

Queremos, outrossim, agradecer ao Tiago (esposo), Rafael e Lívia (filhos), pela colaboração e apoio em todos os momentos, ao tempo em que lhes dedicamos este trabalho, parte de nossa vida em família.

A todos registramos o nosso "muito obrigada".

"Os nossos pobres. Os nossos pobres são em números bem elevados, n'um crescendo de chamar a atenção dos poderes do Estado. Os que, aos sábados, percorrem as ruas, batendo às nossas portas em busca da xícara de farinha, ou do dez réis que é o preço da tabela por quanto caridade popular resgata a alma das penas de Belzebouth; os que nos pedem súplices, expondo as misérias íntimas como quem faz reclamo, exageradamente, esses são nada em relação ao sem número dos que passam desgraçadamente portas a dentro, que sofrem moralmente um inferno de torturas, ocultamente, como se uma chaga lhes roesse a existência.

Theresina é a pátria do vintém, a terra da pobreza, onde um centil é capital respeitável! Vá o leitor a uma dessas vendas de arrabalde, vendas que têm o ar de falidas há pouco e verá como a gentalha faz ginástica com cem réis surtindo-se, por um dia, dos mais variados artigos, desde a rapadura para o moka até o fumo para o cachimbo. Dizia um inglês meu conhecido que avaliava as condições econômicas de um lugar pelo preço das fichas no clube. Entre nós, como o último clube é com Deus, poderia o meu amigo encarnado auscultar a riqueza da terra penetrando o interior de uma dessas bodegas onde impera a garrafa de patati encimada pela medida de flandre... É verdade que os clubes são a válvula por onde escapa o speleen abastança, ao passo que as vendas são o rendez-vous da miséria, dessa miséria indolente que traz mulambos e mulambos ensêbados. Dá no mesmo, porém.

Quando vejo esse cordão de maltrapilhos, ao qual já pertenceram o Peru e o velho Reinaldo, e que ainda contra no seu seio o tradicional pombinha, numa vozeria de desesperados, pedindo com insistência para serem minguadamente socorridos, lembro-me desse outro cordão de miseráveis que tem vergonha da sua desdita, condenados à inanição, minados pela tuberculose, aspirando vagamente vida melhor que nunca chega, até que cansados lá deixam o lugar a outra infeliz..."

(Caio Lima. De Relance. **Correio de Teresina.** Theresina, n. 37, 20 de outubro de 1913, p. 2)

# UM NOVO OLHAR DE HISTORIADOR

*A vida cotidiana não está "fora" da história, mas no "centro" do acontecer histórico, é a verdadeira "essência" da substância social.*

*Agner Heller*

Com este livro, escrito inicialmente para uma tese de doutoramento na Universidade de São Paulo, tendo como orientadora a Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias, a autora, professora Maria Mafalda Baldoino de Araújo, oferece ao leitor um texto de linguagem direta, leve clara e elegante.

Maria Mafalda, ao eleger a pobreza como seu objeto de estudo, utiliza a metodologia da história social, regional, tendo como vertentes de análise o cotidiano e o imaginário. A obra resgata toda uma experiência humana, retratando cenas do viver de agentes sociais, até hoje relegados pela historiografia local. Trabalhando sobre o período final do século XIX e início do século XX, inaugura um novo campo de estudo para os historiadores do Piauí.

Com muita propriedade, a autora utiliza e analisa, de modo articulado e significativo, uma rica documentação, onde explora textos de cronistas, prosadores, folcloristas, romancistas, poetas e articulistas anônimos. No tratamento dado a essas fontes, Maria Mafalda resgata a função dos letrados enquanto agentes sociais históricos na construção sócio-cultural da cidade, o que possibilita ao leitor uma aproximação com a cultura dos homens de letras da época.

A historiadora, no seu diálogo com as evidências, constrói com muita sensibilidade a história do cotidiano da pobreza em Teresina. Narra o dia-a-dia dos migrantes, trabalhadores livres, órfãos, mendigos e mulheres e registra, com propriedade, emoções, sonhos e sentimentos daqueles que, ora trabalhando, ora divertindo-se, refletem seus hábitos, costumes e tradições na "magia da sobrevivência", na expressão da autora.

Maria Mafalda, como historiadora social, interpreta a trama do viver da cidade, reconstruindo a história de Teresina em toda uma dimensão social. Evidencia contradições e ambiguidades do espaço, discurso progressista da elite contrapondo-se às condições histórico-culturais da cidade. Retrata, portanto, um trajeto, onde são vislumbrados o real e o imaginário.

**Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina** é um livro de grande dimensão para a historiografia piauiense, pois apresenta uma maneira diferente de olhar a cidade de Teresina. Só resta, agora, convidar o leitor para acompanhar a autora neste percurso.

Maria Cecília Silva de Almeida Nunes
Março, 1995

# INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o cotidiano da pobreza na cidade de Teresina no final do século XIX e primeira década do século XX. Para isso, utilizamos inúmeras fontes, pesquisadas no sentido de resgatarmos as experiências dos agentes sociais "desclassificados" dessa sociedade. Nossa preocupação foi a de recuperar as lutas sociais de homens, mulheres e crianças pobres, que viviam numa cidade pequena e provinciana, onde o discurso "ordem e progresso" começou a se propagar.

A população do Piauí e, particularmente, a de sua Capital viveu, naquela época, uma situação crítica de miséria, provocada pela imigração nordestina. Em decorrência da seca (1877-1879), famílias inteiras fugiam de suas províncias, na busca de melhores condições de sobrevivência, para a Amazônia, na época região da borracha. Todavia, esses migrantes por aqui ficavam em virtude da falta de condições físicas de prosseguir viagem e do medo do desconhecido que povoava suas mentes. Essa população migrante era composta de homens, mulheres, jovens, velhos e crianças, fato que agravou ainda mais o estado de miséria no qual viviam as cidades piauienses, particularmente Teresina, pela falta de alimentação, moradia e emprego. A esta população se juntavam os pobres da cidade, que moravam no subúrbio, em precárias condições de sobrevivência, ou mesmo debaixo de árvores à margem do rio Parnaíba ou pelas ruas e praças, onde mendigavam a caridade pública. A marginalidade social tornava-se explícita na cidade de Teresina, que, neste momento, dava passos no processo de urbanização.

Nossa reflexão sobre o quadro da pobreza nos levou a várias indagações, dentre as quais a de como vivia o homem pobre na cidade de Teresina. Por outro lado, para melhor compreensão do objeto de estudo, refletimos como a sociedade via e agia frente ao comportamento da pobreza e de suas mazelas. Pela documentação utilizada, vimos esses comportamentos serem julgados segundo os padrões morais e normativos da conduta elitista de então. Por essa reflexão, consideramos que resgatar a luta diária de homens, mulheres e crianças pobres nos levaria à reconstrução de um universo específico, ou seja, à reconstrução do modo de vida dessa gente pobre, com seus anseios e frustrações, numa magia*. Evidenciamos que parte dessa população, constituída de trabalhadores livres, ganhava a sua sobrevivência "na base das ocupações informais e flutuantes vivendo à custa de improvisação de expedientes variados".[1] Evidenciamos, também,

* *Esclarecemos que a denominação magia utilizada nesta análise corresponde fundamentalmente às experiências da vida cotidiana do homem pobre, na luta pela sua sobrevivência. Ela está no contexto das práticas mais simples como a de esmoler, pedinte, às atividades ocasionais aos rituais que o levaria ao fantástico, como também ao lazer, onde buscava encanto e fascinação, tornando sua vida mais amena e menos angustiada.*

[1] *PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo; Tese (Doutorado em História Social) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1984.*

uma conjuntura de crise marcada pela falta de crescimento nas atividades econômicas - agrícolas e pastoris e, ainda, pelos problemas advindos da seca, pois Teresina inchava mais que crescia com a presença dessa massa de trabalhadores pobres, migrantes que excediam as necessidades do mercado, por demais pequeno.

- Na investigação das fontes, encontramos o discurso dominante marcado por um imaginário de "ordem e progresso" que seria implementado em Teresina mediante a execução de seus projetos. Eram discursos permeados de juízos normativos e de valores segundo os quais a pobreza deveria ser enquadrada. Aliás, as propostas para a população pobre e migrante giravam em torno de uma política assistencialista de doações de cereais, roupas e medicamentos ou, ainda, da abertura de obras públicas para dar-lhe ocupação. Foram criados nessa época os chamados Núcleos Coloniais, com o fim de colocar os pobres para trabalhar na lavoura. Aliás, os discursos traduzem a necessidade de todos trabalharem, como imperativo da ordem e do progresso social.

Através da pesquisa, percebemos a visão dos políticos administradores, cronistas e poetas sobre a mendicância, os trabalhadores pobres, os migrantes, os loucos, as crianças carentes, os vadios e as prostitutas, uma vez que não existia um espaço no qual pudessem expressar suas dores e alegrias. Daí a importância da reconstituição da narrativa desses discursos, para extrairmos a imagem da pobreza constituída historicamente pela elite dirigente na cidade de Teresina.

Com o intuito de controlar a população carente, que vivia perambulando pelas ruas da cidade e provocava conflito e angústia à sociedade, direciona-se às Instituições Assistenciais, como Colégio dos Órfãos, Colégio dos Educandos Artífices, Asilo de Alienados e Asilo de Mendicidade, o que nos levou a analisar algumas dessas instituições, a partir de suas propostas e regimentos.

Esse estudo nos conduziu ao questionamento sobre se essas instituições eram formas de controle da população carente. Seriam essas instituições a maneira moderna e civilizada de assistir à pobreza? O discurso da elite da época é muito marcado pela necessidade de existência dessas instituições, as quais tinham como objetivo comum retirar das ruas órfãos, mendigos e loucos, evitando, assim, conflitos sociais.

Preocupamo-nos em fazer indagações sobre essas instituições, com o objetivo de melhor compreensão do objeto de estudo, tarefa difícil tanto pela escassez de documentos quanto pela ausência de registros de como essa população pobre vivia nessas instituições. Assim, tentamos resgatar o que nos foi possível, buscando nas entrelinhas de uma documentação oficial as informações que se encontram ralas e fragmentadas, como nos orientou a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias.

Para trabalharmos com esse segmento social marginalizado - mendigos, órfãos, trabalhadores pobres e migrantes em sua totalidade, tivemos de percorrer vários caminhos, valendo ressaltar o apontado pela historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, que nos mostrou, em sua rica análise **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**, como trabalhar a história do cotidiano dos oprimidos. Aliás, ela nos ensina que o "cotidiano tem revelado na história social como área de improvisação de papéis informais novos e de potencialidades de conflitos e confrontos onde se multiplicam formas peculiares de resistência e de luta"[2]. Também são valiosas as análises de E.P. Thompson,[3] por se tratar de experiência e luta dos trabalhadores, e, nesta perspectiva, a tese de doutorado da historiadora Maria Inez Machado Borges Pinto.

Quanto à escolha do período 1877-1914, ela se deu, principalmente, pelo fato de marcar para Teresina uma época de tentativas de ordenação do espaço urbano, quando seu ar típico de cidade "ordeira" e "pacata", como registra a memória oficial, se altera com a instalação de novos habitantes migrantes nordestinos e do interior do Piauí, contribuindo para aumentar os conflitos sociais na cidade. Vimos, portanto, o momento em que a cidade se envolve no imaginário progressista da elite, quando se aguçavam as contradições sociais presentes numa estrutura provinciana.

O espaço urbano teresinense tornou-se, então, uma evidência da preocupação de uma elite com a manutenção da ordem, expressa nos relatórios policiais, Mensagens e Relatórios dos governantes, Código de posturas, dentre outros.

Nosso estudo concentrou-se na análise sobre a pobreza a partir da organização do espaço urbano, no período em estudo, recorrendo às análises dos discursos de autoridades dirigentes, imprensa, testemunhos contemporâneos, pesquisadores, historiadores, cronistas e poetas. Por esses discursos percebemos como o olhar da elite via a pobreza e como essa elite atuou no interior da sociedade de maneira a possibilitar o controle social.

Consideramos o texto literário fonte privilegiada por apresentar sentimentos, valores e crenças no dia-a-dia de homens, mulheres e crianças em suas atividades de trabalho e de lazer. Crônicas, contos, romances e poesias revelam os costumes e a cultura regional onde a temática da seca e da pobreza é bastante forte.

---

[2] *DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 8.*

[3] *THOMPSON, E.P. A Formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 2.*

O trabalho foi organizado e desenvolvido sem perder de vista o processo histórico no qual se insere o nosso objeto de estudo. Isto se deu de maneira a que pudéssemos recolocar a trama de construção da história social desta cidade.

Com este trabalho, pretendemos desvendar o cotidiano da pobreza da cidade de Teresina, reconstruindo suas experiências ligadas à luta pela sobrevivência, através das tarefas improvisadas, dos momentos de lazer e da resistência ao poder instituído. São novos registros que vêm preencher as lacunas existentes na historiografia piauiense, uma vez que o tema em questão ainda não foi trabalhado. Além disso, pretendemos, com este estudo, desencadear novas pesquisas e novas reflexões sobre a pobreza e a cidade.



# CAPÍTULO I

## IMAGINÁRIO PROGRESSISTA *VERSUS POBREZA*

*"Algum tempo já passado*
*Aportava o "Uruçuí",*
*Gente que nem formigueiro*
*O povo todo daquí,*
*Viu no primeiro vapor*
*Recebido com calor,*
*O progresso do Piauí".*

*(Arimathéa T. Filho - Teresinando em cordel - Teresina, COMEPI, 1982).*

Pensar o Piauí, na virada do século XIX para os primeiros anos do século XX, nos leva a refletir o que foi, historicamente, a transição do período monárquico para uma "nova ordem", a República, período esse movimentado por crises políticas que perpassaram todo o país.

Desejos e esperanças de um novo regime se evidenciam no imaginário republicano brasileiro. Aliás, os republicanos partem de um diagnóstico da "monarquia, como o sistema de governo de vícios, que não satisfaz as necessidades do presente, funciona mal e comprime o organismo social, não permitindo, portanto, o desenvolvimento das suas forças sociais de renovação. Estas forças de renovação eram as do progresso"[1]. A exemplo das ocorrências nas cidades européias e americanas, "a imagem do progresso - versão prática do conceito homólogo de civilização - transformou-se na obsessão coletiva da burguesia brasileira"[2], obsessão esta reveladora da outra face do progresso - a pobreza.

[1] *SALLES, Iraci Galvão. Trabalho, progresso e sociedade civilizada (o Partido Republicano Paulista e a Política de Mão-de-Obra 1870-1889) São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo, 1980, p. 31.*

[2] *SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão social. Tensões sociais e criação cultural na primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 29.*

No Piauí, o novo regime federativo, legitimado juridicamente pela Constituição Estadual de 1891, não trouxe mudanças profundas para o Estado. Não obstante, foi um período marcado por lutas pela manutenção de sua autonomia, uma vez que existiam ameaças de o Piauí ser incorporado às unidades federativas limítrofes, em face da alegada insuficiência de recursos para sua auto-sustentação.[3] Contudo, realizaram-se transformações de natureza político-administrativa, que buscavam a consolidação da autonomia do Estado. Uma delas foi a ampliação do número de postos fiscais, objetivando uma maior receita do Estado através de uma forte fiscalização na cobrança dos impostos estaduais.[4]

A oposição, através do jornal **O Democrata,** faz críticas à questão dos impostos.

> *"... o povo sofre todas as vexações desses impostos pesadíssimos que vão parar nos bolsos dos apaniguados do Coelhado... Para entulhar os buracos cavados no orçamento pela velhacaria dos seus agentes, os homens do poder procuram aumentar os impostos..."*[5]

Os impostos incidiam sobre a pecuária e as atividades comerciais. Eram impostos sobre a exportação do gado e seus derivados, como couros, solas, peles, chifres e crinas, além do dízimo e do imposto sobre gado abatido.[6]

[3] *NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. A luta pelo Poder Político: ascensão e queda da oligarquia Pires Ferreira (1889-1920). Trabalho de pesquisa do curso de Mestrado da UFPE. Teresina: 1988, p. 26. (mimeo)*

[4] *PIAUÍ. Leis e Decretos. Lei nº 18 de 12/10/1892 p. 155-169. Lei nº 27 de 12/12/1893 Teresina: Tipografia d'O Piauí, 1893 p. 11-25.*

[5] *Jornal O Democrata. Teresina, 13/06/1892, p. 1.*

[6] *É importante salientar os trabalhos de QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. A importância da borracha de maniçoba no Piauí, 1900-1920. Dissertação (Mestrado em História Econômica) Universidade Federal de Curitiba, 1984. COSTA, F.A. Pereira da Cronologia Histórica do Estado do Piauí, Rio de Janeiro: Artenova S.A., 1974.*



Nesta fase, ocorrem confrontos entre algumas facções políticas, particularmente do grupo de oposição ao governo, que reage às mudanças contrárias aos seus interesses. Aliás, esta é uma das características dos grupos oligárquicos[7] na disputa pelo poder. Embora esses grupos, uns rotulados de "liberais", outros de "conservadores", se confrontassem, na verdade pertenciam a uma mesma classe social de elite, com os mesmos objetivos e concepções ideológicas. Os confrontos se davam apenas em épocas de eleições, quando seus interesses pessoais eram atingidos. Daí fazerem novas recomposições ou alianças,[8] pois nenhum deles queria perder o poder. Utilizavam a imprensa escrita como estratégia política de apoio ao poder: propagando suas idéias, fazendo críticas à oposição ou apoiando seu grupo político. Alguns desses periódicos foram efêmeros, outros mais duradouros, havendo ainda os que, com o passar do tempo, mudavam de nome, como é o caso do Amigo do Povo (1868), substituído pelo nome Oitenta e Nove, a partir de fevereiro de 1873.[9]

Segundo um político conservador, o jornal era a arma que possuíam para fazer oposição.[10] Através desses periódicos, observamos os conflitos políticos, bem como o discurso respaldado no ideário positivista.

A capital do Piauí, Teresina, passou, por essa época, por um conjunto de mudanças superficiais, projetadas por um grupo da elite piauiense. Muito embora Teresina fosse uma cidade pequena, de feições provincianas, percebemos, nos discursos dessa elite, marcas de um imaginário "progressista". Aliás, João Augusto Rosa, secretário de Fazenda do Piauí, ao apresentar relatório ao governador Arlindo Francisco Nogueira (1900-1904), afirmava ter o governo "o dever de zelar pelo progresso e grandeza do Estado".[11]

[7] *Esses grupos têm sua origem nas famílias que se constituíram no Piauí nos séculos XVII e XVIII, principalmente ligadas à terra. Essas famílias, com o seu poder político e econômico, adquiriram prestígio a níveis regional e federal, permanecendo na hegemonia do poder no decorrer do período em estudo. Ver BARBOSA, Tanya Maria Brandão. A Elite colonial piauiense: Família e Poder. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, 1993; e NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida op. cit.*

[8] *Vários são os exemplos de alianças formadas em torno dos líderes políticos, no sentido de preservar seus interesses. Caso notório se deu quando da implantação do regime republicano no Piauí - monarquistas, conservadores, republicanos e liberais, na luta pela preservação do poder político, aderiram ao novo regime e elegeram uma junta governativa. Ver NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida, op. cit. p.p. 51-53.*

[9] *Id. Ibid. p. 45 e segs.*

[10] *FREITAS, Clodoaldo. Os fatores do coelhado. Teresina: O Democrata, 1892. p. 25.*

[11] *PIAUÍ. Secretário de Fazenda, 1904 (João Augusto Rosa). Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, Governador do Estado do Piauí em 20/05/1904 pelo Secretário do Estado da Fazenda João Augusto Rosa - Teresina. 1906, p. 34.*

Essa elite pensava que, para o "progresso" se instalar, teria de haver uma ordenação da sociedade. Nesta perspectiva, Raimundo Arthur de Vasconcelos, governador do Estado do Piauí (1896-1900), considerava "a ordem (...) condição essencial para uma boa administração (...) em prol do progresso do Estado."[12]

A aspiração pelo progresso, revelada nos discursos e na prática, pode ser traduzida nos projetos políticos e nas lutas por iluminação pública, estradas, telégrafos, encanamento d'água e estrada de ferro. Como também pode ser identificada nos projetos que objetivavam a organização do espaço urbano, seja através de medidas policiais, seja pelas leis de ordenamento da cidade, como o código de postura, ou ainda pela intervenção no saneamento e higiene pública, bem como através de instituições assistenciais, como o Colégio dos Educandos Artífices, Santa Casa de Misericórdia, Asilo dos Alienados e Asilo de Mendicidade, que tinham por fim afastar os loucos, coibir a mendicância das ruas, disciplinar o processo migratório, regulamentar o trabalho e prevenir a "ociosidade" e a "vagabundagem".

Ao analisarmos estes discursos, que aparecem de maneira fragmentada e dispersa nos jornais, mensagens e atas do poder público, encontramos indícios de todo um ideário que recriava o imaginário social a partir do progresso e da ordem. Esta era, portanto, a imagem predominante no discurso oficial. Por outro lado, deixava-se também transparecer a preocupação com a crise social decorrente dos problemas políticos e econômicos em que o Piauí se encontrava mergulhado, crise esta que, desde o final do Império, era sentida no desempenho dos governos oligárquicos, em sua busca pela hegemonia do poder.

Quanto à situação econômica, a do Piauí era muito diferente da situação do Centro-Sul. Enquanto nesta região dinamizava-se de forma acelerada a produção do café, no Piauí e em todo o Nordeste a economia se pautava pela atividade de subsistência, imposta pelas peculiaridades históricas e ambientais da região.[13] O nível técnico era elementar, o que tornava baixo o índice de produtividade.

[12] *PIAUÍ. Governador, 1896-1900 (Raimundo Arthur de Vasconcelos). Mensagem apresentada à Câmara Legislativa em 02/06/1898 pelo Dr. Raimundo Arthur de Vasconcelos, Governador do Estado - Teresina, Piauí: 1898. p. 5.*

[13] *QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. "A economia piauiense de 1850-1950, Projeto "delimitação e regionalização do Brasil semi-árido". Teresina. Convênio CNPq/ SUDENE/UFPI, 1985.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Biblioteca Central



O setor agrário se voltava para o consumo familiar, baseado na pequena produção, utilizando terras alheias e meios de produção rudimentares. Segundo a historiadora Maria Cecília Silva de Almeida Nunes, somente os municípios de Barras, Pedro II, Oeiras e Amarante comercializavam parte de sua produção de arroz, milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar. Essas atividades comerciais realizavam-se através da troca desses produtos agrícolas por bens de consumo ofertados pelo comércio ambulante vindo das províncias vizinhas do Piauí.[14]

Como atividade agrícola, o cultivo do algodão sobressai como o único produto agrícola de importância no comércio de exportação, nesta fase. Todavia, esta exportação estava intimamente ligada às flutuações do comércio internacional, por ocasião da Guerra de Secessão (1861-1865). Após a guerra e, consequentemente, a queda de preço desse produto, o Piauí continuou a explorá-lo, atendendo às necessidades do mercado interno e exportando-o, mesmo em escala reduzida, para províncias nordestinas.[15]

Sabemos, pelos registros dos relatórios provinciais, que as estatísticas apresentadas não traduzem de maneira exata a produção do Piauí, devido à saída clandestina do produto algodoeiro pelo Ceará e Maranhão. Os agricultores piauienses cultivavam o algodão em áreas próximas do rio Parnaíba, nos grandes latifúndios, em sistema de parceria ou arrendamento.

Através da pesquisa, constatamos que a economia agrária do Piauí, no período em estudo, caracterizava-se pela combinação da pecuária com o algodão. Aliás, historicamente, a economia piauiense se destacou por suas fazendas de gado, pertencentes aos potentados da pecuária nordestina.

Os naturalistas alemães Friedkich Von Martius e Johann Baptist Von Spix, passando pelo Piauí, em 1820, observaram que as fazendas nacionais não cultivavam o necessário de milho e mandioca, mas se dedicavam, quase exclusivamente, à criação de gado. Estas fazendas, quando administradas pelos Jesuítas, tiveram prosperidade e constituíram a base econômica do Piauí. Nos meados do século XIX, foram arrendadas a particulares e entraram em decadência, não dando receita expressiva para o Estado.[16]

[14] *NUNES, Cecília Silva de Almeida. op. cit. p. 14.*

[15] *ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. Piauí nos meados do século XIX. In: O Poder e a Seca no Piauí (1877-1879) Teresina, Academia Piauiense de Letras, 1991. p. -23-24. Martins, Agenor de Sousa et alli., Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento, Teresina, Fundação CEPRO, 1979. p. 70.*

[16] *Id. Ibid. p. 25-26.*

Segundo Agenor de Sousa Martins, as finanças e a economia emanavam do curral, riqueza básica do Piauí, o que perduraria até a 1ª metade do século XX. São comuns nos relatórios as referências quantitativas de gado para as províncias vizinhas, muito embora não existissem neles estatísticas precisas quanto à exportação de cada uma. O fato evidente é que os produtos derivados da pecuária escoavam para as províncias limítrofes do Piauí, como Bahia, Ceará e Maranhão, quase sempre como contrabando,[17] em tropas de animais, por áreas onde a fiscalização do Estado não era exercida, o que servia para engrossar a exportação dessas províncias.

O pesquisador Odilon Nunes sistematizou alguns dados sobre a exportação de gêneros de produção da pecuária exportados pela alfândega de Parnaíba nos anos de 1853 a 1864.[18] Através dessas referências, percebemos as transações comerciais dos gêneros de produção e manufatura da província. O comércio para fora do Império era feito com a Guiana Francesa, por meio de Naeff Nadle & Companhia e com a Inglaterra, via Casa Inglesa, de Singlehurst Nicholson e Companhia, ambas localizadas na cidade de Parnaíba. Para dentro, era feito com o Maranhão, Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará, tanto pelo Porto de Amarração, que era conduzido de Tutóia (Ma) ao porto do Ceará quanto por terra. Pela cidade de Parnaíba importava-se da Inglaterra, Alemanha e Guiana Francesa bebidas, louças, medicamentos e conservas alimentícias.[19]

Sabemos que, desde a colonização do Piauí, a sua atividade principal foi a pecuária, destacando-se como suporte básico até o início do século XX, quando a atividade econômica do extrativismo vegetal - a borracha de maniçoba, a cera de carnaúba e a amêndoa de babaçu se incorporam no quadro econômico do Piauí, como atividade de maior importância para o Estado. Tais produtos, mesmo inseridos na demanda do comércio internacional, "não se consolidam como atividade dinâmica e duradoura capaz de influenciar nas transformações da estrutura sócio-econômica do Estado".[20]

[17] *Esta era uma das maneiras de lesar o fisco. Tal prática era denunciada através de relatórios de Secretários de Fazenda desse período. Entendemos ter esta prática implicações políticas, uma vez que os fiscais geralmente eram pessoas com vínculo de parentesco com o grupo oligárquico, o que levava ao favorecimento de alguns contribuintes.*

[18] *NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova. 1972. p. 168.*

[19] *Id. Ibid. p. 169.*

[20] *NUNES, Odilon, op. cit. p. 17. QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita, op. cit. (texto mimeografado sem paginação).*



A mudança ocorrida nas relações de produção não afetou muito a economia do Piauí, dada a existência de mão-de-obra livre empregada nas propriedades rurais, muito embora a força de trabalho escrava fosse importante e bastante peculiar à região. Segundo o economista Agenor de Sousa Martins, no sistema de criação piauiense se encontrava o escravo ocupando todas as tarefas, desde a de encarregado geral da fazenda até as funções de segurança e de vaqueiro, conciliando tudo isso com o trabalho agrícola e doméstico.[21] A população escrava do Piauí diminuía, em face de vendas para o sul do país. Muitos escravos foram enviados para a Guerra do Paraguai, enquanto outros receberam alforrias dos donos.[22] Registremos que, em 1880, a população escrava do Piauí era de 21.216 negros, enquanto que na sua capital era de 2.704.[23] Acrescenta Pereira da Costa que a população escrava da província em 30 de junho de 1883 havia sido reduzida para 17.085 escravos.[24]

Três anos após, o presidente Menezes Prado, em seu relatório, faz alusão ao fato de que:

*"O Piauí pouco terá a sofrer com a extinção da escravidão... Poucos são os escravos empregados nas fazendas de criação cujo serviço é feito em geral por homens livres... de sorte que a extinção da escravatura nem assusta, nem aflige".* [25]

A historiadora Miridan Britto Knox, em seu trabalho sobre escravos do sertão, afirma que, no ano de 1872, apenas 11% da população piauiense era escrava.[26]

[21] *MARTINS, Agenor de Sousa et al. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina: Fundação CEPRO, 1979. p. 24.*

[22] *NUNES, Odilon, op. cit. p. 24.*

[23] *COSTA, F. A. Pereira da. Cronologia histórica do estado do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. p. 541, v. 2.*

[24] *Id. Ibid. p. 551.*

[25] *NUNES, Odilon. op. cit. p. 250*

[26] *KNOX, Miridan Britto. Escravos do sertão. Demografia, trabalho e relações sociais. Piauí, 1826-1888. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, 1993.*

Concordamos com tais afirmações, uma vez que historicamente o Piauí, desde o início de sua colonização, conviveu com fluxos migratórios formados pelos excedentes de mão-de-obra oriundos de regiões limítrofes, particularmente a açucareira. Esses homens, aqui chegando, se fixavam como "agregados",* servindo nas diversas atividades das fazendas. Deste modo, o trabalho livre existiu no Piauí quando o sistema de trabalho era escravista, não somente através da figura do vaqueiro, mas também dos mestiços que aqui chegavam em busca de trabalho.

Por essa época, já era adotado no Piauí o sistema de agregado, que utiliza o trabalho livre como forma de remuneração. Assim, valendo-se de sua sorte, o vaqueiro percebia uma quarta de cada 4 novas cabeças de gado contabilizadas.[27]

No período republicano, os trabalhadores livres continuaram seus serviços nas propriedades, conjuntamente com os ex-escravos, sem muita consciência do que vinha a ser o trabalho remunerado.[28]

Havia ainda outras modalidades de trabalho, sem assalariamento, ou uma combinação com outras formas de pagamento, como a meação, a parceria. Nessas modalidades, o homem do campo vivia subordinado ao proprietário de terra, que detinha o poder local, e, de modo geral, agradecido ao "coronel" pelos pequenos favores e apadrinhamentos recebidos.

Os relatórios dos Presidentes da Província, na década de 1870, registraram o estado crítico das finanças no Piauí. O presidente Luís Eugênio, em 1877, informou que a dívida passiva em 1875 era de 365.000$000 réis, tendo ascendido, em março de 1876, a 454.672$976 réis.[29] Acrescentava, outrossim, que as atividades agrícolas e pastoris, fontes de grande riqueza do Piauí, estavam decrescendo em produção, de ano para ano, em virtude de diversos fatores, tais como a ausência da renovação e cruzamento com uma boa raça de gado, o absenteísmo, as dificuldades de transportes e estradas, a rotina do método de uso da terra, ainda dos tempos coloniais e, ainda, a seca, que implicava a falta de pastagens. No entanto, não se descartava a ausência de uma política econômica que favorecesse aquelas indústrias.[30]

* *Lavrador sem terra própria, estabelecido em fazenda alheia, mediante determinadas condições.*

[27] *MARTINS, Agenor de Sousa, op. cit. p. 46.*

[28] *Id. Ibid. pp. 45-47.*

[29] *PIAUÍ. Presidente, 1875-1887 (Luiz Eugênio Horta Barbosa)* ***Relatório do Exmº. Sr. Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa passou a administração da Província do Piauí ao excelentíssimo Sr. Presidente Dr. Graciliano de Paula Batista em 02 de janeiro de 1877. p. 16-19.***

[30] *Id. Ibid. p. 17.*



Quatorze anos após, a situação do Piauí era, praticamente, a mesma. Segundo o secretário da Província, Francisco Augusto P. da Costa, os meios de transportes para a circulação de mercadorias são, em geral, o lombo dos animais, devido à ausência de estradas trafegáveis, a canoa, a balsa e o vapor, nos trechos navegáveis do rio Parnaíba e seus afluentes.[31] O comércio era bastante limitado, tendo como centro principal a cidade litorânea de Parnaíba.[32] Na cidade de Teresina era fraca a atividade comercial, em virtude de sua dependência do Estado vizinho, o Maranhão, através da cidade de Caxias.

A partir de 1885, os governadores, nas suas mensagens, responsabilizavam pela crise da economia local a incapacidade dos proprietários, acusados de não terem iniciativa de introdução de melhoramentos técnicos ou de diversificação de suas atividades. Entretanto, o presidente da Província, Francisco José Viveiro de Castro (1887-1888), em reunião com os grandes proprietários João da Cruz e Santos, Mariano Gil Castello Branco e José Félix Pacheco, justificava o atraso da economia ao afirmar que, em 1887

> *"Houve um tempo de prosperidade, quando os mercados do Maranhão e Ceará vinham aqui abastecer-se de gado. Mas hoje que o Maranhão tem gado necessário para o seu consumo, e o Ceará já o exporta até em grande quantidade para o Pará, compreensíveis perfeitamente que a baixa do gado no Piauí será mantida por longo tempo como conseqüência necessária do excesso da oferta na luta da troca..."*[33]

[31] *NUNES, Maria Cecilia Silva de Almeida, op. cit. p. 12.*

[32] *Parnaíba constituía, nesta época, o maior empório comercial piauiense. Mantinha relações comerciais com algumas praças da Europa e Estados Unidos, importando bens de consumo de luxo, material de construção e equipamentos, e exportando produtos de extrativismo animal e vegetal, através das casas comerciais - Casa Inglesa (1814), Casa Marc Jacob e Franklin Veras (1875) e Casa Morals e Cia (1904). Id. Ibid.*

[33] *Porto, Carlos Eugênio.* ***Roteiro do Piauí.*** *Rio de Janeiro: Artenova, 1974. p. 152*

O presidente, ao apresentar esses motivos, projetava a reintrodução da indústria do charque no Piauí, acrescentando que "a indústria pastoril limitava-se exclusivamente à criação do gado, quando podia esta Província pelas suas condições peculiares, ser no Norte do Império o empório do charque".[34] Defendia, também, o aproveitamento do leite no fabrico do queijo e da manteiga.

Mas o incremento da indústria pastoril, através de processos modernos, não passou de um plano, sem nenhum resultado prático. Em 1889, o engenheiro Antônio José Sampaio arrendou as "fazendas nacionais", com o fim de estabelecer uma escola zootécnica, que tiraria o Piauí da crise.[35] Pouco tempo depois, uma "série de manobras políticas" destinaram ao fracasso este ousado empreendimento. É que os grandes proprietários, receosos do possível surgimento de uma nova força política piauiense, boicotaram tal empreendimento de modernização na atividade pastoril no Piauí.[36]

Esta crise vai longe, perpassando a instalação e consolidação da República, com convulsões políticas, corrupções, assassinatos, prisões e eleições fraudadas.[37]

Clodoaldo Freitas, no livro **Os Fatores do Coelhado,** mostra muito bem toda a problemática da crise que o Piauí viveu nos primeiros anos do governo republicano (1889-1891). Como jornalista político, Clodoaldo Freitas fez várias críticas aos governos republicanos, no tocante ao mau emprego do dinheiro público. São denúncias de serviços em obras públicas que não foram feitas, como, por exemplo, a doação, no governo de Gabriel Luiz Ferreira, ao Sr. Joaquim Santana, da importância de 16:000$000 réis, para consertos de rampas e taludes no porto da cidade de Teresina, serviço não realizado.[38] Comenta Clodoaldo Freitas que

[34] *Id. Ibid. p. 153.*

[35] *VER sobre o assunto PORTO, Carlos Eugênio, op. cit. p. 152 e seguintes; NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. op. cit. p. 13.*

[36] *Id. Ibid.*

[37] *Sobre o assunto veja FREITAS, Clodoaldo - **Os Fatores do coelhado.** op. cit. p. 14.*

[38] *Id. Ibid. p. 14-47.*



> *"assim se foram e se vão, as verbas destinadas ao Piauí sem ficar uma ponte, um melhoramento a não ser nas finanças dos felizes empreiteiros que fazem o serviço sem contrato, sem planta, sem orçamento, sem responsabilidade alguma, sem fiança, por uma simples portaria. Acrescenta que era negócio de pai com filho, feito camararíamente, recebendo o feliz empreiteiro a quantia sem pensar jamais em realizar a obra".*[39]

Realmente, nem com o novo regime republicano os governantes piauienses modificaram seus atos, a bem dos setores públicos.

Transparece, ainda, nos discursos, toda uma preocupação com a segurança pública e críticas ao Império, a que atribuem a situação de pobreza e atraso do Piauí. Diziam, ainda, os discursos que, mesmo com a instalação do governo republicano, dava-se continuidade à política imperial de esquecimento dos Estados pobres, como o Piauí.[40] Segundo o governador Gabriel Luiz Ferreira (1891), "é impossível manter o Estado sem auxílios prestados com largueza pelo chefe da União".[41] Assim, não tardaram a chegar as frustrações quanto às perspectivas de progresso advindas da República.

Entretanto, o imaginário "progressista" atingia a nação brasileira. Teresina, como outras cidades do País, assimilou esse imaginário de crescimento material, desencadeando uma euforia de "progresso".[42] É necessário dizer que parte da elite piauiense tinha por inspiração o positivismo, manifestado através das idéias de "progresso e ordem". Não teria sido o próprio projeto político de transferência da capital um impulso progressista?

Observamos que as idéias de "engrandecimento e prosperidade" para a província já se faziam presentes àquela época, pois esse grupo com idéias de mudança não via a cidade de Oeiras, localizada no sertão e

[39] *Id. Ibid. p. 66-67*

[40] *PIAUÍ. Governador, 1892-1896 (Coriolano de Carvalho e Silva) mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo Governador Coriolano de Carvalho e Silva - Sessão de 1º de junho de 1895.*

[41] *PIAUÍ. Governador, 1891 (Gabriel Luiz Ferreira) mensagem lida no Congresso do Estado do Piauí em sessão extraordinária pelo Sr. Governador Dr. Gabriel Luiz Ferreira em 07/11/1891, p. 54.*

[42] *Vários documentos oficiais trazem esse teor, como mensagens e Relatórios de governadores e de secretários de governo e jornais da época, nos quais são publicados artigos sobre o progresso do Piauí.*

entre morros, como espaço adequado às exigências do progresso. O projeto ganha impulso em 1852, quando o Dr. José Antônio Saraiva, homem de larga visão e experiência, conhecedor da civilização européia, justificava aos opositores desse projeto a necessidade da mudança da capital para a Vila do Poti, considerando a possibilidade de navegação em grande escala no rio Parnaíba e o local de importância comercial, em decorrência da navegação com todos os municípios da Província e com todos os grandes centros da civilização do Império.[43]

Nos anos de 1890, o Piauí descobriu uma nova fonte de receita - a exportação da borracha de maniçoba, que passou a ser um fator de viabilização de renascimento do Piauí.[44] Logo nos primeiros anos do século XX, foram realizados, na capital do Estado, serviços públicos em nome do progresso - o abastecimento d'água e o fornecimento de luz elétrica. Nesta perspectiva, os jornais piauienses retratavam, de maneira intensiva, esse momento de euforia. O jornal O Telefone, por exemplo, traduz um imaginário de florescimento da cidade de Teresina,

*"a partir da instalação do ramal telegráfico que se comunicava com a cidade de Parnaíba; do arrampamento dos portos desta capital; da extensão da navegação do majestoso rio que nos proporciona o melhor e o mais fácil meio de comunicação - até a vila de Stª Filomena; da instalação de uma companhia de tecido nesta cidade e do estabelecimento de uma estrada de ferro de Caxias à Teresina".*[45]

[43] *VER sobre a transferência da Capital de Oeiras para Teresina (1852). NEVES, Abdias e outros. "Teresina em 1902, Teresina, Tipografia do Artista, 1902; FREITAS, Clodoaldo Severo Conrado. "A mudança da Capital". Diário do Piauí, Teresina, nº 46, 21/04/1911, p. 1; Diário do Piauí, nº 48, Teresina 25/04/1911, p. 1; Diário do Piauí, nº 49, Teresina, 26/04/1911, p. 1.*

[44] *PARENTES, A. "Progresso do Piauí". Jornal Andorinha, Teresina, 12/10/1905, p. 10.*

[45] *Jornal O Telefone - Teresina - 1º/01/1889 n. 289, p. 1. No Jornal Diário do Piauí, publicado em 1911, é estampada a euforia do progresso pela aspiração de ligar o interior do Piauí ao litoral através de seus portos naturais, como também pela determinação da construção de estrada de ferro ligando Teresina a Crateús (Ceará); do crédito de 200.000 réis para construção da estrada de rodagem da cidade de Colônia (Floriano) até as fazendas nacionais; pela ampliação de linhas telegráficas para o Sul do Estado e pelos melhoramentos no Porto de Amarração. Teresina, 25 de março de 1911, n. 72, p. 1; Ver também artigo de A. Parentes "Progresso do Piauí" no Jornal Andorinha. op. cit. p. 10.*



Em 1908, o jornal **O Comércio,** através do artigo "Iluminação Elétrica de Teresina", informava que a cidade era culta e importante, o que tornava possível a criação da Empresa Luz e Força de Teresina, destinada à exploração de iluminação pública e particular e ao fornecimento de energia para a indústria de transporte e outras, interessadas na utilização da força elétrica.[46] Já o jornal **A Palavra** noticiava, no artigo "Canalização das Águas", a substituição do carregamento d'água em burros, "ato indecente, prejudicial e porco, por encanamento das águas, (...) largo passo na estrada do progresso".[47]

**O Democrata** publicou o artigo "Movimento Industrial de Teresina", retratando os projetos que *"trariam progresso para Teresina com a instalação da Cia de Fiação Tecidos Piauienses; fábrica de sabão; Cia de abastecimento d'água; Cia de Navegação do alto Parnaíba; Cia de Morins e Cia de Seguro".*[48]

É de convir que os jornais da época, no momento em que veiculavam esse ideário progressista, mostraram, por outro lado, a miséria, a peste, a crise financeira na qual vivia o Piauí. É o que se vê, por exemplo, no desfecho deste artigo:

*"A crise monetária que desequilibrou as transações do comércio avolumou o déficit da Província e abateu profundamente a fortuna particular; a seca que nos antolha com o seu cortejo de misérias; a peste que vai grassando em algumas localidades do interior tudo isso são prenúncios de uma era terrível, igual a que atravessamos há dez anos (sic) é motivo bem forte para que o governo leve suas vistas para esta Província". (...) De um lado vemos o desenvolvimento material de nossa província e, de outro, o abismo que se cava aos nossos pés".*[49]

[46] *Jornal O Comércio - Teresina - 1/03/1908, n. 89, p. 1.*

[47] *"Canalização das Águas". A Palavra, Teresina, 15/06/1902, n. 4, p. 1.*

[48] *Jornal O Democrata - Teresina - 15/10/1892, n. 117, p. 2.*

[49] *Artigo que trata sobre o florescimento de Teresina e que tem um desfecho tratando da crise. O Telephone, Teresina, 1º/01/1889, n. 289, p. 1.*

Dois meses após, o mesmo jornal voltou a mostrar o estado de pobreza em que vivia o Piauí, com os horrores do fenômeno da seca:

> *"na capital, aos nossos olhos, vemos a população debater-se na mais extrema penúria (...) é um horror, é indescritível a crise que atravessamos: o mal nos cerca de todos os lados, e neste caso só o governo inspirado na caridade, só a beneficiência pública poderá atenuar a gravidade das privações porque está passando esta pobre e esquecida Província".* [50]

O jornal **O Incentivo** traz um artigo intitulado "Pobre Piauí!", onde faz indagações sobre o "progresso" e critica os políticos locais por não ajudarem o Piauí e progredir, responsabilizando por "todo atraso do Piauhy a politicagem de seus filhos políticos". Para esse jornal, "(...) o Estado se encontra mergulhado em denso nevoeiro sem encontrar saída".[51]

Em 29/05/1889, o jornal **O Telefone** faz apelo a todos os piauienses no sentido de "convergir suas forças para salvar o Piauí."[52] Conclui ainda o jornal dizendo que "todos devem encontrar uma solução possível para desembaraçar a marcha da Província na via do progresso".[53]

O cronista A. Parentes, no artigo "O progresso do Piauí", revela preocupação com a situação econômica do Estado:

> *"a criação do gado constitui a principal fonte de riqueza e hoje mostra-se diminuída em virtude das sucessivas secas que têm devastado o sertão (...). A extração da borracha de maniçoba (...) considerada o renascimento do Piauí, devido os malentendimentos dos exploradores se encontra decadente".* [54]

Chama a atenção dos representantes federais para o

> *"melhoramento no Piauí através da estrada de ferro que trará o progresso levantando o ânimo para o comércio atrofiado e pequeno, para a lavoura que era insignificante, para a indústria pastoril em decadência, enfim para o engrandecimento do Piauhy."* [55]

[50] *Jornal* ***O Telefone****, Teresina, 17.03.1889 - n. 299, p. 1.*

[51] *Jornal* ***O Incentivo****, Teresina, 05.06.1893, n. 14, p. 1-2.*

[52] *Jornal* ***O Telefone****, Teresina, 29.05.1889, n. 308, p. 3.*

[53] *Id. Ibid.*

[54] *Jornal* ***Andorinha****, Teresina, 12.10.1905, p. 10.*

[55] *Id. Ibid.*



Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, não era fácil para a elite piauiense conciliar seu imaginário progressista com uma realidade social desafiadora, apesar de a paisagem que se abria com o novo século oferecer perspectivas de modernidade à nação brasileira.

> *"Sincronizar as regiões atrasadas tecnologicamente com o movimento universal, já sob compasso do maquinismo significa, de toda sorte, congregar-se no concerto das nações mediante os cânones da ideologia do progresso".* [56]

No que tange ao Piauí e, particularmente, a sua capital, Teresina, este período não passou de um sonho daqueles que alimentaram a ilusão de que estavam vivendo novos tempos - o "progresso". Na verdade, esta elite constituía um pequeno número daquelas pessoas que se vestiam com artigos de luxo chegados da França, como sedas, veludos, leques de madrepérola, gravatas, perfumarias e jóias de ouro, vendidos nas casas de comércio das ruas Bella (hoje Senador Teodoro Pacheco) e Imperatriz (hoje Rui Barbosa).[57] Parafraseando o jornalista Arimathéa Tito Filho, podemos dizer que em Teresina "tudo começava a ter cheiro de França". Com efeito, nas residências de luxo dessa elite usavam-se escarradeiras de porcelana, ervilhas e enlatados.[58]

O comércio de Teresina diversificava seus produtos, criando fábricas de bebidas: licores, aguardentes, vinhos e vinagres.[59]

Observamos que os comerciantes locais, com o novo regime republicano, também aderiram às idéias progressistas quando, em seus discursos, expressavam a necessidade de incrementar as atividades comerciais no Piauí.[60] Esses comerciantes, contando com o apoio dos intelectuais de Parnaíba e Teresina, utilizavam o jornal **Gazeta do Comércio,** no sentido de sensibilizar os grupos conservadores para as mudanças.[61]

[56] *HARDMAN Foot Francisco. Trem fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras. 1988. p. 70.*

[57] *FILHO, Arimathéa Tito. Crônica da cidade amada. Teresina, Academia Piauiense de Letras, 1977, p. 27-29.*

[58] *Id. Ibid.*

[59] *Jornal* ***A Gazeta*** *- Teresina, 08/05/1907, p. 3.*

[60] *NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. op. cit. p. 30.*

[61] *Id. Ibid. p. 31.*

As fontes oficiais registram que o comércio externo do Piauí dependeu do Estado do Maranhão, em virtude de o Porto de Amarração não dar acesso a vapores de linhas transatlânticas. O Maranhão atinge a cidade de Teresina com mais rapidez, com a ampliação de sua via férrea. Nesse contexto, inicia-se, em Teresina, uma luta pela construção do Porto de Amarração, acreditando-se que o custo das mercadorias se tornaria mais baixo, pela diminuição das distâncias, o que possibilitaria o progresso no Piauí.[62]

A partir do Governo de Antonino Freire da Silva (1910-1912), os discursos dos governantes do Piauí se destacam pela preocupação com as mudanças no comércio e na indústria. Dado o descaso do Governo da União para com o Nordeste e, especificamente, o Piauí, o Governo de Miguel de Paiva Rosa (1912-1916) propõe à Câmara Legislativa piauiense um trabalho conjunto com a empresa privada, objetivando solucionar o problema infra-estrutural através da construção de estradas, da navegabilidade do rio Parnaíba e seus afluentes e da construção do Porto de Amarração. Afirmava a mensagem governamental que *"só assim a fortuna particular assentava em bases sólidas e o erário público poderá contar também com rendas fixas que garantem o progresso piauiense"*.[63]

Os discursos traduzem luta em prol das transformações infra-estruturais do Piauí, muito embora a realidade do Piauí fosse a de que os grupos políticos não representavam uma força substancial para conseguir o apoio do poder central aos projetos que lhe possibilitassem atingir o tão desejado "progresso". Assim, as novas expectativas, advindas com o novo regime republicano, logo foram frustradas. Várias são as críticas manifestadas através de jornais no sentido de que a "República continuava com a política imperial de esquecimento dos Estados mais pobres, como o Piauí, que não dispunham de fontes de rendas suficientes para prescindirem dos auxílios da União."[64]

[62] *Id. Ibid. p. 32. Maiores informações sobre o Porto de Amarração veja* ***Coletânia interesses piauienses****, organizada pelo Dr. Armando Madeira. São Paulo: Sociedade Olegário Ribeiro, 1920.*

[63] *PIAUÍ. Governador, 1912-1916, (Miguel de Paiva Rosa).* ***Mensagem apresentada à Câmara dos Deputados pelo Exmº. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa, governador do Estado do Piauhy no dia 1º/06/1914****, Teresina, 1914.*

[64] *QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita.* ***A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí, 1900-1920****. op. cit. p. 50; ver maiores informações PIAUÍ. Governador, 1892-1896. (Coriolano de Carvalho e Silva).* ***Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Coriolano de Carvalho e Silva, em 1º de junho de 1895****. Teresina, Tip. do Piauí, 1896, op. cit. pp. 1-13.*



Por outro lado, a maioria da população constituía-se de ex-escravos, migrantes, homens livres e pobres, que estavam à margem desse comércio, vivendo, em áreas insalubres da cidade, no desconforto, na doença, na imundície e na promiscuidade. Teresina, nas últimas décadas do século XIX, foi palco de encenações de uma massa de migrantes nordestinos fugidos da seca. Como efeito, logo foi criada uma política de afastamento desses migrantes do centro da Capital, iniciativa dos grandes proprietários de terra, com o apoio do Governo.

Houve tentativas no sentido de preservar o centro da cidade, por constituir a zona urbana e por representar, através de seus símbolos, as autoridades constituídas. Com o passar dos anos, esta zona urbana cresceu, surgindo novas ruas, avenidas, bairros, ruas calçadas[65] praças arborizadas e edifícios.

A Câmara Municipal de Teresina, em 1890, faz apelo aos proprietários de casas e terrenos da cidade para plantarem árvores em frente às suas propriedades, segundo alinhamento e espaço designados.[66] Aliás, a preocupação com o embelezamento da cidade já se fazia presente desde 1880, quando posturas da Câmara Municipal de Teresina, no seu capítulo 3º, tratava da edificação da décima quadra urbana e aformoseamento da cidade. Pelo art. 16, é permitido o plantio de árvores nas ruas e praças da cidade, como mangueiras, castanheiros e outras espécies cujas folhagens se conservassem em todas as estações.[67] O processo de urbanização da cidade passa a ponto de destaque nas decisões do Conselho Municipal de Teresina, chegando a ser gasto, no ano de 1906, com arborização de praças e conservação das árvores existentes, 2.000$000 réis, e com calçamento e outros melhoramentos da cidade, 3.000$000 réis.[68]

Com essa urbanização, Teresina se transforma e, em 1899, recebe a visita do romancista Coelho Neto, que lhe confere o título de "Cidade-Verde".[69]

[65] *Jornal O Piauí, Teresina, 22/01/1890 nº 4 p. 1.*

[66] *PIAUÍ. Código das Leis Piauienses - Teresina, Semanário 1880 p. 92.*

[67] *Id. Ibid. p. 90.*

[68] *Jornal O Telefone faz elogios aos encarregados do melhoramento das ruas - major Raimundo Lopes e alferes Macário Fernandes Lima, especificamente pelo calçamento das Ruas Barrocão e Imperador.*

[69] *TITO FILHO, Arimathéa. op. cit. p. 33.*

No dizer de Jônatas Batista, a nossa "Cidade Verde"

*"já não era, como não é, uma fazenda de gados... Foi inaugurada a primeira parte do jardim público... E ali, por entre flores, aspirando o perfume suavíssimo dos lírios e das rosedas os namorados felizes ou sem vento, vão se sucedendo, enquanto o velho bairro de São Benedito descansa".*[70]

O trecho mostra que novos espaços de lazer vão surgindo, o que demonstra mudança de opção lúdica na cidade. Enquanto isso, a cidade verde serve de inspiração ao poeta João Ferry, que assim a saúda, no seu centenário.

***CIDADE VERDE***

*De linda roupagem*
*agora te vejo,*
*Qual moça bonita*
*Que está no festejo,*
*Cantando de alegre*
*Sedenta de beijo.*

*De "Cidade Verde"*
*Alguém te chamou*
*E o lindo apelido*
*Depressa pegou*
*E nas asas do vento*
*O mundo levou.*[71]

O poeta, envolvido pela emoção, talvez tenha esquecido que, muito embora denominada "Cidade Verde", Teresina retratava outra imagem, através de encenações dos homens sem emprego, os considerados "vagabundos", e os mendigos.

[70] *"Bairros de Teresina". In: Batista, Jônatas. Poesia e prosa. op. cit. p. 181.*

[71] *FERRY, João. Chapada do corisco. Teresina, 1952. p. 33.*



Enquanto a elite política do Piauí defendia, em sua fala, a necessidade de uma prática progressista, do outro lado emergia uma parte da população de Teresina vivendo do subemprego, da mendicância e de trabalhos temporários. Esta gente, em muitos casos, era levada à loucura e ao suicídio, provocados pelo vício do álcool. Aliás, é possível afirmar, pela documentação investigada, que nos três anos de seca (1877-1879), a pobreza se faz mais presente na vida social piauiense, o que inquietou as elites locais. Há referências à pobreza nas relações sociais de trabalho, em que é vista como explorada e não como participando, efetivamente, do trabalho. Por esta época, observamos, através do discurso oficial, uma preocupação com a questão do trabalho, que "antes era coisa de escravo", mas agora é qualificado como elemento construtor do progresso.

# CAPÍTULO II

## CENAS DO VIVER EM TERESINA

> *"... Quem percorre as nossas ruas bem alinhadas e onde perpassa um aligero uma idéia do que seja esse labirinto de palhoças onde o cachorro magricela ostenta galhardamente a sua dentuça aos ossos do próximo e onde a criançada de ventre desforme berra a plenos pulmões (...) O bairro que se estende ao S.Sant... que galgando uma pequena elevação é de todos os nossos arraiais da pobreza o mais impressionante. Pela manhã uns sem número de mulheres, quase sempre esquálidas e maltrapilhas, se agrupam nos chafarizes rolando malabramente as suas ancoretas, numa vozeria que é o canto do sofrimento, fumando os seus cachimbos a largos tragos..."*
> (Caio Lima. De Relance. **Correio de Teresina.** Teresina, n. 34, 29 de setembro de 1913, p. 2.)

A presença de homens, mulheres, velhos e crianças nas ruas da cidade de Teresina, nos anos de 1877-1879, foi considerada um fenômeno de desordem. Dezenas dessas pessoas deslocavam-se no seu cotidiano pelas ruas do Barrocão (hoje Av. José dos Santos e Silva), Chapada (hoje Tiradentes), Estrada Nova (hoje Rui Barbosa), Glória (Lizandro Nogueira), Praça da Constituição (Praça Marechal Deodoro) trazendo para a vida cotidiana cenas de um espetáculo lamentável.

O sentimento de medo e de pavor fazia-se presente nos habitantes dessa cidade. O espanto, a surpresa e a preocupação não passavam despercebidos à elite teresinense. Havia intranquilidade nessa classe social, em face de, nas ruas de Teresina, transitarem as massas de migrantes nordestinos e, com elas, a miséria e suas manifestações. Este périplo urbano da população miserável conferia à cidade uma imagem de crise. Figuras indigentes e pobres se entrelaçavam no meio do viver coletivo. A presença desses "excedentes sociais"* constituía para a elite uma ameaça cotidiana, eles eram vistos como os principais responsáveis pela desordem física, moral e social da cidade.

* *O termo "excedentes sociais", usado aqui, representa o conjunto de agentes sociais da pobreza - trabalhadores livres pobres, mendigos, órfãos, vadios, migrantes e prostitutas.*



Tomemos como exemplo as operárias da Fábrica de Fiação. Estas operárias, a quem se dava o nome de "pipiras"* começavam a trabalhar às cinco horas, despertadas pelo apito da fábrica.[5] Serafina e Jovita, como outras mulheres, todos os dias trabalhavam no Mercado Público, servindo "café, peixe frito, panelada e gostosa rabada",[6] enquanto outros trabalhavam em atividades ocasionais, arrancando pedras de lages para a obra da Igreja de Nossa Senhora das Dores. Esses homens eram em número de 102 migrantes, com diárias de 220 réis.[7]

Na realização destas atividades, utilizavam o tempo da natureza, "jornada de sol a sol", muito embora, desde 1866 tenha sido colocado, a das torres da Igreja Matriz N. S. do Amparo, "o relógio", para servir de regulador público. Este cronômetro o governador da Província mandara vir da Inglaterra com o fim de satisfazer a "uma necessidade indeclinável, sobretudo em relação às repartições públicas, onde era indispensável a pontualidade de tempo".[8]

Muitos operários autônomos, como alfaiates, sapateiros, floreiras, pedreiros e artesãos, vivendo um período crítico de recessão financeira, com amplo desemprego e carestia dos gêneros de primeira necessidade, apelavam para a filantropia institucionalizada por grupo de operários, como a Sociedade de Socorros Mútuos,[9] e para os setores públicos - Comissão de Socorros Públicos, que auxiliava os indigentes; Hospital da Santa Casa de Misericórdia, que amparava os doentes gratuitamente, e o Asilo de Mendicidade, que se propunha a receber os mendigos. Pela investigação nos documentos, sabemos que estas formas de filantropia institucionalizada não serviam para diminuir o índice de pobreza na cidade, possibilitando apenas uma sobrevivência precária a essa gente.

* *Nome associado a um tipo de ave do Piaui que vivia em bando fazendo barulho: daí atribuírem este nome às operárias que no percurso de seus bairros à fábrica faziam barulho. Depois o termo pipira passou a ser denominado às mulheres namoradeiras. Neves, Abdias. op. cit. p. 153.*

[5] *FERRY, João. op. cit. p. 23.*

[6] *Id. Ibid.*

[7] *Ofício do Barão de Campo Maior ao Presidente da Província em 07/04/1877 nº 93.*

[8] *COSTA, F. A. Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí.** Rio de Janeiro: Artenova, vol. 2, 1974, p. 501.*

[9] *"Movimento Associativo". **O Tempo** - Teresina 18/01/1906, p. 1.*

Constatamos nos jornais da época o estado triste, "compungente" e "lastimoso" dos pobres e "infelizes" migrantes que vagavam, sem destino, pelas ruas e subúrbios da cidade de Teresina,[1] sobrevivendo da caridade pública.

Aliás, a cidade configurava um espetáculo diurno: pela manhã cedo alguns dos migrantes despertavam para esmolar a caridade pública, enquanto outros iam para o trabalho. Grande parte dessa população vivia nos becos, nas tabernas, debaixo de árvores, à beira do rio Parnaíba, na Praça da Constituição, hoje Praça Marechal Deodoro, nas proximidades da Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba.[2]

O historiador e literato Abdias Neves, em sua obra **Um Manicaca**, faz uma narrativa sobre a sociedade teresinense, na qual retrata muito bem o cotidiano dos migrantes, através do personagem Pedro Gomes e de sua família. Tece comentários sobre a miséria em que se encontravam os retirantes, chegando ao ponto de as mães entregarem as filhas à prostituição, angariando, com este ato, favores que lhes seriam negados de outra forma.[3]

Além dessa população, transitavam em Teresina as lavadeiras e os sapateiros, os carregadores de lenha e canoeiros, os vendedores ambulantes de cereais, frutas, rapaduras e quinquilharias.[4] Costureiras, músicos, carregadores d'água em animais, carroceiros e operários tomavam seus postos de trabalho. Enfim, todos buscavam os seus setores de trabalho, suas ocupações diárias, compondo o social da cidade.

[1] *"Os emigrantes e a seca". A Época - Teresina 27/4/1878 n. 4 p. 1. São vários os jornais que trazem notícias com esse teor.*

[2] *Levas de migrantes nordestinos da seca de 1877-79, procurando meios de sobrevivência, concentraram-se na capital do Piauí, buscando passagem para a região da Amazônia.*

[3] *NEVES, Abdias. Um manicaca. Teresina, Libro-Papelaria Veras. 1909. p. 31. Abdias Neves, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1898), se destacou como político, jornalista, escritor e professor no final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Como senador da República (1915 a 1921), defendeu projetos de interesse do Piauí e da região nordestina. Fundou jornais como* **Pátria** *e* **Almanaque Piauiense** *e colaborou com muitos outros. Publicou várias obras de contexto nacional e piauiense. Uma delas foi* **Um manicaca,** *romance escrito nos anos de 1901-1902, usado neste trabalho, o qual nos possibilitou conhecer melhor o cotidiano da sociedade teresinense. O título desse romance está associado a um dos seus personagens, Antonio de Araújo, indivíduo sem vontade própria, apalermado, apelidado de manicaca por ser "marido governado pela mulher". Tito Filho, Arimathéa. "Um manicaca: documento de uma época". Teresina, COMEPI, 1982, p. 38.*

[4] *Livro do Conselho Municipal de Teresina, 1905-1906.*



Os cronistas da época faziam, diariamente, observações detalhadas sobre o andar cambaleante, os cabelos assanhados, as roupas sujas e esfarrapadas e a fisionomia pálida e tristonha da gente pobre que perambulava pelas ruas da cidade. Tal descrição representa as suas condições de sobrevivência e os movimentos reais que se tornavam estranhos para a classe dirigente. Qual o interesse desses cronistas em descrever esse cenário tão chocante?

Segundo um cronista do jornal **A Época** era

*"aflitivo e contristador o aspecto que estes infelizes se apresentavam nesta Capital... esqueletos ambulantes invadem as casas dos particulares, estendendo a mão mirrada a esmolar as migalhas, com que esperam adiar por mais algumas horas a morte certa, imposta pela fome e pela nudez."*[10]

Embora não disponhamos de dados numéricos que precisem a quantidade da população migrante, consideramos que essas pessoas constituíam número significativo entre os habitantes da cidade, compondo a classe mais baixa e o estrato miserável da população desse tempo.

Esses pobres transitavam fracos, inválidos, famintos, cambaleando por entre a multidão, suplicando a todos uma ajuda.[11] Eram mocinhas humildes, "mulheres do povo", ébrios, vendedores de frutas, vendedoras de flores, cargueiros d'água, artífices esfarrapados e operários, transportando em animais lenhas ou pedras, porém todos condensando esforços para sobreviver. Isto constituía um vaivém nas ruas, o ir e o vir das mulheres, ora com trouxa de roupas na cabeça, ora com pote de barro em busca do rio Parnaíba ou com malas na cabeça descendo a rampa desse rio para tomarem lugar na embarcação, visando não só os seus próprios sentimentos, mas sobretudo sua sobrevivência. Esta cena mudava nas estações chuvosas, quando ocorriam os raios e trovões na "Chapada do Corisco".[12]

[10] ***"Os migrantes"***. *"A Época" - Teresina, 22 de junho de 1878 nº 12, p. 4.*

[11] *Jornal* ***A Época****. Teresina, 13/4/1878 nº 2 p. 4.*

[12] *Antiga denominação da área geográfica em que, em 1852, foi instalada a Capital do Piauí, sob os esforços do presidente da Província, Antônio Saraiva. No centenário de sua fundação, o poeta João Ferry homenageia: "Chapada do Corisco, eu te saúdo/ por seres hoje a linda Teresina/ mas confesso, contigo eu não me iludo/ com teu porte soberbo de granfina. Chapada do Corisco, eu te queria/ como nos tempos que eu te percorria/ tocando alegres buscapés na rua". FERRY, João. op. cit. p. 19.*

Comenta Elias Martins que *"nas noites de procela, quando descargas elétricas sacudiam a terra, devassados os tetos pelas flechas de sucessivos relâmpagos, desencadeados os ventos, ouvia-se rolar pelo espaço, compassado e grave, o som harmonioso do sino de São Benedito".*[13]

Muitas vezes, esse quadro despertava a inspiração dos poetas, como é o caso de João Ferry:

*"Chapada do Corisco" foi outrora*
*Mas o Velho Saraiva Conselheiro,*
*Querendo ser ao talmo no lisonjeiro*
*Chamou-a de Theresina, sem demora.*

*Mais tarde um grande vate, em boa hora,*
*Um novo nome deu-lhe (o derradeiro)*
*- Cidade Verde - e o título faceiro*
*Aos habitantes por demais penhora.*

*Diz, porém, a "Revista" no presente*
*Raios não cahem como antigamente*
*E eu discordo douta opinião:*

*Seus efeitos sentiram nestes dias*
*O Miguel, Zé Luiz, o próprio Elias!*
*E quantos raios inda cahirão!"*[14]

Em 1911, em artigos sobre a "História de Teresina", publicado no jornal **Diário do Piauí,** Clodoaldo Freitas contraria a posição do poeta quanto à queda de faíscas elétricas nos invernos da cidade, dizendo que "passa anos e anos sem lamentarmos a queda de uma faísca elétrica".[15]

Na estação invernosa era comum registrar-se nesta cidade a queda de raios, o que causava terror aos seus habitantes. Os danos materiais eram tantos a ponto do jornal **O Telefone,** no artigo "Chapada do Corisco", chamar a atenção da Câmara Municipal para a necessidade de uma postura que determinasse a obrigatoriedade de pára-raios na construção de casas dentro da cidade.[16]

[13] *MARTINS, Elias. Frei Serafim de Catânia. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1986, p. 22.*

[14] *FERRY João. op. cit. p. 46.*

[15] *FREITAS, Clodoaldo. História de Teresina. Diário do Piauí, n° 50, 27/04/1911, p. 1.*

[16] *Jornal O Telefone, Teresina 28/04/1884, n. 64, p. 2.*



Em Teresina, tudo era "escuro como o inferno", segundo se expressavam os reivindicadores por iluminação da Rua da Glória.[17]

Os lampiões vindos da Europa não chegavam para todas as ruas da cidade. É possível que eles iluminassem as ruas principais onde, naturalmente, residia a elite da época, já que os moradores da Rua da Estrela (hoje Desembargador Freitas) também reclamavam que viviam nas "trevas", considerando "felizes as ruas que tinham lampiões; felizes aqueles que experimentavam e gozavam, segundo eles, os efeitos do progresso do século, aqueles que vivem nadando em luz".[18]

Apenas em 1871 algumas ruas da cidade eram iluminadas por candeeiros. Entre sete e nove horas da noite eram iluminadas as Ruas Grande e Bela (atualmente ruas Álvaro Mendes e Senador Teodoro Pacheco).[19] Mesmo com o contrato da iluminação até as doze horas da noite, a população reclamava, através dos jornais, alertando para o fato de que

*"das 12 horas para o resto da noite, é o tempo em que mais luz devem ter os lampiões, porque é nessas horas que os malfeitores e gatunos gostam de aparecer, não só por causa das trevas em que faz a cidade, como por causa do silêncio em que ela completa permanece."*[20]

O silêncio era quebrado pelos bailes nas casas de família, pelo barulho nas barracas dos festejos na Igreja de São Benedito, por bailes no final da Rua Bela, nos Cajueiros[21], pelos saraus na Palmeirinha (atualmente Clodoaldo Freitas) e Barrocão e pelos festejos juninos.[22] Um observador das novenas de maio na Igreja do Amparo escreveu que *"no adro da Igreja estava postada a banda de música... que fazia reboar no espaço os mais suaves concertos"*, comentando ainda que o patamar da Igreja ficava *"repleto de povo, que transitava de um para o outro lado, sendo muitas vezes esse trânsito obstado pela multidão de cavalheiros que se aglomerava fazendo um semicírculo em derredor do belo sexo que, como mansa ovelhinha, não tentava rompê-lo".*[23]

[17] *"Iluminação Pública". A Pátria - Teresina, 22/4/1871, n. 54, p.4.*

[18] *"Luz, Luz!". A Pátria - Teresina, 29 de abril/1871, n. 56, p. 3.*

[19] *"Iluminação". A Pátria. Op. cit. p. 3.*

[20] *"Iluminação". A Pátria - Teresina, 26/4/1871 n° 55, p. 3.*

[21] *"Bairro considerado o mais alegre de Teresina em que nas noites de sábado, havia cinco e até oito saraus pelo menos". Batista, Jônatas. Poesia e Prosa. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1985, p. 176.*

[22] *FERRY, João. op. cit. p. 21.*

[23] *Jornal Incentivo - Teresina, 20/06/1893, n. 15, p. 4.*

Na Igreja de Nossa Senhora das Dores era realizada a festa do mês mariano, com missas cantadas, procissão à tarde, que percorria diversas ruas da cidade, e leilões aos domingos. Na última noite do festejo, o Coral das Dores e o Vigário foram homenageados com "um suntuoso baile", que durou até uma hora da madrugada, na casa de residência do Sr. Dr. Polidoro Burlamaqui.[24] É possível dizer que a vida na cidade se encontrava marcada pelo imaginário religioso, manifestando, além desses movimentos, outras festividades pertencentes ao catolicismo oficial, denominadas de "solenes", "brilhantes", "pomposas" e "grandiosas". Pela documentação, verificamos que a religião católica tornou-se o centro da vida da cidade, pois, além de reguladora do pensamento e da ação dos habitantes, contribuía para a sua sociabilidade.

A população "desclassificada" aguardava as festividades religiosas de São João, São Pedro, Santo Antônio, São Sebastião e padroeira da cidade com bastante simpatia, uma vez que possibilitava ao homem pobre, fatigado com a sua situação de miséria, libertar-se por alguns momentos do cansaço e de suas tensões cotidianas. Era o momento de cantarem, rezarem e dançarem. O culto a São Sebastião era feito mediante o acompanhamento da procissão com velas acesas entoando o hino

*"Soldado valente*
*Guerreiro varão*
*Livrai-nos da peste*
*São Sebastião*

*Mártir de Cristo*
*Meu Santo varão*
*Livrai-nos da seca*
*São Sebastião".*[25]

Nos meses de junho e julho os pobres participavam, com animação, das festas de Santo Antônio, São João e São Pedro. Faziam fogueiras e ao seu redor divertiam-se com as brincadeiras de adivinhações e experiências. Nesse momento serviam aos convidados aluá, batatas, abóboras e milho assado na fogueira. Dançavam e cantavam o bumba-meu-boi:

[24] *Jornal O Telefone - Teresina, 07/06/1884, n. 69, p. 3.*

[25] *OLIVEIRA, Noé Mendes. Folclore no Piauí. Teresina, Secretaria de Educação e Cultura do Piauí, 1973, p. 7.*



*"O meu boi morreu,*
*Que será de mim?*
*- manda buscar outro,*
*Ó maninha,*
*Lá no Piauí!"*[26]

Esta dança ou "brincadeira do boi" constituiu-se de uma trama histórica piauiense. Para o folclorista Noé Mendes esta brincadeira se revestia de significação mítica[27] o que possibilitava esta gente viver o fantástico no seu cotidiano. Neste momento de diversão ficava suspensa a dura rotina de trabalho, cansaço e privações do trabalhador pobre, tornando possível o relaxamento e reavivamento dos ânimos de sobrevivência.

É possível afirmar que grande parte da população urbana, sobretudo aqueles sem emprego fixo, vivendo sem o controle direto do patrão, poderia organizar seu cotidiano e, particularmente, seu lazer. Dado o tipo de trabalho flutuante que exerciam, a diversão estava associada ao seu ritmo diário de sobrevivência. Ficavam, por exemplo, os carregadores d'água, de lenha, próximos ao rio Parnaíba e ao Mercado Público, nas principais ruas onde o movimento era maior. Mas às vezes o tempo sem ocupação remunerada era abundante e as conversas entre eles tornavam-se momentos de lazer. Proseavam uns com os outros; comentavam sobre as carestias, e contavam anedotas e lendas.[28] Era nestes momentos que trocavam entre si convites para beber pinga nas quitandas e botecos.

[26] *Sobre a dança e a música do bumba-meu-boi, ver maiores informações em Pedro Silva. O Piauí no Folclore. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988, pp. 93-104.*

[27] *OLIVEIRA, Noé Mendes. Folguedos folclóricos. In: Piauí e a cultura popular. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1994, p. 8*

[28] *Dentre as lendas que povoam o imaginário da sociedade teresinense, a mais célebre é o "Cabeça de Cuia". Esta lenda expressa de forma trágica e poética o cotidiano da pobreza dos habitantes da Vila Poti Velho, representada no personagem de Crispim pescador. Ei-la na versão de Eugênia Correia Matallo:*

*"Diz a lenda que a estória de Crispim pescador começa no lugar onde se cruzam Parnaíba e Poti, em um dia de pouca pesca. Então ele volta do rio sem nenhuma comida para casa, onde o espera sua mãe, também faminta. A mãe de Crispim dirige-se ao filho implorando, pedindo comida, perguntando onde estão os peixes, entre choro e lamentos.*

*Crispim fica zangado, ouvindo o pedido nesta forma; pega um corredor (osso fêmur de boi) e bate na cabeça da mãe que, enquanto agoniza, joga uma praga ao filho: a partir daquele instante, ele será um monstro, com a cabeça transformada em cuia, a flutuar pelo rio. A condição para o encanto ser desfeito é o Cabeça de Cuia comer sete Marias Virgens". MATALLO, Eugênia Correia. "Cabeça de cuia" IN: Veredas culturarte, n. 7, jul./1990. p. 18.*

Os desempregados misturavam-se a esses trabalhadores nas praças e ruas de Teresina. Todos ficavam à espera de uma ocupação, fumando num "cachimbo de barro, ou de imburana"[29], soltando baforadas. Submetiam-se a tarefas que lhes possibilitassem satisfazer apenas suas necessidades imediatas, em troca de um prato de comida.

As mulheres doceiras, costureiras e artesãs, que trabalhavam em suas casas, intercalavam o trabalho para fora com as suas obrigações domésticas. Sabiam, assim, levar a labuta entremeada pela baforada de um cachimbo de barro, pelas conversas com as vizinhas ou pelo cantarolar.[30] Aliás, o canto era um costume popular bastante usado pelas mulheres, enquanto trabalhavam.

Nos subúrbios onde moravam, "batiam papos", trocando experiências do dia-a-dia e estabelecendo vínculos de camaradagem, chegando ao ponto de se tornarem comadres através de batizados das crianças ou da prática de "passar fogueira" na festa de São João.[31]

Realizavam festas em suas casas, apesar do ambiente simples de suas moradias. Mesmo assim, procuravam dar um jeito para que o momento festivo se tornasse agradável. Pedro Silva, um dos estudiosos do folclore piauiense, descreve a organização do espaço em que dançavam:

> *"num terreiro bem aterrado, em frente à choupana de um sertanejo, armava-se uma latada com quatro forquilhas sustando uma armação coberta de palhas; de um lado uma carnaúba sobre os dois pequenos toros de madeira ou sobre forquilhas, que serve de bancada para os tocadores; e logo à boca da noite começam a chegar os convidados da redondeza, cantadores e músicos para a "função" que dentro em pouco começava com aquela alegria costumeira e contagiosa".*[32]

Em geral, nestas festas a classe popular dançava o pagode, dobrados e forrós ao som do tambor, pandeiro, violas e sanfonas.[33] As bebidas mais usadas eram o "trago de cachaça" e o cafezinho, às vezes acompanhado de "isca".

[29] *SILVA, Pedro. O Piauí no folclore. op. cit. p. 25.*

[30] *Esses hábitos e costumes eram uma prática da cultura popular não somente do Piauí mas de outras regiões do Brasil, como observamos nas análises de Maria Odila Leite da Silva Dias em Quotidiano e poder. op. cit. p. 12 e de Maria Inês Machado Borges Pinto, em Cotidiano e sobrevivência. op. cit. p. 268-269.*

[31] *SILVA, Pedro. op. cit. p. 83.*

[32] *Id. Ibid. p. 130.*

[33] *Id. Ibid. p. 124-133.*



Estas festas eram o momento de lazer da população pobre e expressavam a reação dos trabalhadores, que tentavam fazer da vida "algo mais" aceitável. Não resta dúvida de que eles necessitavam de recorrer a algum meio de tornar a própria miséria mais suportável. Como nos diz a historiadora Maria Inez Machado Borges Pinto, *"as festas exerciam o papel de uma compensação emocional para os sofrimentos e decepções, levavam a uma sublimação da miséria imediata".*[34]

Observamos, nas entrelinhas dos documentos, que a vida diária do trabalhador temporário era permeada de momentos de distrações marcados pelo bate-papo, enquanto apareciam as "brechas de ganho" que a sociedade lhes proporcionava. A diversão da classe popular se encontrava integrada na experiência do dia-a-dia, misturando-se espontaneamente na rotina de sua sobrevivência. É possível dizer que são várias as manifestações de lazer emergentes de seus contatos, informações e da rotina de trabalho, tais como o convite para tomar junto "um trago de pinga", tomar banho no rio Parnaíba e, ainda, encher d'água nos rios suas vasilhas, "potes de barro" ou cabaças e ancoretas. Neste momento, tagarelavam uns com os outros, contavam estórias, advinhações e divertiam-se contentes.

Comumente passavam de uns para os outros as "meizinhas e crendices".[35] Aliás, raízes de pau e rezas fortes eram um costume frequente, sobretudo da população mais carente de Teresina, que fazia e tomava remédios das raízes, cascas e folhas de nossa flora como, por exemplo, o angico, o fedegoso, o mastruço, no combate a muitas moléstias. Assim, com a sua fé nas rezas, benzeduras e garrafadas, tratavam os seus males.

Segundo Pedro Silva, conhecedor da cultura popular nordestina, particularmente da piauiense, diz que uma pessoa, ao se queixar de uma moléstia passageira ou crônica, com espontaneidade logo outro alguém responde - *"Oi, moço, eu vou lhe ensinar uma meizinha, qui é um santo remédio!"*[36]

[34] *PINTO, Maria Inez Machado Borges. op. cit. p. 284.*

[35] *Ver maiores informações sobre "mezinhas e crendices". IN: SILVA, Pedro. op. cit. pp.* 34-61; *Castro Nasi. Amarante folclore e memórias. Teresina, Projeto Petrônio Portella.*

[36] *SILVA, Pedro. op. cit. p. 35.*

Tomar banho nos rios Parnaíba e Poti era um costume popular bastante difundido nessa época. O relatório do Chefe de Polícia, Dr. Jesuíno José de Freitas, do ano de 1879, indica morte por afogamento no rio Parnaíba no porto denominado Quartel de Romão Francisco Viana e de Catarina. São também encontrados registros de morte de crianças por afogamento.[37]

A presença desses rios, margeando a cidade de Teresina, facilitava o trabalho das lavadeiras, uma das atividades mais freqüentes das mulheres pobres da cidade. Também os rios possibilitavam o gosto pela pescaria, atividade de subsistência e lazer para a população carente. Geralmente era um trabalho coletivo, que dava muito prazer.[38] Das matas e campos que margeavam esses rios o homem pobre retirava lenha para vender, plantas medicinais e comestíveis, como também realizava, nessas áreas, a caça de animais como preás, tatus, jacus, tamanduás, pacas, entre outros. Aproveitavam-se assim dos recursos naturais para se alimentar, usando de suas tradições culinárias nordestinas.[39] Além desse tipo de alimentação não ter despesas, contribuía para a subsistência dos migrantes pobres que viviam na cidade.

Vale salientar que nos subúrbios onde residia o homem pobre migrante existia, junto à sua casa, quintal cercado com talos da palmeira de buriti, onde plantava milho, feijão, hortaliças e mangueira. Também era comum a criação de animais domésticos, como galinhas, patos e porcos, que viviam soltos. Essas atividades geralmente praticadas por mulheres e crianças, tendo como finalidade auxiliar o sustento da família.[40]

A cidade de Teresina inchava mais que crescia, com "levas de migrantes" procedentes tanto do interior do Piauí quanto das outras províncias do Nordeste, com destino à Amazônia, e que por aqui ficavam, em virtude de não terem condições de prosseguir viagem.[41] Este fato provocou a multiplicação da pobreza na cidade. A massa de migrantes, pobres desempregados, acometida pela fome, doenças e miséria, atingia Teresina, que, embora Capital, convivia com o urbano e o rural, com poucas oportunidades de emprego, o que fez esses excedentes sociais viverem da caridade pública ou de pequenos trabalhos temporários.[42]

[37] *Ver nos registros policiais nos anos 1877-1879.*
[38] *Esta questão foi analisada por Maria Inez Machado Borges Pinto. op. cit. p. 277 e seguintes. CASTRO, Nasi. op. cit. p. 211-213.*
[39] *Ver OLIVEIRA, Noé Mendes. Folclore no Piauí. op. cit. p. 37-39.*
[40] *SOUZA, José Mendes de. O pobre e o rico. Biblioteca de Cordel. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.*
[41] *Ver CHAVES, Pe. Joaquim. Teresina, subsídios para a História do Piauí. Teresina, Papelaria Piauiense, 1952, p. 53.*
[42] *Termo empregado por Maria Odila Leite da Silva Dias. op. cit. p. 8.*



Como podemos observar, pelo Quadro I, verificamos no período de 1872 a 1890, o crescimento da população de Teresina de 45,3% o qual na década seguinte foi de 43,7%. Por outro lado, na primeira década do século XX o crescimento foi de apenas 7,2%, o que denota a ausência de fluxos migratórios extraordinários, já que 53,3% do total eram piauienses, enquanto os cearenses representavam 96% dos originários de outras Províncias, isto considerando-se apenas o ano de 1878.[43]

**QUADRO I - População de Teresina - 1872-1910**

| ANOS | Nº DE HABITANTES |
|---|---|
| 1872 | 21.692 |
| 1890 | 31.523 |
| 1900 | 45.316 |
| 1910 | 48.614 |

***FONTE:*** ***Anuário Estatístico do Brasil.*** *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ano I, Rio de Janeiro: IBGE, 1992, p. 206-208.*

[43] *Para chegarmos a esses percentuais, utilizamos os* ***Livros dos Contratantes de Núcleos Coloniais*** *no ano de 1878, referentes às propriedades rurais Gandu, Felicidade, Deserto, Boqueirão e D'Mata, nos quais constam várias relações com os nomes de migrantes, idade, estado e naturalidade. Ver Livros 578, 584, Ofícios dos contratantes de núcleos com a comissão de socorros públicos, 1878.*

Nesta época, ocorriam agressões e perigos constantes na vida urbana. Os jornais noticiavam sobre os "precipícios na rua Imperatriz" (hoje Quintino Bocaiúva), sobre incêndios na rua do Barrocão, brigas no Porto Dourado (hoje rua Simplício Mendes), barulho no mercado e na beira do rio Parnaíba, em decorrência do amontoado de pessoas e barcas que chegavam e saíam da cidade.[44] Vale a pena ressaltar a poética anônima sobre o vaivém no Porto da Barrinha.

*"O porto da Barrinha andava cheio*
*De casinhas de palha sobre o rio,*
*Eram balsas que vinham sem receio*
*Trazer os frutos do sertão bravio.*

*As canoas viviam de rodeio*
*Em constante vaivém e em desafio,*
*Procurando meter-se pelo meio*
*Do arruado de balsas, fio a fio.*

*Vinham mangas, laranjas e limões,*
*Abacates, bananas, bacuris,*
*Tangerinas, condessas e melões,*
*Maracujás, mamões e abacaxis".*[45]

A poesia revela a movimentação fluvial que fortalecia o comércio entre Teresina e cidades piauienses banhadas pelo rio Parnaíba, a via de transporte mais utilizada no Piauí, e, em particular, em Teresina, não só nas transações comerciais entre a capital e o interior, mas também com o Maranhão, através do comércio e transporte de habitantes dessas regiões.[46]

[44] *Ver os jornais: A Pátria. Teresina, 22/04/1871 n. 54, p. 3 - A Pátria, Teresina, 29/04/1871 n. 56, p. 3 - O Telefone, Teresina, 16/06/1884 ano II, n. 70, p. 3*

[45] *FERRY, João. op. cit. p. 24.*

[46] *A navegação fluvial tornou-se em Teresina o meio de transporte mais importante. Foi criada em 1858 a Campanha de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba, cujas barcas e lanchas navegavam para Tutóia(MA) e Parnaíba, até Floriano. Nos anos de 1877-1879, os imigrantes do interior do Piauí, como também de Províncias vizinhas, chegavam a Teresina por estas embarcações, na Praça da Constituição, trazendo também gêneros alimentícios. No ano de 1913, a navegação fluvial se estendia pelos rios Parnaíba, Canindé, Gurguéia, Piauí e Uruçuí. Pelo rio Parnaíba existiam 3 linhas: de Parnaíba, com escala em Teresina, União, Miguel Alves, Porto, Repartição, Luzilândia, Barra do Longá e Amarante; de Floriano, com escalas em Belém, Amarante, Castelhanos, São Francisco, Barão de Grajaú e Floriano; e a de Tutóia. Queiroz, Teresinha de Jesus Mesquita. Os Literatos e a República. Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as Tiranias do Tempo. Tese de Doutorado USP. 1992, p. 13-14. Ver também - Barbosa, Edilson Gaioso C. Branco. O Parnaíba - contribuição à História de sua navegação. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1986.*



Segundo o jornalista Joel de Oliveira, no ano de 1888 a cidade de Teresina se encontrava dividida em duas freguesias, com 27 ruas e travessas e 6 praças, 5 arrebaldes, 2 sobrados, 250 casas, 17 edifícios e 1.037 choupanas.[47] O número de choupanas é, portanto, bastante grande em relação ao número de casas. Acrescenta o cronista Caio Lima que os bairros se tornavam num "labirinto de palhoças" no estilo "João de Barro" formando uma "cinta infinitamente maior que corre da Vermelha ao Poti-Velho".[48] Daí ser comum aparecer nos jornais da época notícias sobre incêndios de choupanas. A **Gazeta do Comércio** traz notícias de que aconteceu "na rua da Glória na parte onde começam as casas de palha, um pavoroso incêndio, que em menos de uma hora consumiu 12 casas de pobres... sem lhe dar tempo a salvar cousa alguma".[49]

É notório que esses incêndios já vinham existindo, uma vez que na década de 60 o deputado provincial, pelo Partido Liberal, David Moreira Caldas (1864-1867), defendendo as causas dos oprimidos, apresentou no Parlamento um projeto que possibilitava a erradicação de casas de palhas, utilizando os recursos arrecadados com o imposto da décima urbana. Todavia, esse projeto não encontrou aceitação dos parlamentares, nem mesmo de seus pares.[50]

Também Abdias Neves faz referência a esses incêndios, considerando-os freqüentes em Teresina. Denuncia *"dois incêndios que havia consumido meia dúzia de palhoças à rua da Chapada".*[51]

Alguns incêndios justificavam-se pelo tipo de habitação da pobreza, mas outros eram de caráter misterioso.

[47] *Anotações registradas no caderno do jornalista Joel de Oliveira, p. 186.*

[48] *Jornal Correio de Teresina - Teresina, 29/09/1913, n. 34, p. 2.*

[49] *Jornal Gazeta do Comércio - Teresina, 13/09/1894, n. 177, p. 4.*

[50] *NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. op. cit. p. 45.*

[51] *NEVES, Abdias, op. cit. p. 133.*

No centro da cidade de Teresina ficavam as ruas do comércio, como a Paissandu, a Rua Bela, local de casas comerciais de produtos finos usados pela elite teresinense, como sedas, veludo, perfumarias e queijo flamengo. Eram as ruas mais cuidadas e algumas até calçadas. Destacavam-se, no centro da cidade, as Igrejas Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora das Dores e São Benedito, o Palácio do Governo, as Repartições Públicas, o Hospital da Santa Casa, o Cemitério e casarões de estilo colonial localizados nas praças Saraiva e Marechal Deodoro e ruas Glória (hoje Lizandro Nogueira), Teodoro Pacheco, Simplício Mendes, Álvaro Mendes e Paissandu.[52] Para o jornalista Jônatas Batista, a Praça Rio Branco era *"a mais feliz e aristocrática senhora do grand monde, sempre coquette, altiva e pretenciosa, enquanto a rua Campos Sales faz-nos lembrar uma dessas nossas velhas lavadeiras, de pés descalços e saia de algodãozinho".*[53]

Entretanto, para alguns observadores, a capital do Piauí transformava-se em "uma miserável aldeia abandonada."[54] A cidade era pobre, pequena e estava longe de valer-se de hábitos e costumes de civilização das grandes cidades brasileiras. O jornal **A Pátria,** no artigo intitulado "A Capital", assim a descreve: *"suas ruas e praças são cobertas de alto e espesso mato, todas cheias de buracos enormes, de verdadeiros grotões, onde a gente sente medo de afogar-se em uma noite escura e chuvosa."*[55]

A maioria das ruas de Teresina não era calçada, o que dificultava a locomoção de animais de cargas, que levavam água, lenha e pedra, utilidades do cotidiano da época.

Em 1894, a visão de um articulista com pseudônimo "João Joaquim", no artigo "Os Costumes", publicado no jornal **O Democrata,** não era diferente. Ele afirmava:

> *"se sairmos a percorrer as ruas desta Capital ficamos envergonhados, causam-nos nojos as grandes imundices que ali se encontram... os açougues são verdadeiros depósitos de porcaria, a carne verde é cortada brutalmente a machado em bancos de madeiras que nunca se lavam."*[56]

[52] *Ver BARBOSA, Edson Gayoso Castelo Branco. Teresina Teresina. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993. DOBAL, Hindemburgo. Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina. Teresina, Fundação Monsenhor Chaves, 1992. GOMES, José Airton Gonçalves. Teresina ontem e hoje. Teresina, Fundação Monsenhor Chaves, 1992.*

[53] *BATISTA, Jônatas. Poesia e prosa. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1985, p. 183.*

[54] *A nossa capital. A Pátria - Teresina, 15/04/1871, n. 53, p. 3.*

[55] *JOÃO Joaquim - Os Costumes - O Democrata - Teresina, 22/08/1894, n. 173, p. 3.*

[56] *Id. Ibid.*



Citações como esta são frequentes nos jornais da época, onde é possível identificar preocupações dos intelectuais e políticos com a higiene e novas propostas de civilidade. O quadro de miséria na cidade refletia-se nas condições de moradia, uma vez que a maioria das casas de Teresina era feita de taipa, coberta de palhas, com porta de talos de buriti ou carnaúba. Nelas habitavam, dentre outros, os trabalhadores ambulantes, misturados aos ladrões e às vítimas da prostituição.

O subúrbio era composto de ruelas de casas de palhas, onde se abrigavam famílias pobres e "semimortas de fome". A elas se misturavam o "cachorro magricela" e as crianças de "ventre disforme berravam a plenos pulmões."[57] Aliás, esse tipo de habitação era proibido, e, segundo postura municipal, não devia ser construído "dentro do quadro da décima urbana"[58], espaço delimitado como o centro da cidade.

As péssimas condições de moradia e a grande afluência de migrantes eram notícias permanentes nos jornais da Capital. Por tal situação, os cronistas culpavam a falta de patriotismo, de sentimento humanitário e de caridade dos governantes da Província do Piauí.

Há, também, nos documentos pesquisados, notícias sobre a pobreza e as más condições de vida dos operários - imundície, sofrimentos e desordens morais e epidemias que tomavam conta da cidade. O jornal **O Telefone** chamava a atenção dos poderes públicos: *"o interior da Província está reduzido em conseqüência da seca que devasta os sertões e da peste que dizima a população... Na Capital, aos nossos olhos, vemos a população debater-se na mais extrema penúria."*[59]

[57] *Jornal Correio de Teresina, op. cit. p. 2.*

[58] *PIAUÍ. Código das Leis Piauienses - Posturas da Câmara Municipal de Teresina, Teresina Ty. Semanário. 1880, art. 25, p. 91.*

[59] *Jornal O Telefone. Teresina, 17/03/1889, n. 299, p. 1.*

Vemos, pelo quadro aqui apresentado, que a situação concreta do Piauí era de pobreza e miséria, acompanhada por longos anos de crise financeira e política, o que emperrava o desejo daqueles que clamavam pelo progresso como "salvação".

O crescimento populacional na capital do Piauí, advindo das migrações, não foi acompanhado por oportunidades de trabalho. Parte dessa população não tinha sequer condições físicas para trabalhar e o número de mortes não era pequeno, em decorrência das doenças e da miséria na qual vivia. Apenas uma parte dela vivia do trabalho casual nas rampas, cemitérios, calçamento de ruas, construção de igrejas, da cadeia pública e Santa Casa de Misericórdia.[60]

É bastante clara a diferença entre aqueles que não trabalhavam e viviam da caridade pública (mendigos) e aqueles que trabalhavam. Mas mesmo os trabalhadores limpadores de rua, vendedores ambulantes, carroceiros, viviam precariamente, numa situação indefinida, devido, entre outros fatores, à má remuneração de suas ocupações.

Com base na documentação pesquisada, a cidade de Teresina, desde o seu projeto de urbanização do século XIX, começa a disciplinar seus habitantes, quanto ao controle e organização de suas vidas. Nas cenas de "levas de migrantes" dos anos 1877-79, evidenciamos frequentes manifestações de temor pela crescente onda de crimes e ataques às propriedades. Entretanto, Hermínio Castelo Branco, poeta influenciado pelo pensamento romântico, admite o crescimento de Teresina, considerando-a, porém, diferente das grandes cidades "por ser nova, inocente e pura".[61] Todavia, o que percebemos, pela investigação dos documentos, é que Teresina vivenciava relações de confrontos e conflitos e o vínculo entre cidade, pobreza e criminalidade.

[60] *Ver documentos da Santa Casa de Misericórdia, 1879-1889. Ofícios do Palácio do Governo do Piauí ao Chefe de Polícia da Capital, 1877-1880.*

[61] *Jornal A Época - Teresina, 28/02/1881 n. 147, p. 3.*



# CAPÍTULO III

## IMAGENS DA POBREZA E A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

*"Vinde os possuidores de pobreza,*
*Os que não têm nome no século,*
*Vinde os homens de contemplação,*
*Vinde os que têm a linguagem mudada.*
*Vinde os forasteiros e vagabundos.*
*Vinde os homens descalços e os que têm*
*Os olhos cheios de espantos.*
*Jesus Cristo - Rei dos Reis*
*Os vossos pés quer lavar,*
*O filho do marceneiro*
*Não vos pode abandonar".*

Jorge de Lima
(Almanaque da Parnaíba - Parnaíba,
Renascença, 1940, p. 217)

A análise da vida cotidiana do homem pobre "desclassificado", no espaço urbano de Teresina, nas últimas décadas do século XIX, nos remete ao contexto social de crise econômica no qual estava inserido. Investigando a imprensa da época, encontramos depoimentos e críticas sobre a marginalidade urbana. Vimos, pelos documentos que, no decorrer desses anos, cresceu o número de miseráveis, vagabundos, doentes, migrantes, delinqüentes e trabalhadores pobres na cidade.*

** Essa afirmativa tem por base a análise da documentação investigada, todavia não foi possível construir um quadro de amostragem do índice de marginalidade urbana.*

As implicações do fenômeno da seca nordestina, a crise financeira, a desigualdade entre o crescimento das atividades produtivas no Piauí e o aumento do número de migrantes que afluíam para a Província foram fatores responsáveis pelas condições miseráveis e pela alta incidência de criminalidade em Teresina. Esses migrantes eram trabalhadores rurais desempregados e pobres urbanos vindos do Ceará e outras províncias nordestinas à procura da sobrevivência no Maranhão e Amazonas.[1]

As oportunidades ocasionais de emprego eram pequenas. A falta de recursos financeiros para a implementação de obras públicas era denunciada pelos administradores da cidade. Os presidentes da Província reclamavam a falta de verbas do governo central, chegando às vezes a ter de parar algumas obras iniciadas, como o cemitério de Teresina.[2] Mesmo assim, os administradores se empenhavam em abrir postos de serviços, como calçamento das ruas, construção de igrejas, consertos na cadeia, rampas e taludes, o que contribuía para a oferta de emprego para a camada social "desclassificada".

Os baixos salários e a pressão decorrente do aumento da miséria cotidiana forçaram os homens pobres a recorrer a várias formas marginais de ganhar a vida, através da mendicância, dos furtos e da prostituição. O roubo chegava a ser uma prática comum no dia-a-dia da cidade de Teresina. Basta ler os livros das Autoridades Policiais, no Arquivo Público do Piauí, para encontrar várias ocorrências iguais à de Roberto José da Silva, que deixou fechada sua casa na Rua São Pedro, e, ao retornar, encontrou-a aberta, faltando um baú, um brinco de ouro e outros objetos.[3] Em 1877, Antônio Luís do Nascimento apresentou queixa contra Bebiano de tal, por ter roubado vários objetos de sua casa,[4] enquanto José de Barros Martins se queixou ao delegado de polícia da Capital e pediu justiça por haverem arrancado uma folha da porta da casa em que residia, na Rua Grande (hoje Álvaro Mendes).[5] Em 1879, foi feito inquérito por ter sido encontrada aberta, pela ronda urbana, a casa que servia de depósito de farinha do Governo, às 11 horas da noite.[6] Recorriam ao furto não só os pequenos e grandes ladrões profissionais e os desocupados, mas também o trabalhador pobre, que tentava complementar as insuficiências do próprio salário para sua manutenção e da família.

[1] *Ver os jornais dos anos 1877-1879.*
[2] *Ofício do chefe de Polícia - nº 105 - 02/05/1879.*
[3] *Autoridades Policiais - Ofício nº 382, Teresina, 13/08/1878.*
[4] *Ofício do Chefe de Polícia do 1º Distrito da Capital nº 11 em 27/03/1877.*
[5] *Livro Autoridades Policiais - Ofício nº 226 - Teresina, 14/05/1878.*
[6] *Livro Chefe de Polícia - Ofício 16/06/1879.*



Pelas mesmas fontes, observamos que as queixas contra bandidos e delinqüentes perigosos constituíam fato rotineiro, envolvendo também os migrantes nordestinos e, de modo geral, trabalhadores pobres piauienses privados das mínimas condições de sobrevivência. Em nome da tranquilidade pública, o chefe de Polícia da Capital, A. de O.G.G., faz ofício ao subdelegado do 5º Distrito de Teresina, pedindo providências quanto a "um grupo armado de vinte e tantos emigrantes, sob a direção de um tal Bahia... Providenciar tomadas em ordem e desaparecer qualquer movimento em prejuízo da tranquilidade pública."[7]

São também pedidas providências para o "bando de miseráveis", "grupo de facínoras" capitaneados por José Atayde de Cerqueira.[8] Os relatórios policiais exteriorizavam o perigo dessas quadrilhas, colocando-as como inimigas da sociedade, devendo ser vistas com desconfiança.

Neste trabalho não objetivamos tratar de quadrilhas de ladrões propriamente ditas, mas ressaltar a criminalidade entre essa massa paupérrima. Mediante pesquisa nos documentos policiais, observamos diversos casos de prisões de homens e mulheres por embriaguez e distúrbios. Nesses casos, o delegado de polícia obrigava-os a assinar o "termo de bem viver".[9] Pelo Quadro II, constatamos que as prisões efetuadas por distúrbios e embriaguez representaram a grande maioria dos casos, sobretudo no ano de 1877, quando chegaram levas de migrantes na cidade de Teresina. Com grande esforço de pesquisa, conseguimos fazer o referido Quadro, que nos permitiu seguras conclusões, como a que destaca 1877-1879 como o período de maior incidência de crimes, época em que Teresina tornou-se pólo concentrador de migrantes do interior do Piauí e de Províncias vizinhas.

Nas ocorrências policiais, os negros aparecem com freqüência em crimes decorrentes de embriaguez. Neste contexto, aparecem os nomes dos escravos Marcelina, Luiza dos Anjos, Clarinto e outros considerados perigosos, principalmente quando fugitivos.[10] São encontrados registros de prisões de escravos e loucos vivendo num mesmo espaço ou cela.[11]

[7] *Autoridades Policiais - Ofício nº 173 - Teresina, 12/04/1878.*
[8] *Esses grupos organizados se originavam das Províncias vizinhas como o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, na época da seca - 1877-1879. Livro Autoridades Policiais - Ofício nº 94 - Teresina, 10/03/1877.*
[9] *A assinatura deste termo significava o enquadramento dessa gente às novas ordens morais estabelecidas. Livro do Chefe de Polícia nº 773, ano 1882. Ofício Palácio do Governo do Piauí em 23/06/1882.*
[10] *Livro dos chefes de Polícia nº 933, ano 1878.*
[11] *Relatório dos Presidentes da Província do Piauí - 1877-1880.*

Por outro lado, constatamos também muitos abusos cometidos por policiais e casos de homicídios praticados na prisão. A imprensa denunciava os maus tratos e as agressões cometidas por esses policiais contra homens pobres. Foi, por exemplo, o caso de Antonia Clara Maria da Conceição, na Rua Estrela, espancada pelo soldado da Companhia de Infantaria, de nome Henrique de Sousa.[12] Do mesmo modo, a imprensa denunciava que *"fato ocorrido a luz" do dia em uma das ruas mais importantes de Theresina, em hora de grande ocorrência foi o espancamento de um pobre homem completamente ébrio sem oferecer a mínima resistência, caindo "às vezes por terra."*[13]

São várias as notícias encontradas nos jornais de Teresina, retratando os "escândalos policiais e as cenas bárbaras" ocorridos na cidade, que põem em evidência o universo de pobreza. O cronista José Inácio faz referência aos desocupados: *"O desocupado é uma planta exótica, nascida no seio da sociedade, Zangão, que vive a sugar o mel da colméia social: verme que róe a árvore levantada pela laboriosidade dos outros; sizania, medra à sombra do trabalho."*[14]

**QUADRO II - Prisões por natureza de crimes na cidade de Teresina - 1876-1882.**

| ANO | Distúrbios e Embriaguez | Furtos e Roubos | Mortes e Assassinatos | Andar Fugido | Estupro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1876 | 3 | 2 | 2 | 2 | - | 9 |
| 1877 | 105 | 8 | 7 | 4 | - | 124 |
| 1878 | 20 | 10 | 9 | 18 | - | 57 |
| 1879 | 42 | 70 | 15 | 2 | 2 | 131 |
| 1880 | 8 | 4 | 2 | - | 3 | 17 |
| 1882 | - | 2 | - | - | 1 | 3 |
| Total | 178 | 96 | 35 | 26 | 6 | 341 |

*FONTE: Livro de registros policiais - 1876 n. 744; 1877 n. 745 e 832; 1878 n. 2 e 747; 1870 n. 749, 770, 750 e 934; 1880 n. 751 e 752; 1882 n. 753.*

[12] *PIAUÍ. Chefe de Polícia, 1880. (Jesuíno José de Freitas). Relatório. Sr. Dr. Jesuíno José de Freitas, Chefe de Polícia da Província, 07/12/1880.*

[13] *Jornal O Tempo - Teresina, 13/07/1905, n. 21, p.1.*

[14] *Jornal Gazeta do Comércio. Teresina, 12/01/1895, n. 194, p. 4.*



A pesquisa em questão vem contrapor-se à memória oficial, registrada em diferentes discursos, segundo a qual o povo piauiense é "ordeiro e passivo".[15]

A prática de roubo em Teresina se explicava pelas precárias condições de subsistência, pela pressão da miséria e, mais ainda, pela pobreza que dominava o cotidiano do trabalhador. De modo geral, furtavam pequenos objetos, de fácil comercialização ou troca, que viessem a servir para o consumo de suas famílias, em armazéns, quitandas e igrejas. Foram registradas várias denúncias de roubos, com as respectivas prisões dos acusados, o que caracterizava a sua necessidade de sobrevivência, como os casos de roubos de melancia, macaxeira, laranjas, farinha, cabras e vacas. Pelo que observamos no Quadro II, os crimes dessa natureza foram os que tiveram maior ascensão, uma vez que passou de oito casos no primeiro para setenta no último ano de seca (1879). Um dado a ser ressaltado é o elevado índice de assassinatos nos anos da seca (1877-1879), o que pode ser um dado revelador dos conflitos sociais da época.

Os desempregados, os mais carentes de recursos, que não conseguiam resolver o problema da sobrevivência, pois nessa época não havia empregos suficientes para todos, recorriam ao crime e roubavam alimentos para comer, como foi o caso de Joaquim Antônio Ribeiro, que furtou um punhado de macaxeira.[16] Os vadios, os desocupados, os miseráveis viviam da rapina e da pilhagem de alimentos, roubando cereais, frutas, na tentativa de arranjar a própria refeição.

Pela análise nas fontes - Livros de Autoridades Policiais, de Portarias, Livro de Ofício dos Chefes de Polícia e nas estatísticas criminais que figuram nos Relatórios dos Presidentes da Província, constatamos a frequência crescente dos pequenos furtos. Estes, ligados à sobrevivência imediata, tais como os de alimentação e "miudezas de pequeno valor", predominavam sobre os grandes furtos. Daí chegarmos à conclusão de que a criminalidade, como manifestação de tensão social, era gerada pela extrema miséria na qual viviam essas pessoas.

Tais atividades são chamadas de "revoltas de subsistências".[17] Não resta dúvida de que as necessidades materiais, as carências básicas e a miséria crescente em Teresina conduziam o homem pobre a buscar a sobrevivência, através de práticas ilícitas, estreitando sua relação com o crime, que tinha, por sua vez, raízes ligadas à miséria.

[15] *Mensagens e Relatórios dos Presidentes da Província do Piauí - 1875-1880.*

[16] *Livros de Autoridades policiais - n. 749 - Teresina, 1879.*

[17] *FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979. p. 86.*

A criminalidade campeava por todo o Piauí, sobretudo em sua Capital. De 1879 a 1880, registraram-se no Piauí, segundo Relatório do Chefe de Polícia da Província, Dr. Jesuino José de Freitas, 61 crimes. Destes, 32 ocorreram em Teresina,[18] ou seja, mais de 50%. É que em Teresina concentravam-se levas de migrantes da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Pernambuco e do interior do Piauí, em busca de melhor sobrevivência. O jornal **A Época**, no ano de 1878, noticiou que os migrantes somavam cerca de 20.000 almas.[19]

Pelos registros policiais, os órfãos pobres já se iniciavam, nesta época, nas atividades ilegais como roubo, prostituição e mendicância, fazendo parte do seu cotidiano miserável a luta para ganhar a sobrevivência. A exemplo disso, o cronista Focion Caldas se sensibilizou com a história de vida do menino órfão de "olhinhos azuis" e de "cabelos loiros" chamado Pedrito, que percorria as ruas implorando uma "esmola pelo amor de Deus".

> *(...) Interrogava o menino - Meu Pai do Céu o que vos fiz? Para que consentis que eu morra de fome como a pobre florzinha do prado a mingoa de rocio matutino? Ai minha boa maizinha!... Tenho fome... tenho sede, e tenho frio... Quantas crianças como eu, não atiram aos cães de seus vizinhos as sobras das suas mesas - ao passo que eu não tenho quem sacie a fome e a sede que me escaldam e devoram o seio!... Ai meu Deus! Ai minha boa mãezinha! (...)*[20]

Igual a Pedrito existiam muitas outras crianças, vagando pelas ruas de Teresina, implorando "uma esmola pelo amor de Deus". Essas crianças, que viviam na mendicância, apelavam constantemente à generosidade das pessoas, instituindo-se, nesta relação, o receio de receber um não e chegar com mãos vazias em casa.

[18] *PIAUÍ. Chefe de Polícia, 1880 (Jesuino José de Freitas). **Relatório apresentado pelo Sr. Dr. Jesuino José de Freitas**. op. cit.*

[19] *Jornal **A Época** - Teresina, 13/04/1878, n. 2, p. 1.*

[20] *Jornal **O Incentivo** - Teresina, 25/04/1893, n. 10, p. 4.*



Os jornais da época mostram cenas noturnas e diurnas envolvendo meninos pobres na cidade de Teresina. Luís Guimarães Júnior dá um exemplo, no artigo "A Esmola narra...

> *"eram dois, um menino e uma menina de dez a doze anos. Magros, cadavéricos, quase nús (...) A menina mais fraca, chorava (...) O menino prestava ouvidos a certos rumores penetrantes que vinham do andar superior. Era uma casa de jogo aquela! (...) Enquanto tanta riqueza aglomerava-se e perdia-se em moedas copiosas, os dois meninos pobres recebiam a chuva nos cabelos e o frio da noite no coração petrificado pela dor".*[21]

Na mesma situação dessas duas crianças da ficção, o menino órfão Pedrito caminhava, na vida real, pelas ruas da cidade, como mendigo, em busca de sua sobrevivência.

Outro escritor teresinense, anônimo, se reporta, no artigo denominado "Miséria", como sendo ela a imagem, a soma e a expressão de muitas outras que percorrem cotidianamente o espaço da cidade de Teresina, revelando uma postura lamentável de abandono.

> *"Ignorando o ABC, vagando pelas ruas, assobiando, atirando pedras nos transeuntes, quase nú, descalço, sem carinho, sem abrigo (...) roubando ninho de passarinho, dando recado para ganhar de pão, dormindo ao relento exposto as intempéries das estações no adro das Igrejas, passou J... seus quinze anos!*
>
> *Continuou sua vida errante, sem a menor compreensão de seus deveres perante o universo, perante Deus, sem respeitar as mulheres, as crianças, não distinguindo o bom do mal, chegou a idade em que ou trabalha-se ou morre-se a fome!*
>
> *A caridade já estava cansada de sustentá-lo!... Procurou trabalho, todas as portas fechavam-se-lhe, e ele sem um vintém, com fome sentou praça!*

[21] *"A Esmola" - **Gazeta do Comércio** - Teresina, 28/02/1895, n. 201, p. 1.*

*Foi soldado, nunca porém soube cumprir seus deveres, bêbado continuadamente, frequentando as tavernas sem o mínimo respeito a seus superiores, sem nunca ir ao quartel, foi expulso do exército como incorrigível! Repelido por todos os lados ... porém manietado pela miséria, sem comer, sem abrigo, tendo por comida as raízes das árvores e por tecto a casa dos mortos, estendeu a mão ao crime! E esta magestade terrível, prima cóirmã da miséria, abraçou-o! Pegou o punhal pos-se a esquina e o primeiro ricaço que aparece cravalhe-o no peito! Arranca ao infeliz a bolsa, ainda quanto extorcendo-se nas vascas da agonia; a polícia prende-o em seguida. Ei-lo encerrando no cárcere, tendo por comida o pão negro dos condenados, por leito a lage fria da prisão, por teto a escuridão do ergástulo!".* [22]

Essa história, narrada pelo cronista anônimo, retrata a realidade da população marginalizada de Teresina, onde a criança sem família, sem escola, sem abrigo, cresce e se torna um jovem delinqüente, por não ter sido educada para ter consciência de seus direitos e deveres dentro da sociedade. Entendemos que o cronista se propõe, neste relato, a fazer uma crítica à ausência de compromisso das autoridades com o social, uma vez que os discursos dos políticos da época evidenciavam as idéias positivistas fundamentadas na trilogia "Liberdade, Igualdade e Fraternidade".

Clodoaldo Freitas, em um de seus artigos sobre a história de Teresina, adverte que esses indivíduos necessitados de petição e apoio "são geralmente os que depois se lançam desenfreados na carreira dos crimes e se tornam o flagelo da sociedade".[23] Os documentos também revelam registros de menores de oito a dezessete anos, magros, famintos, maltrapilhos, pálidos, oriundos de famílias miseráveis, que infestavam a cidade de Teresina, cometendo trapaças e distúrbios.

O jornal **O Telefone** chama a atenção do Dr. Chefe de Polícia da Cidade para a

[22] *"Mizéria" - O Incentivo - Ano I, n. 5, Teresina, 7/03/1893, p. 2.*
[23] *FREITAS, Clodoaldo - História de Teresina - Diário do Piauhy - Teresina, 16/06/1911, n. 88, p. 1.*



*"turma de meninos vadios que à noite... se ocupa de fazer subir aos ares mal organizados balões de papel... emitindo risco de incêndio a palhoças da pobreza; pois os tais balões caem sempre no perímetro da cidade onde acaba de arder a grande bola de algodão ensopado em querosene. Esses mendigos sem o freio dos pais, só podem encontrar repressão na energia da autoridade policial".* [24]

Esses meninos estariam exteriorizando sentimentos frustrados que teriam sido sufocados e daí saíam provocando confusão no espaço público? Ou seria simplesmente a sensação de prazer de soltar e vê subir seus balões?

Eram comuns em Teresina cenas de incêndio nos locais onde a pobreza habitava. Um poeta, observador dessas cenas, nos conta o triste episódio ocorrido na Rua do Barrocão, em que a personagem Mariinha, vítima da exclusão social, não desistia de suplicar a amenização da sua triste situação.

*"E a cidade toda em confusão...*
*E o povo todo em louca correria para apagar o fogo de um casebre que se ardia nos confins do Barrocão.*

*Por mais forte que fosse e mais ranzinza, quando todos chegavam suando...suando...*
*Encontravam só cinzas, só as cinzas e a Mariinha chorando.*

*E cada qual com mais dó, mais comovido, dava cinco tostões, cinco tostões...*
*E a Mariinha fazia outra casinha.*

*Depois, de porta em porta, um mês inteiro, num choro triste, dolorido e honrado, a Mariinha suplicava esmolas, para a casa que havia se queimado".* [25]

Aparecem de forma sutil, nos documentos, mulheres pobres, sofridas, desempregadas, buscando a prostituição. Desesperadas com a situação precária da economia, com a falta dos gêneros de primeira necessidade, vendidos a alto preço, complementavam com o meretrício os baixos

[24] *"Reclamo da Pobreza" - O Telefone - Teresina, 16/06/1884, n. 70, p. 3.*
[25] *FERRY, João. op. cit. pp. 38-39.*

ganhos de trabalho, muitas praticando esse ato em surdina, ocultando-o o máximo possível. Até mulheres casadas, solteiras e menores pobres entregavam-se ao meretrício. Quando estavam totalmente desprovidas de recursos, tiravam daquela situação proveito econômico imediato para sua família. Isso mostra que a prostituição das mulheres estava intimamente relacionada com o seu elevado grau de pauperização.

Para amenizar a miséria, as mulheres pobres vendiam cuscuz, bolos, café e suspiros em frente às igrejas, em época de festas religiosas.[26] Muitas delas viviam de artesanato caseiro, como produção de doces e fabricação de redes. Para tal, utilizavam-se de técnicas vagarosas e cansativas de fiar e tecer panos. Outras sobreviviam de lavados e engomados de roupas.

Fazia parte do cotidiano dessas mulheres o costume de apanhar água nos rios,

> *"trazendo à cabeça, sobre rodilhas de pano, grandes cabaças d'água. Vinham sem paletó, os seios túmidos tremelicando, portando a camisinha molhada. Andavam ligeiras, pés descalços, saia enrolada no cós mostrando a perna bem feita. Cachimbavam, caminhando muito aprumadas, para manter o equilíbrio da cabeça."*[27] *Lavavam roupas no rio e eram vistas em ocasiões da distribuição de gêneros alimentícios. Estas eram formas improvisadas de sobrevivência para manter a família, uma vez que observamos, na documentação existente, casos de mulheres que assumiam sozinhas a responsabilidade do sustento, com seu próprio trabalho. Como nos diz a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, o viver dessas mulheres "beirava a magia e o sobreviver de milagres que tão bem são representados nos contos populares."*[28]

A mão de obra feminina não contava com muitas oportunidades na cidade, pois poucas mulheres eram assalariadas, como Luiza Maria dos Reis e Cândida Maria de Jesus, serventes da enfermaria dos migrantes,

[26] *NEVES, Abdias. op. cit. pp. 28-136.*

[27] *Id. Ibid. p. 206.*

[28] *DIAS, Maria Odila Leite da Silva - Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX, op. cit. p. 178.*



percebendo cada uma 4$000 réis por mês.[29] Maria Rosa do Nascimento, lavadeira da enfermaria dos migrantes, estabelecida no Quartel de Polícia, recebia mensalmente, pelos seus serviços e para a compra de sabão, a quantia de 20$000 réis, caso igual ao de Hermelinda Pereira dos Santos e Ana Francisca Guilhermina, serventes dessa mesma enfermaria,[30] todas com salário muito baixo, se compararmos com a carestia dos gêneros alimentícios na época. Por esse motivo, o presidente da Província, Graciliano de Paula Batista, em dezembro de 1877, mandou que a Comissão de Socorros Públicos de Teresina "vendesse diariamente a pobreza os víveres em depósitos pelos seguintes preços: a farinha a 80 réis o litro, o milho a 50 réis e o arroz pilado a 900 o quilo".[31]

A imprensa divulgava notícias vindas de várias localidades do interior do Piauí sobre a escassez dos gêneros alimentícios e os altos preços dos que são encontrados. De Oeiras chegavam notícias de que

> *"tudo aqui falta e quando alguma coisa aparece no mercado vende-se por preço fabuloso. A farinha de mandioca e o arroz, únicos gêneros que ainda se encontram embora escassos estão a preço de 25$600 a quarta ou medida de 50 litros, as rapaduras regulam de 30$000 a 40$000 a carga (...)".*[32]

*De Valença, a Comissão de Socorros Públicos informava que o "feijão e o milho não havia para vender. O arroz e a farinha quando se podia obter comprariam por três a quatro mil réis a quarta de quarenta litros".*[33]

[29] *Ofício da Comissão de Socorros Públicos ao Presidente da Província Exm°. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel em 03/06/1878.*

[30] *Livro do Chefe de Polícia n° 770. Ofício n° 294 do Chefe de polícia J.P.B.J. ao presidente da Província do Piauí. Teresina, 28/05/1879.*

[31] *Ofício do Palácio do Governo. Ofício n° 123 do Exm°. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista à Comissão de Socorros Públicos em 11/12/1887.*

[32] *Correspondência dirigida ao jornal A Imprensa n° 530. Teresina, 17/01/1878, p. 1.*

[33] *Documento expedido pela Comissão de Socorros Públicos de Valença ao Presidente da Província Graciliano de Paula Batista em 10/07/1877.*

Em Teresina, a variação de preço da farinha de mandioca, na década de 1870/80, demonstra o alto índice alcançado no ano de 1870, pois se o preço em 1870 era de 4$000 réis, em 1877 atingia 25.$000 e em 1880, 2.$000, uma variação sem dúvida exorbitante. O mesmo ocorria com a carne verde que, em 1876, custava de 160 a 200 réis o quilo, passando, em 1877, a 320, e em 1878, a 360 réis.[34]

A maioria das mulheres pobres que não tinham emprego era presença constante em todos os lugares da cidade (praças e ruas), implorando a caridade pública.

Observamos, através de algumas cenas do cotidiano dessas mulheres, que elas "faziam tumultos, algazarras, proferiam palavras obcenas à moral", apesar da proibição do código de postura municipal de 1870-72.[35] Constatamos ainda, nos documentos, denúncias dos moradores das proximidades do Mercado Público ao chefe de Polícia de que *"um grupo de mulheres, imundas, desocupadas que passavam o dia e a noite a cometer toda sorte de abusos... (falando) em altas vozes todas as palavras imorais que lhes vem à boca".*[36]

Entendemos que os códigos de postura afetavam sensivelmente a vida dos teresinenses, sobretudo da população pobre, nos seus hábitos, costumes, lazeres e na sua cultura, muito embora houvesse momentos de tensão entre as autoridades políticas e aqueles que desobedeciam às normas, gerando agressões físicas e prisões. Entretanto, essas repressões recaíam mais nas mulheres, praticamente nas "mulheres do povo", pois só falavam delas quando suas conversas ou algazarras incomodavam ou quando eram presas.

Diante da situação de miséria, pedir esmolas era uma prática comum dos "desclassificados" para assegurar sua sobrevivência. Existia em Teresina um número considerável de indivíduos extremamente pobres e marginalizados. O jornal **A Época** narra cenas características desse momento:

[34] *Dados dos jornais* **A Pátria**, *Teresina, 10/12/1870, p.2;* **Semanário**, *Teresina, 05/09/1880;* **A Imprensa**, *Teresina 06/10/1877,* **Semanário**, *Teresina, 02/06/1878, p.1.*

[35] *PIAUÍ. Leis e Decretos - 1870-1872. Tomo 28, p. 143.*

[36] *Jornal* **A Palavra** *- Teresina, nº 4, 15/06/1902, p. 2.*



*"é constrangedor e aflitivo o aspecto que esses infelizes apresentam nesta capital. Compunge ver-se esses esqueletos ambulantes invadirem as casas dos particulares extendendo a mão mirrada a esmolar as migalhas com que esperam adiar por mais algumas horas a morte certa, imposta pela fome e nudez".*[37]

Os mendigos se espalhavam por todo o meio urbano, ocupando as ruas do centro e do subúrbio, praças, portas das Igrejas de São Benedito (no Alto da Jurubeba), Nossa Senhora das Dores (no Largo Saraiva) e Igreja do Amparo (na Praça da Constituição), no Mercado Público e sob os oitizeiros, à beira do rio Parnaíba. Rondavam em torno das festas religiosas tradicionais, pedindo ajuda ao próximo e apelando por auxílio de porta em porta. Aos domingos e dias santos e de finados, as portas do cemitério eram pontos de concentração dos pedintes, que se sentavam no chão estendendo a mão ou o chapéu, suplicando esmolas.[38]

Pelas notícias esparsas dos jornais acerca da mendicidade em Teresina no final do século passado e primórdios do Século XX, é possível afirmar que constituíam grupos de pessoas cegas, aleijadas, velhos, doentes, mulheres, jovens e crianças. Registram também justificativas de que parte dos pedintes estava impossibilitada para o trabalho. O objetivo dessas notícias geralmente era o de que outras pessoas da sociedade, de melhores condições financeiras, se compadecessem ou se penalizassem dos miseráveis, conseguindo-lhes a caridade. Assim fez o Juiz de Órfãos, no início do governo do presidente Manoel Ildefonso de Souza Lima (1879-1880), ao abrigar cerca de quarenta e quatro órfãos que estavam sob sua guarda. Destes, vinte e dois foram distribuídos entre famílias capazes de criá-los e os demais encaminhados para o Colégio Orfanológico.[39] Aliás, acrescenta o referido presidente da Província que não foi possível dar ao restante dos órfãos o destino que tiveram os primeiros, visto que rara era a família, nesta cidade, que não tinha em sua casa um ou mais desses desvalidos.[40]

[37] *Jornal* **A Época** *- Teresina, nº 10, 08/06/1878, p. 4.*

[38] *- Tais informações são encontradas nos jornais da época.*

[39] *PIAUÍ. Vice-Presidente, 1880. (Manoel Ildefonso de Souza Lima).* **Relatório em que o Exmº. Sr. 4º Vice-Presidente, Dr. Manoel Ildefonso de Souza Lima, passou a administração da Província do Piauhy ao Exmº. Sr. Dr. Odorico de Moura Silva, em 04/03/1880.** *Não foi possível encontrar documentação sobre o referido Colégio. É possível que tenha tido pouca duração.*

[40] *Id. Ibid. p. 2*

Em geral, os cronistas se posicionavam de maneira condescendente, enchendo-se de piedade para com aqueles que eram, realmente, pobres e necessitados. Faziam elogios às famílias por terem dado abrigo a algum mendigo, como, por exemplo, a de Jacob Almendra Freitas e sua mulher, D. Lina Leonor de Almendra Freitas, por terem oferecido "10 bois para alimentar os migrantes".[41]

O jornal **O Tempo** faz referência a um banquete em que o capitão Coriolano de Castro e Lima e sua esposa, Ana Vitória da Silva Lima, ofereceram aos pobres em sua residência. Acrescenta o jornal que é "digno de louvor" este gesto caridoso.[42] Depoimento de D. Genu Aguiar Moraes diz que na porta da casa da família Burlamaqui era colocado saco de farinha e carne seca para doação aos flagelados.[43] Tudo indica que esses procedimentos eram uma prática de família de elite naquela época, pois a Igreja Católica, através dos sermões, passava a necessidade de uma atitude cristã onde a fé, esperança e caridade eram princípios fundamentais para o homem alcançar a salvação eterna.[44]

Em Teresina, nos anos 1874-1886, esta prática se intensificou com a presença do missionário Frei Serafim de Catânia.[45] Esse missionário, considerado pelos católicos "santo e portador das bênçãos do céu"[46] conseguiu envolver a sociedade na ética católica através de seus conselhos, palavras de paz e esperança. Para o povo, que naquele momento vivia o medo, a fome e a doença, isso era um "bálsamo milagroso", "o remédio do corpo e da alma".[47]

[41] *Livro Expediente da Comissão de Socorros Públicos - 1878.*

[42] *Jornal O Tempo - Teresina, 06/04/1905. p. 1.*

[43] *ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. Entrevista com D. Genu Aguiar Moraes, filha do ex-governador Euripedes Clementino de Aguiar, em 30 de junho de 1993.*

[44] *Ver "Visita Pastoral". O Semanário. Teresina, 13/09/1884, p. 1. "O Exm. Sr. bispo Diocesano". O Semanário. Teresina, 13/09/1884, p. 1.*

[45] *MARTINS, Elias. op. cit.*

[46] *Id. Ibid. p. 16.*

[47] *Id. Ibid. p. 22.*



Pregando a caridade e demonstrando compaixão pela pobreza em nome da causa de Deus, Frei Serafim de Catânia mobilizou a população para a construção da Igreja São Benedito. Migrantes, trabalhadores livres, desprovidos de terra, artífices espalhados pela cidade se envolveram no trabalho, ora cantando, ora rezando. Isso era uma forma de amenizar o cansaço, esquecer por alguns momentos o sofrimento e fortalecer a fé. Homens, mulheres, crianças e até os idosos, doentes ou não, carregavam pedras, madeiras, barro e água.[48] As crianças, utilizando vasilhas de barro ou flandres, mal podiam transportar o material.[49] Os migrantes, homens e mulheres, trabalhavam em olarias, onde produziam telhas e tijolos. Segundo Elias Martins, essas cenas davam a impressão de "um formigueiro imenso."[50] Neste trabalho se dava o miraculoso, pois até os enfraquecidos pelas moléstias faziam questão de serem aproveitados em qualquer atividade. Para Elias Martins, eles assim agiam na esperança de que São Benedito curasse seus males,[51] tirando-os da miséria e lhes assegurando o reino do céu.

O poeta Hermínio Castelo Branco dizia que isso o pobre só alcançaria quando morresse. Assim se expressou: *"E o pobre que morrendo aqui vivia nestes chãos de maldições, humildemente, morrendo vai viver no paraiso. Vai ser rico e opulento eternamente".*[52] Esta era uma esperança, no dizer do poeta, que o pobre tinha de um dia provar das delícias do Paraíso. Qual seria a proposta do poeta que assim se expressava? Seria uma alternativa para levar o "desclassificado" à acomodação?

A imprensa, ao divulgar a prática dos pedintes, assume atitudes paternalistas, assistencialistas, assim como o próprio governo, ao distribuir alimentos e roupas aos mendigos. O governo do Piauí, através da Comissão de Socorros Públicos, consubstanciava a política assistencialista de doação de víveres - arroz, feijão e farinha; tecidos - madapulã, riscado americano, algodãozinho, chita, redes para dormir, e instrumentos de trabalho - machados, foices, enxadas e até panela de ferro.[53] Através dessas Comissões de Socorros foi possível perceber os desmandos na aplicação dos recursos públicos durante os anos de seca (1877-1879), utilizados como mecanismos eficazes de criação da "indústria da seca".[54]

[48] *Id. Ibid. p. 18.*
[49] *Id. Ibid.*
[50] *Id. Ibid.*
[51] *Id. Ibid.*
[52] *BRANCO, Hermínio de Castello. A Esperança. Jornal A Época - Teresina, 20/05/1882, n. 206, p. 3.*
[53] *Livro Petições e Despachos - Comissão de Socorros Públicos. ano 1878.*
[54] *Maiores Informações In: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. op. cit.*

Atribuímos a prática de caridade pública, por parte das famílias abastadas, ao sentimento de religiosidade pregado pela Igreja Católica, na máxima conhecida por todos nós: "Amai-vos uns aos outros". A sociedade teresinense vivia fervorosamente a prática da religião católica, que era ir às missas aos domingos e dias santos, fazer confissões, pagar promessas, promover leilões e novenas e ser assídua às festas tradicionais.[55] Abdias Neves, no romance **Um Manicaca,** conta que na

> *"casa de Candoca as paredes eram bordadas de estampas de figurinhas de Santos e ramos bentos... e na mesa um oratório. O pai enfermo de Candoca perguntou-lhe se estava melhor. Ela descerrou os olhos, teve um olhar ancioso, súplice, angustiado para o Santo do oratório e respondeu, numa voz quase imperceptível, que estava melhor. De que serviria médico? O Coração de Jesus era a sua esperança suprema... e confiava na intervenção do céu".*[56]

O cotidiano do migrante no Piauí era aquele que povoava o imaginário social do homem sertanejo do Nordeste brasileiro, permeado de sentimento religioso, como bem mostra Francisco Gil Castelo Branco na narrativa do conto "Ataliba, o Vaqueiro".[57] Nesta narrativa, o autor apresenta cenas da vida do vaqueiro e de sua família. No hábito de rezar, o "rosário de contas brancas" era frequente, como também fazer o sinal da cruz antes de "se meter na fonte". Quando o vaqueiro entrava na fonte, chamava pela Santa Imaculada, Santa Madre Igreja de São Pedro e São Paulo, Três Reis Magos, Puríssima Conceição, Coroa do Vigário de Cristo. Toda essa invocação era feita para se proteger da "mãe d'água" que havia nas águas em que se banhava.[57]

Comenta ainda o autor que Ataliba ficava contente ao ver a sua mãe "virar as contas do amplo rosário, implorando a clemência divina para as almas do purgatório".[58]

[55] *Jornais da época - A Imprensa, 11/06/1881, n. 688, p. 4; A Época, 28/02/1881, n. 147, p. 3; Incentivo, 20/06/1893, n. 15, p. 4.*

[56] *NEVES, Abdias - op. cit. p. 72.*

[57] *BRANCO, Francisco Castelo. Ataliba, o vaqueiro. Rio de Janeiro, Tipografia cosmopolita, 1880.*

[58] *Id. Ibid.*



Esta realidade lembra Michel Maffessoli, quando fala da importância da duplicidade na vida social. Sem isso, seria impossível compreender a permanência da humilde vida cotidiana.[59] É neste imaginário que o fantástico e o cotidiano se enraizam e se desenvolvem, tornando a vida dessa gente mais amena e aceitável. A confiança e esperança dessa gente na eternidade projeta fascinação pelos santos, o que faz parte da vida cotidiana do sertanejo nordestino em Teresina, no período estudado. Por outro lado, encontramos críticas sobre a prática da regilião católica, feitas por um poeta anônimo, que assim se expressava no tocante aos leilões:

> *"Faz-se festas, devoções novenas,*
> *pede-se por caridade, mil leilões.*
> *No entanto o provento das vintenas*
> *lá se vai para a compra dos melões..."*[60]

Vale citar também o poeta Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco, ao se reportar aos que, mesmo vivendo na cidade, mantinham sentimentos, hábitos e costumes da cultura sertaneja e os valorizavam. Entendemos que o homem do campo, mesmo vivendo na cidade, utilizava os objetos e hábitos alimentares - chifre de bois como cabide, fedegoso como café, mel de abelha em vez de açúcar, cuscuz em vez do pão. Vimos portanto, que o desejo do poeta é realçar através da utilização de produtos locais a cultura piauiense. Ei-la em "O Canto do Sertanejo", expressão viva desse sentimento:

> *"Não tenho cabides, nem cômodas tenho,*
> *que roupas de seda me possam guardar;*
> *Mas faço cabides das pontas dos bois,*
> *E roupas de peles lhes vou pendurar.*
>
> *(...)*
>
> *Os lautos banquetes dos grandes - não tenho;*
> *Sou pobre, sou parco, frugal sertanejo;*
> *Mas - como, com gosto, qualhada inda fresca,*
> *Macias bananas misturo com queijo.*

[59] *MAFFESSOLI, Michel - A conquista do presente. Rio de Janeiro, edição Rocco, 1984, pp. 64-68.*

[60] *Poesia Os Leilões - Jornal A Época - Teresina, 28/02/1881, n. 147, p. 3.*

*Não tomo de Moca cheiroso café,*
*Nem chá indiano com pão e manteiga;*
*Que o pouco dinheiro do pobre matuto,*
*P'ra tantas despesas por certo não chega.*

*Mas do fedegoso eu torro as sementes,*
*Que dão-me gostoso, barato café;*
*E, para adoçá-lo, de açúcar me supre*
*A próvida abelha de negro chupé.*

*Se o pão saboroso da bela farinha,*
*Com boa manteiga, não posso comer;*
*Eu como o cuscuz de milho gostoso,*
*E tenras pamonhas que sei bem fazer.*

*Das nobres não bebo licor esquisito,*
*Em taças luzentes de fino cristal;*
*Mas bebo na cuia bom leite espumante,*
*Da vaca, com gosto, lá mesmo do curral.*

*(...)*

*Singelos prazeres do campo só busco;*
*São eles mais doces, mais gratos, mais puros;*
*Encantam, enlevam as almas sensíveis,*
*Té mesmo comovem os peitos mais duros!..."*[61]

O jornal **A Moderação** traz exemplo da velhice mendicante, ao informar que o sexagenário Raymundo Patrício Lima, migrante do Ceará, chefe de numerosa família, composta de vinte e seis pessoas, morreu de fome em Teresina."[62]

[61] *BRANCO, Teodoro de Carvalho e Silva Castelo - Poesias. "A harpa do caçador", 1884. Coleção de poesias de poetas piauienses cedida gentilmente, em 1991, pela professora do Departamento de Letras da UFPI, Maria do Socorro Neiva.*

[62] *Jornal A Moderação. Teresina, 30/03/1878, nº 53, p. 4.*



Pelas informações registradas e apresentadas nos relatórios dos Presidentes da Província, vimos que o número de pobres hospitalizados na Santa Casa de Misericórdia era considerável. O relatório do presidente, dr. Miguel Joaquim D'Almeida e Castro, registra o movimento do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, nos anos de 1806 a 1883, onde se constata a existência de 3.934 doentes, sendo 3.434 classificados como pobres, migrantes, órfãos e escravos da nação.[63]

Essa camada mais pobre da Província era atingida por doenças como febres intermitentes, renitentes biliosas, vermes intestinais, anemias, hydropsia e, principalmente, afecções do aparelho digestivo, sobressaindo a diarréia, provocada pela ingestão de substâncias impróprias como o xique-xique, a raiz do coroatá e da macambira, a massa de coco ou palmito, que ingeriam cru.[64] A população pobre acometida por essas doenças era tratada pelos médicos Simplício de Sousa Mendes, Raimundo de Arêa Leão, Joaquim Antônio da Cruz e Constantino Luis da Silva, que se preocupavam com o estado sanitário da Capital.[65] De modo geral, o tratamento era feito à base da medicação de pílulas de Honorato de Moura, sulfato de quinino, óleo de rícino, ferro em pó, sal amargo, farinha de mustarda, purgante de jalapa e outros.[66] Em 1879, o médico do partido público, dr. Joaquim Antônio da Cruz, assinou contrato com os farmacêuticos Collect de Fonseca e Pedreira e Companhia para o fornecimento de medicamentos aos migrantes

[63] *PIAUÍ. Presidente, 1878 (Miguel Joaquim D'Almeida e Castro). Relatório do Exmº. Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Miguel Joaquim D'Almeida e Castro, em 05/04/1883.*

[64] *PIAUÍ. Médico, 1878. (Constantino Luiz da Silva Moura) - Relatório apresentado ao Presidente Sancho de Barros Pimentel pelo Dr. Constantino Luiz da Silva Moura - A Imprensa, 10/10/1878 nº 562, p. 1. Jornal A Época - 08/06/1878, nº 10, p. 1.*

[65] *Ver sobre o assunto vários ofícios da presidência da Província para a Comissão de Socorros Públicos, nos anos de 1876-1877.*

[66] *A medicação mais usada pelos médicos consta, nos Livros dos médicos dos anos 1874-1879; Livro de Registro da Comissão de Socorros Públicos com a Saúde Pública nos anos 1866-1868. Para a população carente dos Núcleos Coloniais e do interior da Província era enviada "ambulância de medicamentos". Em 1875, o farmacêutico Eugênio Marques de Holanda concedia remédios grátis à população indigente do 1º e 4º distrito desta Capital. Por estas documentações, como também pelos Relatórios dos Presidentes da Província, no período estudado, observamos o movimento das enfermarias e do Hospital da Santa Casa de Misericórdia e constatamos que a doença fazia parte da vida da cidade, sobretudo atingindo mais a população pobre.*

doentes nesta Capital.[67] Aliás, todos os migrantes eram obrigados a se vacinar contra a varíola, uma das medidas tomadas, em 1878, pelo presidente Sancho de Barros Pimentel. Essa medida de vacinação alcançava a capital e o interior da Província, sobretudo os locais onde existia a varíola. Na Capital, o presidente Sancho de Barros Pimentel, ao visitar a Santa Casa de Misericórdia e vendo os migrantes na enfermaria, deitados em colchão sem cama e a falta de espaço suficiente para todos, autorizou a "aquisição de mais de cinquenta camas e alugou uma casa para acomodar os enfermos imigrantes."[68]

É possível constatar que essas doenças ocorriam numa situação de crise, pois a conjuntura desfavorável da economia piauiense levou à imediata majoração dos preços dos gêneros alimentícios, principalmente os de primeira necessidade, como já mostramos. A persistência das condições paupérrimas de sobrevivência, isto é, de moradia, alimentação e vestuário e outras privações, acompanhadas de doenças, debilitava sensivelmente a saúde dos indigentes e chegava a ser causa de várias mortes.[69] Tal quadro não se apresentava somente nas sociedades piauiense ou nordestina, uma vez que a historiadora Maria Inez M.B. Pinto, analisando a vida do trabalhador pobre, na cidade de São Paulo (1890-1914), comenta que *"era a morte causada pela crise crônica e diária dos meios de sobrevivência, pela fome lenta e endêmica que corroía as energias vitais e dilacerava o organismo."*[70]

[67] *Livro dos médicos 1877-1879. Ofício nº 410 do médico do Partido Público Joaquim Antônio da Cruz ao Dr. Simplício de Sousa Mendes em 28/01/1879.*

[68] *MACEDO, José Lênio. Correspondência ao Presidente da Comissão de Socorros Públicos. Teresina, 1878.*

[69] *Os registros oficiais não estimaram, de forma precisa, o número de mortos para esse período em estudo, mas existem, em abundância, correspondências do interior do Piauí relatando o seguinte: "O morticínio diário do povo, quer nas vilas quer pelas estradas, é espantoso". Jornal A Época em 24/08/1878, nº 21, p. 2; Outros comunicados narram que o número de óbitos era progressivo a ponto dos cemitérios públicos estarem esgotados, sendo a população enterrada em chapadas. Os livros da Santa Casa de Misericórdia em Teresina não nos apresentam dados confiáveis quanto a mortalidade nesta cidade. Entretanto, tomando por base o Movimento de Enfermaria de Imigrantes do Hospital de Caridade - Maio/Agosto/1879 em Teresina, o índice de mortalidade foi de 41%.*

[70] *PINTO, Maria Inez M. Borges. op. cit. p. 244-245.*



As ruas de Teresina tornavam-se, por muitas vezes, local de ganhar o pão de cada dia, como também espaço de moradia dos mendigos. Muitos desses mendigos, segundo alguns cronistas, eram vadios que não queriam trabalhar, "preferindo gozar o fruto do labor de outrem."[71] Geralmente eram trabalhadores desempregados ou trabalhadores temporários que, para viver, recorriam à caridade pública. A ajuda do próximo tornava-se um meio rotineiro de sobrevivência para o migrante trabalhador, cuja vivência era de penúria econômica.

A elite sentia-se temerosa com o considerável índice dos desocupados e amedrontada com os crimes e a violência cotidiana na cidade de Teresina, daí a reivindicação do aumento do contingente policial. Foram tomadas, então, medidas de vigilância e controle social. A camada de homens pobres que andava pela cidade e fazia ampliar o aparato policial também permitiu a iniciação da campanha de criação do Asilo de Mendicidade, para receber os mendigos e os meninos pobres do Colégio Orfanológico. A polícia passou a controlar a criminalidade, registrando, por mês, os delitos cometidos diariamente.[72]

Pelo discurso da elite, notamos uma preocupação quanto à questão do trabalho. Tal preocupação é concretizada através de leis, de códigos de posturas repressores da vadiagem, que obrigavam os homens livres pobres a trabalhar. Segundo Sidney Chalhoub, no Brasil a vadiagem representava uma ameaça ao progresso, à moral e aos bons costumes.[73] Acrescenta ainda que, no processo de construção da ideologia do trabalho, foi também elaborado o conceito de vadiagem. Nessa perspectiva, a ociosidade das classes pobres, apontada como uma porta aberta para o crime, impunha a necessidade e a urgência de sua repressão. Daí ser possível compreender a associação efetiva entre classes pobres e "classes perigosas" no discurso da classe dominante, na sociedade brasileira,[74] associações também encontradas no discurso dos piauienses. Na concepção do cronista José Inácio, por exemplo, a vadiagem é como um "cancro social".[75]

[71] *Jornal O Tempo - Teresina, 18/11/1906, n. 49, p. 1.*

[72] *Ver documentação sobre a ampliação de distritos policiais no município de Teresina, através do decreto nº 384, 29/09/1908. PIAUÍ. Leis e Decretos.*

[73] *Sobre esta questão ver CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo, brasiliense, 1986, p. 47.*

[74] *Id. Ibid. p. 39 e seguintes.*

[75] *Jornal Gazeta do Comércio - Teresina 12/01/1896, p. 4.*

No Recife, no Congresso Agrícola de 1878, um orador, justificando a aprovação de tais leis, argumentava que "a aglomeração de ociosos nos grandes centros da população é um perigo iminente, é uma revolução adiada, é uma revolução brutal". [76] Nessa mesma linha de pensamento, a elite piauiense criou asilos e instituições de caridade para a pobreza e rigorosas penas para mendigos e vagabundos. Segundo Ariosvaldo da Silva Diniz, a

> *"conversão desses grandes contingentes de homens livres pobres e trabalhadores disciplinados exigiu da elite uma estratégia de controle social que passava por dois movimentos essenciais: a) a construção de uma nova ideologia do trabalho e a criação de todo um aparato jurídico-representativo para obrigar o homem livre pobre a ingressar na sociedade do trabalho".* [77]

Como podemos ver, a elite criou o imaginário social de que o trabalho "constitui a base da vida humana, o princípio instituinte das sociedades modernas". [78] Para a historiadora Iraci Galvão Salles, "o trabalho adquire os qualificativos de construtor do progresso, logo, de riqueza". Advertе a autora que o trabalho, que antes aviltava por ser coisa de escravo, passava a ter sua noção redefinida. Agora, ele é atividade "enobrecedora" porque é através dele e do esforço individual que os homens podem ter acesso à fortuna e aos benefícios sociais que ele oferece. [79] Uma outra vantagem da atividade do trabalho é a de ser ele uma atividade dignificadora do homem. Neste contexto, o cronista José Inácio, discorrendo sobre "costumes" locais, enfatiza "o hábito de que o trabalho dignifica o homem". Acrescentava ainda que as casas de "jogos de azar", "jogo do bicho" e os demais centros de vícios não existiriam se na sociedade não existissem desocupados. [80] O cronista repudia o "desocupado" e o considera vadio. O jogo é visto como "hábito detestável", espécie de vadiagem que degenera a sociedade e perde o indivíduo para o trabalho. Vimos que o discurso da elite é contra este tipo de prática considerada "perniciosa". Todavia, questionamos: Era só a camada pobre que jogava? Não seria o jogo para o homem pobre uma forma de sobrevivência?

---

[74] *EISEMBERG, Peter. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 213.*

[77] *DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho** - Dissertação (mestrado em Política e Trabalho) - Universidade Federal da Paraíba, 1988, p. 68.*

[78] *Id. Ibid. p. 68*

[79] *SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada**. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 130-136.*

[80] *Jornal **Gazeta do Comércio** - Teresina 12/10/1895 nº 194, p. 4.*



Dentro desse novo imaginário sobre o trabalho, a elite piauiense criou dispositivos de vigilância e repressão exercidos através das autoridades policiais, jurídicas e sanatoriais, com o objetivo de enquadrar o homem pobre nos limites da ordem, na sociedade do trabalho. A exemplo disso, em 1880, o chefe de polícia do Piauí, dr. Jesuíno José de Freitas, define, em seu relatório, pela Resolução Provincial de nº 584, de 24/08/1865, que o trabalho, como atividade, "disciplina, moraliza e educa". [81]. Na mesma década, o deputado R. Peixoto defendeu seu projeto "Repressão à Vagabundagem", por entender que os vagabundos estavam fora da lei e constituíam um perigo iminente para a sociedade. [82]

O Jornal **O Telefone** publicou esse projeto e fez votos de que fosse convertido em lei o quanto antes, *"para chamar à faina do trabalho essa horda de vagabundos que infesta esta terra, como todo o Brasil [...] é o que deve fazer o governo, pois é uma das necessidades mais palpitantes atualmente".* [82]

Pelo artigo 1º do referido projeto, o Governo mandaria proceder, em todos os distritos de paz do Império, arrolamento de todas as pessoas que não tivessem ocupação "honesta e útil" de que pudessem subsistir. Esse arrolamento seria feito pelos inspetores de quarteirão, sob a direção dos juízes de paz. Com base nesse arrolamento, o juiz de paz os intimaria, dentro de um prazo breve, para que tivessem uma atividade ocupacional, sob a pena de prisão com trabalho de um a três meses. [83] Não obstante, para os vadios, não havia saída. Eles teriam de ser submetidos à disciplina de trabalho imposta por lei.

Verificamos, através de investigação nas fontes primárias, a existência, na cidade de Teresina, de um grande número de pessoas sem trabalho. Essas pessoas eram denominadas, pela imprensa, de "vagabundas" e "preguiçosas", dedicando seu tempo à ociosidade e aos vícios. Com a onda de migrações de nordestinos tangidos pela seca entre os anos 1877-80, cresceu o fenômeno da pauperização, aguçando, deste modo, os conflitos já existentes na cidade, o que levou ao aumento dos crimes e da violência. [84]

---

[81] *PIAUÍ. Chefe de Polícia. 1880. (Jesuíno José de Freitas). Relatório apresentado pelo **Sr. Dr. Jesuíno José de Freitas, Chefe de Polícia - 1880.***

[82] *Projeto "Repressão à Vagabundagem" do deputado R. Peixoto, publicado no jornal **O Telefone**, 14/09/1888, n. 276 p. 3.*

[83] *Ide. Ibid. p. 3*

[84] *Ver a Imprensa no período em estudo, como também os Livros de Registros Policiais anos 1876-1877-1878-1879-1880.*

Neste sentido, o presidente da Província, João Pedro Belfort Vieira, em 1879, registrou a preocupação com o clima de insegurança no Piauí:

> *"a prática de crime no Piauí tem aumentado consideravelmente, e a causa principal desse aumento é certamente a presença de grande número de emigrantes, que, impelidos pela fome, buscava em nossa Província o necessário para a sua subsistência".* [85]

Por este quadro, percebemos que as autoridades públicas viam a presença desses homens livres, "desclassificados", como uma ameaça ao cotidiano da cidade, uma vez que o seu imaginário associava o migrante à prática do crime e da desordem.)

No romance **Um Manicaca,** a trajetória do personagem Pedro Gomes é ilustrativa desta situação:

> *"corria o ano de 1878 e a seca chegara ao período mais agudo, quando, famintos, andrajosos e doentes, chegaram aqui Pedro Gomes, a mulher e uma filhinha Júlia [...] chegara aboletando-se num casebre abandonado. E como não lhe bastasse a diminuta porção de cereais obtida da comissão, saía a moirejar todo o dia, da manhã à tarde".* [86]

Cenas iguais a esta ficaram na memória da sociedade teresinense daquele período.

O cenário criado pelos migrantes, na Capital, mostrou-se ameaçador pelo grande número de pobres, sem ocupação, que perambulavam pelas ruas da cidade. No imaginário dos governantes, essa afluência de pobres era ocasião para a desordem, e, por conta disso, tomavam duas providências: estimulavam a saída dessa população sem trabalho e meios de sobrevivência para outras regiões e criavam estratégias de trabalho para a população nômade restante, através de obras públicas e núcleos coloniais. [87]

[85] *PIAUÍ. Presidente, 1879. (João Pedro Belfort Vieira).* ***Relatório do Presidente da Província do Piauí, Dr. João Pedro Belfort Vieira, em 11/12/1879.***

[86] *NEVES, Abdias.* ***Um Manicaca*** *- Teresina, J. Campos Veras, 1909, p. 1*

[87] *Colônias criadas para abrigar os migrantes nordestinos e do interior do Piauí no período da seca de 1877-1879.*



Não resta dúvida de que a primeira providência contribuiu para aliviar as tensões sociais, decorrentes do grande contingente de trabalhadores sem alimentos e sem trabalho, concentrados numa cidade pequena, cujo mercado de trabalho era bastante reduzido. A segunda aparecia com objetivos claros de submeter os pobres à vigilância, através da disciplina imposta pelo trabalho. Dessa forma, retiravam das ruas o espetáculo da pobreza.

Durante os anos de estiagem (1877-1879) existiram vários núcleos coloniais. No relatório de 1877, o presidente Graciliano de Paula Batista informou que os proprietários capitão José Ferreira de Vasconcelos, capitão Raimundo Sinval de Vasconcelos, alferes Custódio José da Cunha, tenente-coronel Antonio Martins Viana e major Thomas d'Aguiar Catanhede foram os primeiros a oferecer suas propriedades ao governo para aceitar imigrantes que estivessem "aptos para a lavoura". [88] Foram feitos contratos entre governo e proprietários em que estes concediam aos migrantes terras e casas, enquanto o governo fornecia as ferramentas necessárias, roupas e medicamentos. [89] Nesta negociação, existia uma relação do duplo interesse, uma vez que, para os proprietários, a presença constante de mão-de-obra em sua propriedade era bem-vinda, enquanto, para o governo, a retirada desse contingente de migrantes, que causava inquietação, medo e insegurança à população, possibilitava à vida urbana cenas menos chocantes.

Ao assumir a presidência, Sancho de Barros Pimentel (1878) considerou a criação de Núcleos Coloniais medidas vantajosas e legitimou-as como o melhor "meio de evitar aglomeração de imigrantes nesta cidade [...] e de poderem os migrantes entregarem-se a trabalhos de plantações", [90] como a cultura do algodão, do fumo, de cana-de-açúcar e a lavoura de subsistência. Relatou a existência de sete núcleos: Sítio, Lagoa da Mata, Felicidade, Guandu, Deserto, Santa Filomena e Santo Antônio, todos afastados do centro urbano da capital. Pelo Quadro III, percebemos a distribuição dos migrantes em cada um dos núcleos, como também os nomes dos nucleiros, sendo possível constatar que esses proprietários faziam parte da elite dirigente. Ainda por esse quadro, evidenciamos o elevado número de evasão, que atinge cerca de 10%. Essa evasão é explicada pelos nucleiros como fugas dos migrantes *"por não quererem trabalhar e por irregularidade de conduta e maus costumes".* [91]

[88] *PIAUÍ. Presidente, 1878 (Sancho de Barros Pimentel).* ***Relatório com que o Exmº. Sr. Presidente desta Província Dr. Sancho de Barros Pimentel abriu em 1º/06/1878 a 1ª sessão da 22ª Legislatura da Assembléia Legislativa,*** *p. 1.*

[89] *PIAUÍ. Presidente, 1877 (Graciliano de Paula Batista)* ***Relatório apresentado à Assembléia Legislativa em 13/08/1877,*** *p. 6.*

[90] *ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. op. cit. p. 81.*

[91] *Livro nº 584. Ofícios dos Contratantes de núcleos, 1878. Ofício do contratante Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco para o Ilmº. Sr. Presidente e Membros da Comissão de Socorros Públicos em 29/07/1878.*

São vários os ofícios de proprietários comunicando a expulsão de famílias inteiras de migrantes por praticarem *"maus costumes"*. Exemplo disso foi a expulsão da família de Manoel Victor de Alencar do núcleo Felicidade, pelo contratante Mariano Gil Castelo Branco. [92] Pelo mesmo motivo, foi despedido do Núcleo Guandu Joaquim Francisco de Sousa e Maria Soares da Silva, pelo contratante Miguel de Sousa Borges Leal Castello Branco. [93] Entendemos as evasões como forma de resistência do migrante dada a sua exploração e as péssimas condições de vida enfrentadas por eles nos núcleos. O elevado número de mortes naquele ano poderá ser outro indicador das péssimas condições de sobrevivência nos núcleos, pois, como observamos pelo Quadro III, a mortalidade variava de 2,3 a 21,9% a cada mês.

Segundo a documentação dos Núcleos Coloniais, a população migrante era composta de homens, mulheres, jovens, crianças [94] e velhos. Essa gente morava nos núcleos em choupanas feitas de barro e cobertas de palha, próximas umas das outras. Tinham porta de esteiras em talos de buriti. Na sala, encontravam-se tamboretes de madeira e um pote descansando em uma forquilha de três hastes, enterrada no chão. Nela continha uma caneca de folha de flandres, furadinha e amarelada pelo tempo. [95] Havia, também, um jirau, que fazia vezes de armário e mesa. O fogão era improvisado com pedras fincadas no chão e, sobre as pedras, as panelas de barro usadas para cozinhar a comida, utilizando lenha como combustível. O ambiente sempre se encontrava cheio de fumaça, uma vez que não tinha chaminé. Recorriam à própria natureza na fabricação de objetos, que lhe serviam como esteira feita de palha de carnaúba, abanos, cofos, gamelas e colheres de pau e cuia feita de coité. [96]. Geralmente eram distribuídos, em cada núcleo, víveres, duas vezes por semana. Segundo Ata da Comissão de Socorros Públicos, cada migrante recebia *"duzentos e vinte e cinto gramas de carne verde, cento e cinquenta ditas de farinha, arroz pilado ou feijão e trinta ditas de sal"*. [97] No entanto, verificamos pelos relatórios dos fiscais

[92] *Livro de ofícios dos Contratantes à Comissão de Socorros Públicos da Capital em 23/09/1878.*

[93] *Ofícios dos Contratantes de Núcleos. Livro nº 584, 1878.*

[94] *Essas crianças representavam 53,6% do contingente dos migrantes que existiam nos núcleos Lagoa da Mata, Felicidade, Deserto, Guandu, Sítio, Santa Filomena, Santo Antônio, no ano de 1878.*

[95] *Ver sobre moradia de migrantes* BRANCO, Francisco Gil Castelo. *op. cit. Sobre a vida do sertanejo no Piauí ver* Gameiro Oliveira, Fortaleza, Henriqueta Galeno, 1971.

[96] *Cenário construído a partir de cenas narradas por* BRANCO, Francisco Gil Castelo. *Op. cit. sobre os migrantes nos núcleos. Ver* ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de, *op. cit. p. 80-90.*

[97] *Livro de Atas da Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877-1878.*



dos núcleos irregularidades quanto à má distribuição desses suprimentos, o que transparecia na própria fala dos migrantes, quando interrogados se recebiam cereais conforme o contrato. Manoel Felipe da Silva, por exemplo, respondia que *"não entendo de peso e por isso não posso informar a quantidade que recebo, sabendo, porém, que nas quartas-feiras só verifico que recebo 1/2 prato de farinha e no sábado 2 pratos e que tudo que recebo em ambos os dias só chega para comer dois e um dia"*. [98]

Dorotéa Maria da Conceição:

*"ignoro o peso de tudo quanto recebo, mas que informa o seguinte: que a carne, farinha e sal que recebo é uma quantidade igual a que é dada ao meu vizinho que tem apenas 4 pessoas"*. [99]

João Batista da Rocha:

*"nas diárias que tenho recebido no Núcleo Felicidade sofri o prejuízo seguinte: desde o dia que o indivíduo Joaquim Ermerino S. Parente ficou encarregado da distribuição das diárias até 11/12/1878, em vez de receber carne, farinha e sal para 6 pessoas como me competia, somente o encarregado me dava para 4 pessoas"*. [100]

Os jornais da época denunciam as más condições de vida oferecidas por essas colônias. Os próprios médicos encarregados de examinar o estado sanitário dessas colônias registraram falta de alimentação, o que forçava os migrantes a *"se alimentarem de substâncias que prejudicavam a saúde"*. [101] Acrescentavam ainda a falta de higiene, pois andavam sujos, tendo apenas uma só muda de roupa, havendo *"migrante que não possuía um vaso para depósito d'água, sendo obrigado a beber no rio"*. [102]

[98] *Interrogatório feito aos migrantes do Núcleo Santa Filomena em 19/03/1879 - Livro de Atas das inspeções de 1879, p. 3.*

[99] *Interrogatório feito aos migrantes do Núcleo Felicidade em 15/01/1878 - Livro de Atas das inspeções de 1878.*

[100] *Id. Ibid. p. 2.*

[101] *MOURA, Constantino Luiz da Silva, médico comissionado para examinar o estado sanitário dos núcleos coloniais. op. cit.*

[102] *Id. Ibid.*

Não obstante, estes "Núcleos Coloniais" consolidavam uma cumplicidade entre grandes proprietários rurais com patentes de militar e os governantes, pela qual era contida a mão-de-obra em suas propriedades rurais, através do repasse de verbas do governo para os proprietários, responsáveis pela administração dos núcleos. Segundo as críticas de jornais da oposição, muitos desses contratantes ficaram na abastança, uma vez que as cotas recebidas do governo - víveres e dinheiro - favoreciam-lhes a reabilitação financeira, visto que tais cotas serviam mais para revigorar seus estoques comerciais... [103]

[103] *O jornal "A Época", n. 5, 1878, p. 3, apresentou os cálculos e, portanto, as vantagens que um contratante de um núcleo obtinha "fornecendo a uma família composta de 10 pessoas para 8 dias: 7 pratos de farinha a 500 réis... 3$00; 18 libras de carne a 100 réis... 1$800; 1 litro de sal... 80 total 5$380. Nesta proporção, a despesa em um mês é de 20$175 réis e com 800 migrantes 1.614$00. O governo despende 160 réis diariamente com cada migrante; portanto, 128$000 por dia e por mês 3.840$000. Por conseguinte, a devida dedução é lucro líquido de contratante mensalmente 2.226$000". Vários são os exemplares desse periódico que semanalmente denunciava o esbanjamento do dinheiro público empregado no denominado "Núcleo da Califórnia". Denunciava-se tal abuso através de crônicas, notícias e de poesias, como esta, publicada no periódico de n° 46, de 15/02/1879, com o título Muamba. "Venham, pois, secas mil secas / Secas, que possão fartar... / A verde socorros públicos / É mar... não pode secar! / Muamba! que doce nome! Como é doce, muamba. O jornal A Época, órgão conservador, defendia seus interesses, fazendo oposição aos liberais, que se encontravam no poder.*



**QUADRO 3** - Inspeção dos Núcleos Coloniais - Teresina, 1978.

| Núcleo | Contratante | Fiscal | Número de Migrantes | Ausentes à Chamada | Evasão | Número absoluto | Falecimentos % mês | Falecimentos Meses |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Sítio | Ten.-Cel. Antônio Martins Viana | Barão de Gurguéia | 2 260 | 222 | 161 | 35 | 7,7 | Jun. e Jul. |
| Lagoa da Mata | Barão de Campo Maior | Barão de Gurguéia | 3.418 | 317 | 337 | 87 | 12,7 | Jul., Ago., Set. e Out. |
| Felicidade | Cap. Mariano Gil Castelo Branco | Barão de Gurguéia | 2.456 | 311 | 295 | 17 | 2,3 | Maio. Jul. e Outubro |
| Guandu | Cap. Miguel de Sousa Borges L. C. Branco | Barão de Gurguéia | 1.948 | 288 | 228 | 60 | 10,4 | Jun. Jul. e Agosto |
| Deserto | Cap. Raimundo Sisinho de Lima Almeida | Barão de Gurguéia | 2.268 | 300 | 243 | 57 | 5,0 | Jun., Jul., Ago. Set. e Outubro |
| Santa Filomena | Cap. Raimundo Sinval de Vasconcelos | Barão de Gurguéia | 2.729 | 344 | 182 | 37 | 6,8 | Julho e Agosto |
| Santo Antonio | Cap. Lúcio Correia Lima | Barão de Gurguéia | 1 233 | 144 | 33 | 81 | 21,9 | Jun. Jul. e Agosto |
| Total | | | 16.282 | 1.926 | 1.479 | 374 | | |

Com a criação desses Núcleos Coloniais, estaria a elite proprietária e política possibilitando, com essa mão-de-obra abundante, a criação de um mercado de trabalho livre em Teresina? Ou estaria simplesmente se beneficiando das verbas do governo central em nome dos flagelados?

A construção da nova visão sobre a "questão do trabalho", reeducando os homens livres para tornarem-se trabalhadores disciplinados, estava ligada à imagem do bom comportamento do trabalhador. Isto é, aos "bons costumes". Isto é o que revela o tom moralista dos discursos.

*Califórnia". Denunciava-se tal abuso através de crônicas, notícias e de poesias, como esta, publicada no periódico de n. 46, de 15/02/1879, com o título Muamba. "Venham, pois, secas mil secas / Secas, que possão fartar... / A verde socorros públicos / É mar... não pode secar! Muamba! que doce nome! Como é doce, muamba. O jornal A Época, órgão conservador, defendia seus interesses, fazendo oposição aos liberais, que se encontravam no poder.*

A construção de um novo imaginário das elites teresinenses, acerca da organização do trabalho, inserindo o homem pobre livre na sociedade do trabalho, se dava por regras e leis, visando à ordenação da cidade. Por determinação do Intendente e sob a responsabilidade do fiscal do município de Teresina, Polydoro Massilou da S. Monteiro, os interessados eram inscritos para o serviço de criadagem e só poderiam exercer a profissão mediante matrículas na Secretaria da Intendência, onde forneciam seus dados e recebiam uma chapa com o número de identificação, pagando a quantia de 1$500 réis. [104] A denominação de criado compreendia a todos os indivíduos, sem diferença de sexo, que trabalhassem mediante salário em serviços domésticos tais como: a) cozinheiros, copeiros, moços de recados, cocheiros e estribeiros; b) ama de leite, amas secas, lavadeiras e gomadeiras; c) carregadores d'água e de lenha, excetuando os que, sem exercer a profissão de criado, venderem os mencionados objetos; d) carregadores condutores, canoeiros e pedreiros, carpinteiros e pintores ambulantes. [105]

Dessa maneira, concretizava-se em Teresina a idéia de que o trabalho constituía a base da vida humana. Sob esta convicção, estampavam-se nos jornais anúncios convidando toda a cidade, as famílias, repartições públicas e associações a participarem da "Festa do Trabalho", uma vez que considerava "todas serem filhas do trabalho". [106]

O dia 1° de maio, no ano de 1905, foi uma data bastante comemorada, com carros alegóricos e andores percorrendo as ruas e praças de Teresina.

[104] *Jornal Gazeta do Comércio. Teresina 15/03/1895, n. 205, p. 4.*

[105] *Id. Ibid.*

[106] *Jornal O Tempo - Teresina 20/04/1905 n. 9, p. 1.*



O jornal **O Tempo,** narrando a comemoração da "Festa do Trabalho", dizia que o 1° de maio abria uma nova era para a civilização piauiense, ligando-se ao movimento social do mundo pela reabilitação das classes laboriosas. [107] Comenta ainda que os festejos começaram à meia-noite do dia 30 de abril, prolongando-se até às 2 horas da madrugada do dia 1° de maio, animada com "esplêndida alvorada, salvas, foguetes à frente do Theatro 4 de Setembro e da Fábrica de Fiação". Essa agitação despertou a cidade. Os carros alegóricos estavam rica e artisticamente ornamentados. Diz o jornal que

> *"Déa Rosa com um estandarte de seda branca, com a inscrição em letra de ouro: "É das mãos calorosas do operário que a estátua do progresso há de sair"; Leonor Oliveira, vestida com as cores nacionais, trazia na cabeça o barrete frígio da República; Carlota Monteiro operária da Fiação em "o lette" de gola, rodeada de trinta companheiros, empunhava o estandarte de "Auxiliadora da Fiação", rodeada por lanceiros fiéis..."* [108]

Nas calçadas e janelas das casas de Teresina o povo festejava, com vivas, o dia do trabalho.

Já no ano de 1906, o trabalho foi enaltecido pelos cronistas e pelos poetas. Totó Rodrigues, poeta que viveu nesse período, obteve o 1° lugar no concurso de melhor poesia sobre o trabalho. O texto se intitulava "Hino ao Trabalho":

[107] *Jornal O Tempo - Teresina 11/05/1905 n. 12, p. 2.*

[108] *Id. Ibid. p. 1*

*"O trabalho é o sol fecundante,*
*Redoirando o que é terra, o que é mar,*
*É virtude espalhando bonança*
*Na floresta, no campo, no lar.*

*No levante surgindo o trabalho*
*Que derrama prazeres a flux,*
*Brota a viva e fagueira esperança,*
*Nos banhando de amor e de luz.*

*Quando a terra palpita entre flores,*
*Do Trabalho sentindo o vigor,*
*Nossa vida, entre aqueles que amamos,*
*É prazer, é ventura, é amor.*

*Trabalhai! diz-nos, sempre, o progresso,*
*Ao trabalho, contentes, louvai!...*
*E a virtude, cantando, repete:*
*Trabalhai! trabalhai! trabalhai!*

*No céu claro da paz, o Trabalho*
*E quem muda a fraqueza em valor,*
*Faz da terra brotarem prodígios*
*E converte a vingança em amor!*

*Desde os antros opacos das feras*
*Às alturas que habita o condor,*
*O trabalho edifica, engrandece,*
*Forma a luz, faz o bem, brota em flor.*

*Nobre povo, de pátria tão nobre,*
*No calor do trabalho exultai!..*
*Que o trabalho é a vida dos fortes,*
*Eia, pois! trabalhai! trabalhai!* [109]

[109] *Jornal Borboleta - Teresina, n. 20, 1º/05/1906, p. 1.*



Através dessa poesia, enaltecedora do trabalho, é possível vislumbrar todo o imaginário da sociedade e o quanto o trabalho se torna um indicador para o caminho do bem e do progresso. Com efeito, o poeta louva o trabalho e o coloca como base vivificadora da sociedade, conduzindo o trabalhador para o progresso, tornando-o mais forte. Com muita clareza, usa expressões frequentes ao pensamento positivista, como **trabalho, virtude, lar, amor, vigor, vida, engrandece, povo e pátria,** refletindo os valores e a cultura progressista da sociedade piauiense, numa linguagem literária de teor naturalista.

# CAPÍTULO IV

## INSTITUIÇÕES SOCIAIS: ASSISTÊNCIA À POBREZA?

> *"... A torrente de desgraças que os arrasta pelas ruas de amarguras, avolumam-se (sic) e com eles as suas imprudências, que chegam ao ponto de tratarmos mal. Em Teresina há uma legião de esmoleres que nos causa dó, e ao mesmo tempo asco".*
>
> (Djalma Flores - Asilo de Velhice e mendicidade - **Diário do Piauí** - Agosto/1012, nº 181).

Na segunda metade do século XIX, os olhares dos governantes da Província do Piauí estiveram atentos para os meninos pobres andarilhos das ruas de sua Capital. E em 1852, com a mudança da capital de Oeiras para Teresina, a sociedade já fazia pressão no sentido das autoridades tomarem providências quanto ao problema das "crianças desvalidas" criando o Colégio dos Educandos Artífices. Aliás, sua história, como instituição, está ligada a esse imaginário. Seu fundador, dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, que o criou pela Lei 220, de 24 de setembro de 1847, assim se manifestava:

> *"Nada mais ordinário que ver pelas ruas meninos filhos de pais desvalidos ou que não têm quem cuide de sua educação e futuro: o mesmo e mais ainda deve acontecer fora daqui, no resto da província. Ora esses indivíduos, assim desfavorecidos na quadra em que mais necessitam de proteção e de apoio, são geralmente os que depois se lançam desenfreados na carreira dos crimes e se tornam o "flagelo da sociedade". É, logo, uma medida, não só de humanidade, se não de bem entendida polícia preventiva".*[1]

Por esse discurso, percebemos a existência de uma política assistencialista de molde patriarcal, que objetivava controlar e deter o perigo social, uma vez que estes meninos, lançando-se aos crimes, viriam a se

[1] *JORNAL O Piauí - nº 88 - Teresina 16 de junho de 1911, p. 1.*



tornar o "flagelo da sociedade". Portanto, através da criação daquele colégio, os "menores pobres" não seriam "desprezados à sua própria sorte" e sim "habilitados a viverem honestamente" com atividades tais como fundir ferro, construir casas, fazer portas e similares.

Acrescentava Clodoaldo Freitas que cada educando instruído voltaria à sociedade e manifestaria alguns conhecimentos recebidos, estimulando outros meninos a desejar a instrução e a se dedicar ao trabalho, pois, como ele mesmo afirma, "essa necessidade vital da grande massa de nossa população que, por indolência e ignorância, conserva-se em estado pouco arredado do selvagem e nômade".[2]

No Piauí, a Casa dos Educandos Artífices, criada para amparar e educar os meninos pobres, tinha também, entre os seus objetivos, ordenar o espaço urbano de Teresina, auxiliando, assim, no controle da pobreza da Província.

A meta básica na criação do referido colégio era a iniciação dos meninos órfãos na sociedade do trabalho, preparando-os para serem úteis à sociedade e colocarem na prática o conceito de "pobreza rentável". Isto é, a idéia de que a pobreza pode sustentar-se, ao mesmo tempo em que se moraliza.

Consideramos a instituição Colégio dos Educandos Artífices como uma das respostas da elite piauiense à necessidade de se contrapor ao espetáculo da mendicância na cidade de Teresina, nos meados do século XIX.

Pela investigação nos documentos desse colégio, vimos que o seu funcionamento se dava através de permissões, proibições, regras e obrigações. Suas funções eram garantidas através da vigilância, o que caracterizava a existência de uma instituição reguladora visando a uma sociedade ordenada.[3]

Diante disso, levantamos as questões: o Colégio dos Educandos Artífices foi um espaço útil aos trabalhadores pobres e famílias carentes na instrução de seus filhos, dando uma aprendizagem profissional? Ou foi um depósito capaz de limpar o espaço urbano dos "elementos indesejáveis" pela sociedade?

[2] *HISTÓRIA de Teresina. Educandos Artífices - Diário do Piauí - Teresina, 20/06/1911, nº 91, p. 1.*

[3] *TANNUS, Salma Michail. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. IN. Ribeiro, Renato Janine (org.) Recordar Foucault, São Paulo, Brasiliense, 1985. Nesta perspectiva de trabalho ver Maria Clara T. Machado. A disciplinarização da pobreza no espaço burguês: assistência institucionalizada. (Uberlândia 1965 a 1980) São Paulo. USP. Dissertação (mestrado em História Social) Universidade de São Paulo, 1990.*

Diante desse quadro, a pobreza via a instituição como um espaço de amparo e de futuro para seus filhos. Entendia, pois, que dela sairia habilitada para o trabalho com o qual poderia manter a si e sua família. Daí o grande número de pedidos de vagas, apelos de famílias da Capital e do interior. Como exemplo, citamos o caso da viúva Maria Rosa da Luz que, através de terceiros, suplicou em ofício ao diretor do internato para incluir, como educandos, seus filhos Joaquim José da Cunha e Antônio José da Cunha, logo que houvesse vagas.[4]

O internato recebia órfãos, filhos naturais e, de modo geral, meninos pobres de Teresina e do interior do Piauí. Gustavo Galvão Castelo Branco, de nove anos, abandonado pelo pai e vivendo miseravelmente em Teresina, foi um dos agraciados.[5] O ingresso se dava mediante memorando do presidente da Província ao diretor do estabelecimento. Eram recebidos meninos de oito a quatorze anos, segundo o regimento, embora tenhamos constatado, pela documentação da instituição, a matrícula de crianças de até cinco anos de idade.[6]

No imaginário da sociedade teresinense, a dignidade do trabalho era uma questão fundamental. Daí criar-se, no Colégio dos Educandos, oficinas de trabalho, onde os meninos órfãos aprendiam uma profissão - carpinteiro, ferreiro, marceneiro, tanoeiro, sapateiro, alfaiate e tipógrafo, profissões ensinadas no decorrer dos vinte e quatro anos de existência da instituição (1849-1873).[7] Como em toda instituição, no Colégio dos Educandos existia uma hierarquia administrativa que mantinha olhar vigilante por toda parte. Os empregados da casa constituíam-se em duas classes: a primeira, diretor, médico e capelão; a segunda, professor, escrivão, mestre de oficinas e agente.[8]

A instituição, em 1854, antes de ter sede própria, utilizou as propriedades do dr. Simplício de Sousa Mendes, na Rua Grande, atual Álvaro Mendes.[9] Depois, foi transferida para a casa de d. Alvina Azevedo, na Rua da Glória, hoje Lizandro Nogueira.[10] A estrutura da casa era pequena e precária frente às necessidades do estabelecimento, faltando-lhe mesas e bancas para as aulas de primeiras letras, enfermaria e altar para a celebração do culto religioso.[11]

[4] *Documento avulso - 09/11/1868 - Caixa de Teresina - 1852-1873.*
[5] *Ver Ofícios e relações dos internos do Colégio dos Educandos Artífices - Caixa de Teresina - 1852-1873.*
[6] *Ver documentação que trata sobre o Colégio dos Educandos Artífices.*
[7] *Veja Regimento dos Educandos Artífices da Capital nº 51, publicado em 25 de abril de 1864.*
[8] *Id. Ibid.*
[9] *Jornal Diário do Piauí - nº 88 - Teresina, 16/06/1911, p. 1.*
[10] *Id. Ibid.*
[11] *Id. Ibid.*



Um ano depois, Clodoaldo Freitas comenta:

> *"não era lisonjeiro o estado do Estabelecimento dos Educandos que tantas vantagens prometia, apenas funcionando regularmente as oficinas de alfaiate, marceneiro e sapateiro que dentro de 1 ano de 10 de junho de 1854 a 30 de junho de 1855, renderam a quantia de 3:826 $ 130 réis".*[12]

Observou Clodoaldo Freitas a falta de móveis indispensáveis para a secretaria, como mesa, armário para papéis e cadeiras e fez críticas quanto à casa ocupada, "que é por demais pequena por não dar para a residência do diretor como requer o Regulamento".[13] Isto mostra a precariedade do funcionamento do Estabelecimento.

O diretor dos Educandos Artífices, Antônio Joaquim de Lima e Almeida, em relatório de 1855, dirigido ao presidente da Província, informa que

> *"existem atualmente no estabelecimento 48 educandos, faltando dois para completar o número de 50 marcado por lei. Destes 44 frequentavam a aula de primeiras letras, sendo os 48 divididos pelas 4 oficinas na forma seguinte: 18 marceneiros, 16 alfaiates, 6 sapateiros, 7 ferreiros e 1 a arte de tipógrafo. Acrescente ainda que 16 formam a banda de música que consta de um baixo, um piston, um flautim, 2 tambores, 2 trompas, 4 clarinetes, um bombo, uma caixa de rufo, uma árvore de campas, um par de pratos, um triângulo".*[14]

A banda de música era bastante conhecida e solicitada para tocar nas festas cívicas e das igrejas, bailes, reuniões familiares, enterros, passeatas e no teatro. As procissões religiosas, como a do Divino Espírito Santo, eram acompanhadas ao som da banda, [15] que se fazia presente em festas profanas, religiosas e públicas. Era a banda de música da cidade.

[12] *FREITAS, Clodoaldo. História de Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988, p. 127.*
[13] *Id. Ibid.*
[14] *Livro dos Educandos Artífices - Ofício do Palácio do Governo do Piauí, nº 13, Teresina 27/05/1871, p. 127.*
[15] *Vários são os jornais da época que nos falam de festividades religiosas, como O Telefone, nº 69. Teresina, 7/jun./1884, p. 3; Incentivo, nº 15. Teresina, em 20/jun./1893, p. 4. A Pátria, nº 53. Teresina, 15/abril/1871, p. 3.*

Pelo Quadro IV, observamos que os preços da música tocada pelos educandos variavam entre 100$000 a 2$000 réis.

Nas festividades religiosas, tocavam por ocasiões de missas, novenas, procissões, batismos e casamentos, cada um por um preço. O preço mais caro estipulado pela tabela era tocar para as novenas e procissões, fixados em 100$000 réis. Esse preço corresponderia às novenas e procissões de qualquer Santo? Do Santo padroeiro? Das novenas do mês de maio? Do Coração de Jesus? Ou de todas as novenas e procissões religiosas do ano litúrgico da Igreja? Acompanhar a procissão era mais caro porque demoraria mais? Solicitados a tocar em bailes, cobravam um valor maior em relação aos saraus. Seria porque o baile não tinha hora para terminar?

Vimos também que o acompanhamento de enterro de adulto, quando à noite, era mais caro. Seria porque à noite era mais difícil o deslocamento da banda? Também porque o enterro de adulto era mais caro que o do anjo? É interessante observar que as passeatas, por ocasião de eleições, eram mais caras do que por outro motivo. Por quê?

No tocante às outras atividades de trabalho, os educandos eram, também, solicitados, como, por exemplo, na arte de pedreiro, na construção do poço da casa de detenção e em serviço de marcenaria.[16] Encontramos vários ofícios do presidente da Província, dirigidos ao diretor da Casa dos Educandos Artífices, dando-lhe ordem para que o "mestre da secção de pedreiro se encarregasse do serviço preciso no cemitério público desta capital".[17] Outro ofício tinha esse teor:

[16] *LIVRO dos Educandos Artífices - 1868 a 1872. Ofício do P. do G. do P. Teresina, 13/10/1870, p. 102.*

[17] *LIVRO dos Educandos Artífices - Ofício P. do G. do P. Teresina, 06/12/1870, p. 108.*



**QUADRO IV** - Preços da Música do Estabelecimento dos Educandos a que se refere o Art. 63 do Regimento Nº 51, de 1864

| | |
|---|---|
| **FESTAS DE IGREJA** | |
| Por uma manhã das 9h até o final da missa | 20$000 |
| Por uma manhã das 10h até o final da missa | 16$000 |
| Por uma novena das 6h até o final dos fogos | 12$000 |
| Por uma novena das 7h até o final dos fogos | 10$000 |
| Por acompanhar uma procissão | 16$000 |
| Por todas as novenas e procissão | 100$000 |
| Pelo toque em véspera de festa | 10$000 |
| Pelo toque às 5h da manhã por ocasião de festa e novenas | 10$000 |
| Pelo toque às 9h da noite por ocasião de festa e novenas | 5$000 |
| Por uma manhã ou tarde de batismo ou casamento | 10$000 |
| **TEATRO** | |
| Para tocar nas entradas e saídas dos atos | 20$000 |
| Com orquestra para cantoria | 25$000 |
| **BAILES** | |
| Só a orquestra | 30$000 |
| **SARAUS** | |
| Só a orquestra até a meia noite | 20$000 |
| Para cada uma hora que exceder mais da meia-noite | 5$000 |
| **REUNIÕES FAMILIARES** | |
| Seis músicos até meia-noite | 10$000 |
| Por cada uma hora mais que exceder | 2$000 |
| **ENTERROS** | |
| De adulto de dia | 10$000 |
| De adulto à noite | 16$000 |
| De anjos de dia | 8$000 |
| De anjos à noite | 10$000 |
| **PASSEATAS** | |
| Por ocasião de eleições | 50$000 |
| Por outro qualquer motivo | 49$000 |

**FONTE:** PIAUI. Leis e Decretos. Código das Leis Piauienses - 1864 - Tomo 22 - secção 8ª

*"mande Vmce fornecer com a possível brevidade pelo estabelecimento de seu cargo ao administrador da casa de detenção desta capital quatro consertos do ferro próprio para segurança dos presos (...) e uma porta segura para a prisão solitária daquele estabelecimento.*[18]

Os órfãos também podiam sentar praça, como foi o caso de Francisco Antônio dos Santos e Inocêncio Rosa de Farias, que se alistaram como voluntários do Exército na Companhia da Polícia da cidade,[19] conforme ofício do presidente da Província ao diretor do Estabelecimento dos Educandos.

Durante os anos de sua existência, a instituição passou por várias crises financeiras, dentre elas a de 1860, chegando ao ponto do presidente, dr. Duarte de Azevedo, propor o seu fechamento.[20] Também teve vários regulamentos, divulgados pela imprensa, através da qual a sociedade teresinense deles tomava conhecimento.

A análise do Regimento nº 51, publicado em 25/04/1864, mostra que a finalidade do Colégio era assistir o pobre desvalido, de 8 até 14 anos, que se achasse em condições sanitárias satisfatórias; reabilitar moral, física e espiritualmente os assistidos; promover sua internação no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, quando preciso; promover curso das 1ªs letras; e proteger os órfãos, encaminhando-os para a vida profissional. O Regulamento era o instrumento a partir do qual o poder disciplinar se manifestava e possibilitava criar um ambiente propício à formação do "profissional ideal".[21] Aparecem com bastante clareza na pesquisa registros que evidenciam preocupação com a política sanitária. Aliás, esta era considerada um elemento importante na estruturação do espaço da instituição.

Na narrativa de Clodoaldo Freitas, encontramos esta preocupação manifestada:

[18] *CAIXA de documentos avulsos - Teresina, 1852-1873 - Ofício do P. do G. do Piauí - Teresina - 05/04/1871, nº 8.*

[19] *CLODOALDO Freitas - op. cit. p. 124.*

[20] *Jornal Diário do Piauí - nº 91, Teresina 20/06/1911, p. 1*

[21] *LIVRO Código das Leis Piauienses, 1864. Tomo 22 - parte 2ª Secção 8ª. Regimento dos Educandos Artífices nº 51 publicado em 25/04/1864.*



*"por não ter a casa o espaço e divisão necessária; poucas portas exteriores impedindo assim o arejamento da área habitada por mais de 50 corpos e sua construção é de forma tal, que tendo o terreno posterior superioridade de elevação do anterior, não dá esgoto às águas pluviais e o edifício naturalmente úmido, e, por conseguinte, doentio; e é justamente dessa umidade, abafamento e grande porção de materiais putrefatos dentro dos muros que, ao meu ver, nascem as sarnas e podridões de nariz e cabeças do que tanto têm sofrido os educandos, há meses, resultando algum a ficar com esses padecimentos crônicos. Acho que um edifício maior em lugar mais elevado, com declividade para o lado dos muros, cujo espaço entre eles contido fosse facilmente lavado pelas águas da chuva, e, em todo caso, bem arejado, era o que mais convinha para a residência e exercício de trabalhos e saúde do Estabelecimento".*[22]

Acrescentava o articulista a necessidade da

*"abertura de esgoto e construção de latrinas cobertas e ladrilhadas a fim de serem lavadas pelas águas da chuva no inverno, e, no verão, por águas lançadas para esse fim; aumento de um telheiro para comodo das oficinas de marceneiro e ferreiro e aberturas de portas ou janelas de grade, nos quartos ocupados por alfaiate e sapateiro, porque a continuar no pé em que se acha, nutrir-se-á um verdadeiro foco de infecção."*[23]

No Colégio, o corpo dos educandos tornou-se objeto do olhar médico, preocupado com um estado sanitário que garantisse a força de trabalho efetiva.

Entendemos que o discurso moral da elite tinha como proposta repassar para os educandos, por religiosos ou pessoas ligadas à instituição, que, além de aprenderem uma profissão, os alunos deveriam aprender, também, a prática de valores morais como o combate aos vícios, a importância da família e do trabalho, a resignação frente aos desígnios de Deus e, inclusive, a rezar pela prosperidade do Imperador.[24] Por esta razão, o internato funcionava como um espaço disciplinador, onde os menores deveriam adquirir novos hábitos, o que contribuiria para a tranquilidade pública.

[22] *Jornal Diário do Piauí. Educandos Artífices. n. 89, Teresina, 17/06/1911, p. 1.*

[23] *Id. Ibid.*

[24] *Regimento dos Educandos Artífices. op. cit. Capítulo 1º art. 4º.*

O controle direto da vida dos órfãos, no Colégio, era feito através de livros de anotações de matrícula, data da portaria, filiação, cidade, naturalidade, saída e entrada nas aulas, alta e baixa na enfermaria, ou, até mesmo, exclusão do estabelecimento.

Pelo relato do diretor do Colégio dos Educandos Artífices, pe. Tomaz de Morais Rego, apresentado ao presidente da Província, em 15/06/1863, é enfatizado o internato como "uma casa de educação, trabalho, ordem e disciplina".[25] Referindo-se ao tempo em que recebeu a direção, em 14/10/1862, o padre denuncia o local como

> *"um arsenal de imundícies morada de percevejos... Para 50 meninos existiam 23 camas velhas de madeira, as quais são desprezadas, porque já eles não podiam mais suportar as mordiduras dos insetos, que deles se tinham apoderado! Dormiam por conseguinte no chão os Educandos que não tinham redes, dadas por seus pais!... Mestres castigavam os pobres meninos a tirapés, e bofetadas, nada aprendiam, e nem rendimento dão... A comida mal chegava, do que resultava o ajuntamento... na porta do Estabelecimento, para venderem bolos e rapaduras".*[26]

Esta narrativa mostra uma realidade cruel na qual viviam os menores no internato - em condições de sobrevivência insuportáveis. Viviam desprezados, dormindo no chão, passando fome, mordidos por insetos e castigados a tirapés. Essas crianças sofriam mais uma desilusão saindo de seus lares pobres para viverem num lugar onde eram submetidos a uma rígida disciplina e hostilizações. As autoridades, contudo, ratificavam em seus discursos a necessidade da instituição, uma vez que arrancaria a miséria e a perdição dos órfãos desvalidos, educando-os e convertendo-os em operários "morigerados e laboriosos", o que representava uma "obra meritória digna de ilustração da Província".[27]

[25] *Relatório do diretor do Colégio dos Educandos Artífices. Tomaz de Morais Rego. Teresina: 1863. Documento avulso de 1852-1873.*

[26] *Id. Ibid.*

[27] *"Escola dos Educandos Artífices" - Diário do Piauí, Teresina 24/07/1911, p. 1.*



A realidade narrada pelo diretor do internato se encontra distanciada dos princípios básicos do discurso da elite na implementação desta instituição. Em razão disso, perguntamos: até que ponto estaria esta instituição filantrópica a serviço da educação da pobreza?

Relata, ainda, o pe. Tomaz, a respeito do estado moral do internato, que, embora todos frequentassem as aulas de primeiras letras, "nenhum apresentava rendimento nem na leitura nem na escrita".[28] Apresenta a relação nominal dos educandos artífices da Província com declaração de suas idades, data de admissão, ofícios que aprendiam e várias observações que caracterizavam os menores em bons, maus, incapacitados, esperançosos, obedientes, incorrigíveis, aplicados ou os que nada sabem.

Pelo Quadro V, percebemos que o diretor classifica uns e desclassifica outros. Os classificados eram os considerados "inteligentes", "trabalhadores", "aplicados", "esperançosos", "habilidosos" e "obedientes", e os desclassificados eram "os que nada sabiam", "atrasados", de "péssimos costumes", "vadios" e os que "não prestavam para nada". Por esse julgamento, fica clara a ação do diretor em defesa de um sistema de normas estabelecidas como absolutas. Isto mostra que o avaliador tem por fim reafirmar os padrões de comportamento estabelecidos pelo poder dominante, pois esses menores eram julgados pela inadequação de seus comportamentos às regras de conduta moral, consideradas legítimas.

O pe. Tomaz utiliza, assim, as armas ideológicas da ética do trabalho capitalista para qualificar e até desclassificar os internos. Esse diretor condenou o menor Francisco Vieira de Andrade, de 12 anos, que aprendia o ofício de marceneiro, como "incorrigível" e como um que "não prestava para nada". Da mesma maneira fez com Martiliano Pereira d'Assunção, de 12 anos, aprendiz de ferreiro, Manoel Carlos Damasceno Gomes, de 15 anos, alfaiate, e Avelino Alves Rosa, de 11 anos, também alfaiate. Enquanto esses fossem considerados incorrigíveis, Mariano Pereira de Sousa, de 12 anos, aprendiz do ofício de alfaiate, era aplicado e dava boas esperanças, e João Antônio Vitorino de Sousa, de 11 anos, aprendendo o ofício de ferreiro, era digno e merecedor de estima e proteção pela sua inteligência e comportamento.

[28] *Relatório do Diretor da Escola dos Educandos Artífices. op. cit.*

Percebemos, nesta avaliação do diretor, um discurso dualista, profundamente maniqueísta, que procura distinguir o bem do mal, o certo do errado, numa visão de mundo comum a toda a elite do período estudado. Percebemos, também, a fixação de valores de seu julgamento a partir da disciplina, obediência e dedicação. Vimos que o menor Cassiano Pereira da Cruz, de 12 anos, aprendendo o ofício de torneiro, foi nomeado contramestre da oficina, por ser muito obediente e de boa moral. O mesmo aconteceu com o menor Antônio Francisco Paula, de 12 anos, aprendiz do ofício de torneiro, promovido a contramestre da oficina, por estar habilitado e ser muito obediente. Será que obediência, dedicação e bom comportamento significavam para os órfãos uma luta pela sobrevivência?

Segundo o Regimento de 1861, aqueles que apresentassem comportamento do tipo "sem esperança de corrigir-se", prejudicando a ordem, a disciplina e a moralidade do estabelecimento, eram despedidos. Esta exclusão atingiria, também, àqueles que apresentassem inaptidão, no espaço de três anos. Eram, portanto, entregues a seus pais ou, sendo órfãos, postos à disposição do juiz dos órfãos para dar-lhes o destino que julgasse conveniente.[29] Citamos, como exemplo, o menor Ponciano da Silva Gouveia, expulso por praticar atos imorais na instituição.[30]

[29] *LIVRO dos Educandos Artífices. op. cit. p. 109.*

[30] *Ofício do Palácio do Governo do Piauí. Teresina 17/08/1853.*



**QUADRO V** - Relação dos educandos artífices da província, com declarações de suas idades quando admitidos, ofícios que aprendem, e aplicação a eles.

| Nome | Idade | Quando Admitidos | Ofícios que Aprendeu | Aplicação | Observação |
|---|---|---|---|---|---|
| Belisário José Nunes Bona | 11 | 25/04/1857 | Marceneiro | É o mais inteligente, e tem desenvolvimento em seu trabalho | |
| Peleciano Ferreira Mendes | 8 | 02/07/1858 | Marceneiro | Tem inteligência, porém a 4 anos ... ao menos... ... | |
| Ayres Antônio da Silva | 14 | 10/08/1858 | Marceneiro | É inteligente está bem adiantado na música e marcenaria | |
| Joaquim Alves da Silva | 9 | 30/08/1858 | Marceneiro | É trabalhador e ... ... | |
| Raimundo Cândido Vieira | 9 | 09/09/1858 | Marceneiro | É trabalhador e ... ... | |
| Florêncio Vieira Perdigão | 8 | 03/03/1859 | Marceneiro | É trabalhador e ... ... | |
| Joaquim José de Oliveira | 13 | 25/06/1859 | Marceneiro | É inteligente porém muito manhoso, nada sabe do ofício e tem muita habilidade para música | |
| Brás José Rodrigues | 16 | 01/09/1859 | Marceneiro | É trabalhador sobretudo obediente e digno de toda estima e muito ajuda no regime da casa. | |
| Pedro José da Silva | 13 | 11/06/1860 | Marceneiro | Dá boas esperanças | |
| José Ignácio do Prado | 10 | 28/01/1861 | Marceneiro | Habilidade para ofício mecânico | |
| Manoel dos Reis do Nascimento | 14 | 01/04/1861 | Marceneiro | Tem coragem para o trabalho | |
| Silvério da Silva Oliveira | 14 | 12/12/1862 | Marceneiro | Pouco aproveitamento | |
| Francisco Vieira d'Andrade | 12 | 26/02/1862 | Marceneiro | Nada sabe | Não presta para nada: é mesmo incorrigível |
| Viriato Doriano d'Aº Castro | 15 | 09/09/1862 | Marceneiro | Está perfeito no ofício de torneiro | É inteligente, muito bom, princípio de educação, digno sem dúvida de melhor sorte |
| Cassiano Pereira da Cruz | 12 | 02/01/1858 | Torneiro | Está perfeito no ofício de torneiro | Foi nomeado Contramestre da oficina, muito obediente e de boa moral |
| Antônio Francisco Paula | 12 | 04/09/1858 | Torneiro | Tem habilidade | Foi nomeado Contramestre da oficina, muito obediente |
| Theophilo de Araújo Costa | 12 | 12/04/1859 | Torneiro | É aplicado e esperançoso | |
| Theophilo de Freitas e Sousa | 13 | 25/07/1859 | Torneiro | É aplicado e esperançoso | |
| João José de Araújo | 12 | 08/02/1859 | Torneiro | É aplicado e esperançoso | |
| João Antônio Vitorino de Sousa | 11 | 12/01/1863 | Ferreiro | Já trabalha muito bem | É digno e merecedor de toda estima e proteção pela sua inteligência e comportamento |
| Perlonio Pereira de Moraes | 12 | 16/09/1858 | Ferreiro | É aplicado ao trabalho | |
| João dos Santos e Silva | 15 | 05/03/1868 | Ferreiro | É aplicado ao trabalho | É singular no seu modo de vida e faz rir e só lhe satisfaz o trabalho |
| Manoel Francisco do Prado | 14 | 28/01/1861 | Ferreiro | É aplicado ao trabalho | |
| Manoel Alves | 14 | 27/01/1863 | Ferreiro | Pouco ou nenhum aproveitamento | |
| Martiliano P. d'Assunpção | 12 | 30/04/1863 | Ferreiro | Nada sabe | |
| Miguel Pereira da Cruz | 11 | 02/01/1858 | Sapateiro | É aplicado ao trabalho | |
| Manoel Domingues Professor | 11 | 01/03/1858 | Sapateiro | É aplicado ao trabalho | Passou ultimamente para ofício de alfaiate e ser doente do peito |
| João Pereira de Sousa | 11 | 01/03/1858 | Sapateiro | É aplicado ao trabalho | |
| Antônio Marcelino Gomes | 11 | 08/03/1858 | Sapateiro | Já trabalha com perfeição | É muito digno e de boa educação |
| Benedicto de Sousa Ames | 9 | 13/03/1858 | Sapateiro | Nada sabe | |
| Vicente Borges de Miranda | 15 | 06/06/1860 | Sapateiro | É aplicado ao trabalho | |
| Paresmo de Sam Bôa Ventura | 11 | 06/11/1860 | Sapateiro | É aplicado ao trabalho | |
| Raimundo José Gomes | 9 | 09/03/1860 | Sapateiro | É aplicado ao trabalho | É muito inteligente, porém vadio em excesso, e senão tiver muito freio a ser isso ... ... |

| Nome | Idade | Quando Admitidos | Oficios que Aprendeu | Aplicação | Observação |
|---|---|---|---|---|---|
| Alexandre Barsol de Lima | 9 | 12/03/1858 | Alfaiate | Já trabalha com desenvolvimento | |
| Martinho Pereira da Silva | 11 | 19/02/1858 | Alfaiate | É o mais adiantado da oficina | Está no caso de ser protegido, já pelo seu adiantamento e já pela sua moral |
| Ângelo Custódio dos Santos | 6 | 25/02/1858 | Alfaiate | É aplicado ao trabalho | |
| Manoel Cândido da Costa | 5 | 30/12/1858 | Alfaiate | Nada sabe | Está ainda muito pequeno e não mostra habilidade por causa alguma. |
| João de Miranda B. do Amaral | 7 | 15/09/1859 | Alfaiate | É inteligente e porém nada sabe atesta a sua idade | |
| Cândido Pereira Mendes | 7 | 24/10/1860 | Alfaiate | É inteligente e porém nada sabe atesta a sua idade | |
| Roberto de Amorim Lima | 8 | 29/10/1860 | Alfaiate | É inteligente e porém nada sabe atesta a sua idade | |
| Benedito José dos Santos | 9 | 15/10/1861 | Alfaiate | Nada sabe | É incorrigível e julgo que deve ser entregue a sua mãe |
| Gustavo Galvão Castelo Branco | 8 | 20/01/1862 | Alfaiate | É muito atrasado no seu oficio atesta sua... | |
| Mariano Pereira de Sousa | 12 | 01/03/1862 | Alfaiate | É muito aplicado e dá boas esperanças | |
| Joaquim Pereira de Sousa | 10 | 01/03/1862 | Alfaiate | É muito aplicado e dá boas esperanças | |
| Rosendo Gomes de Melo | 9 | 30/06/1862 | Alfaiate | É muito aplicado e dá boas esperanças | |
| Manoel da Crús | 8 | 24/02/1863 | Alfaiate | Pouco ou nenhum adiantamento tem | |
| Dorotheo José da Silva | 16 | 11/07/1860 | Alfaiate | Está bastante atrasado | Péssimos costumes, e tendo desertado do Estabelecimento dia 24 de abril deste ano, foi capturado no dia 30 de maio |
| Manoel Carlos D. Gomes | 15 | 25/02/1863 | Alfaiate | Nada sabe | |
| Avelino Alves Rosa | 11 | 12/05/1863 | Alfaiate | Nada sabe | Nada sabe |
| José Pecelino R. de Moraes | 14 | 05/03/1861 | Alfaiate | É muito inteligente e acha-se bastante adiantado. | Está habilitado a ganhar um bom ordenado em qualquer tipografia, e prima pela sua fidelidade e obediência |

Diretoria do Estabelecimento dos Educandos Artifices em Teresina, 15 de junho de 1963.

Pe. Tomaz de Morais Rêgo

FONTE: Caixa de documentos avulsos - Teresina - 1852-1873.



As resistências dos órfãos quanto ao regime do Colégio dos Educandos Artífices perpassam toda a documentação pesquisada. Aparecem nos livros de anotações os nomes daqueles que fugiam por serem "insubordinados" e "indisciplinados".[31] Com base no regimento interno é possível dizer que o comportamento desses menores, na tentativa de fugir do Colégio, reflete uma resistência às regras de controle institucional.[32] A coragem e a ousadia dos órfãos desobedientes e fujões deixavam transparecer a sua revolta contra o tratamento a que eram submetidos pelos funcionários responsáveis por sua reeducação. São registrados evasões, arrombamento do muro do estabelecimento e até comportamentos considerados preguiçosos, como recusa ao trabalho. O diretor Francisco José da Silva faz um oficio ao dr. Luiz Carlos de Paiva Teixeira com esse teor:

> *"comunico a V. Excia. que anteontem à noite evadiram-se deste Estabelecimento, arrombando o muro, os educandos Manoel Pereira de Carvalho e Balbino José Rodrigues que sendo filhos de Oeiras, e devendo haver um exemplo, não só para eles como para os outros eu requisito a V. Excia, no caso de ser admissível com a escolta de duas praças para os seguir e capturá-los.*[33]

Neste contexto, observamos que o poder e a resistência se articulavam na própria trama dos interesses em questão. É que onde está o poder, aí está a resistência.

A família pobre, pela sua indigência econômica, era incapaz de educar seus próprios filhos. Entretanto, não era meta da sociedade teresinense transformar concretamente a situação social em que se encontravam as famílias dos meninos pobres e, sim, afastá-las da ociosidade e dar-lhes trabalho, para não mendigarem. Se o Governo assistia a essas crianças através da criação do Colégio dos Educandos Artífices, a sociedade igualmente assistia através de obras filantrópicas.

[31] *São vários oficios com esse teor na Caixa de documentos avultos - Teresina, 1952-1873.*

[32] *Ver artigos que tratam da disciplina no Regimento. op. cit. Capitulo 4°.*

[33] *Oficio do Diretor do Colégio dos Educandos, Artífices Francisco José da Silva, ao Ilm° e Exm° Sr. Dr. Luiz Carlos de Paiva, Vice-Presidente da Província, em 17/08/1853.*

Pela documentação investigada, não foi possível encontrar registros que indicassem contrato remunerado para as atividades desempenhadas pelos educandos. Embora essa instituição tenha sido criada com o objetivo de oferecer uma formação profissional aos seus educandos, não percebemos, em nenhum momento, a preocupação de garantir a absorção desses profissionais pelo mercado de trabalho.

O cotidiano dos alunos era disciplinado pelo rigoroso regulamento interno, destinado a constrangê-los ao trabalho. Levantavam cedo, às 5 horas da manhã, formavam o corpo de educandos e eram revistados. Esta revista indicava a falta de algum aluno, se havia doentes ou se estavam vestidos com asseio e regularidade. Depois, encaminhavam-se ao Oratório e faziam em comum uma oração "ao Todo Poderoso pela prosperidade do Imperador, da Família Imperial e do Estabelecimento".[34] Em seguida, dirigiam-se à sala de aula de primeiras letras, onde permaneciam durante oito horas. Com o toque da sineta, às nove horas, se encaminhavam para a sala de "rancho", onde almoçavam sob o olhar vigilante do diretor e, imediatamente, iam para o trabalho nas oficinas. De uma a duas horas jantavam e descansavam. Das duas às quatro horas da tarde continuavam o trabalho. Às oito horas da noite ceavam e, ao tocar a sineta, eram recolhidos para o dormitório, no qual faziam a oração igual à da manhã. Nos dias de domingo e dias santos, assistiam à missa na Capela do Estabelecimento ou na igreja que o presidente da Província determinasse. Nestes dias recebiam aulas de doutrina cristã, dadas pelo capelão, recordavam as lições e aprendiam com o diretor o manejo de armas e exercícios militares.[35]

O tempo na instituição era, portanto, medido e, durante todo o seu transcurso, os alunos estavam submetidos a esse enquadramento.

Muitos mecanismos de controle eram utilizados pelo Colégio para disciplinar o comportamento dos educandos. Estes, por exemplo, não poderiam sair à rua sem o seu uniforme e sem licença prévia do diretor. O art. 24 do Regimento nº 51, de 1864,

[34] *Regimento. op. cit. Cap. 3º, artigos - 12 a 21.*

[35] *Id. Ibid.*



*"proibe aos educandos disputar entre si ou com qualquer outra pessoa; tocarem em "bebidas espirituosas"; proferirem palavras obcenas; fazerem a mínima observação às ordens que lhes eram dadas; faltar com respeito aos mais velhos; e quando qualquer educando tivesse queixa contra aos mais velhos; e quando qualquer educando tivesse queixa contra seus camaradas deveria recorrer imediatamente ao diretor.*[36]

Esse sistema disciplinar funcionava como repressão. A título de punição era utilizada uma série de processos sutis que iam do castigo físico a pequenas humilhações. Dentre outras, havia as seguintes punições: repreensão particular na secretaria do estabelecimento; repreensão pública à frente do corpo formado; privação de recreio ou passeio; trabalho fora das horas de costume; exclusão da mesa por uma a três vezes; prática de trabalho que exercitasse o peso e o vexame; prisão temporária até três dias, com restrição da refeição; castigo de palmatória e até expulsão.[37] As punições eram mecanismos muito fortes, que definiam os limites do controle e da ordem no cotidiano dos educandos. É no espaço urbano de Teresina que suas vidas transcorrem, com suas atividades de trabalho, sentimentos, frustrações, esperanças, desesperanças e se fundem nas relações sociais e nos conflitos de classe.

A cidade de Teresina, ao desejar livrar-se da mendicância das ruas, fez campanhas, desde o século passado, através da imprensa, buscando alternativas no sentido de amenizar a situação da pobreza. A partir dos primeiros anos do século XX, a sociedade teresinense fez apelos para a criação de casas filantrópicas - entidades de caráter religioso comandadas por homens de elite, com o apoio do poder público estadual e municipal.[38]

[36] *Regimento. op. cit. Capítulo 4º - art. 24.*

[37] *Regimento. op. cit. Capítulo 4º art. 27.*

[38] *Segundo artigos de jornais Diário do Piauí nº 172, 173, 181 ano 1912 - **Relatórios e mensagens dos governantes do Piauí e Livro de Leis e Decretos do Estado do Piauí** - 1906.*

Pelo imaginário dos teresinenses perpassava a ânsia por uma cidade "progressista" e "civilizada". Daí a preocupação de limpar as ruas e os locais onde os homens e mulheres pobres, os órfãos, os mendigos e os loucos viviam. Neste contexto, foram criadas, além do Colégio dos Educandos Artífices, outras instituições assistenciais, como o Colégio dos Órfãos, a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo dos Alienados e proposta a criação do Asilo de Mendicidade. Todas essas instituições tinham em vista o controle da pobreza. Essas obras, muito embora apresentassem um atendimento diferenciado, tinham um objetivo comum: organizar o espaço urbano da cidade e controlar sua população miserável, mantendo, dessa forma, Teresina com a imagem de "cidade higiênica e civilizada".

Os jornais da época nos possibilitam dizer que houve uma campanha favorável à criação do Asilo de Mendicidade e do Asilo dos Alienados ou Asilo dos Loucos. A partir das propostas de criação, é possível julgá-los como uma das respostas da elite ao espetáculo da mendicância, ao qual foi contraposto o "espetáculo da vigilância", uma vez que, criadas estas instituições assistenciais, Teresina estaria livre das "cenas indesejáveis". Essa limpeza era realizada através do acolhimento, de cessão de alimentos, roupas e remédios.[39] Em Teresina, propunha-se como necessária a perda do hábito de mendigar e a aceitação do assistencialismo, que direcionavam a vida daqueles pedintes. É possível dizer que essas instituições emergiam como instrumentos de normatização e controle dessa sociedade. Nesta perspectiva, controlariam os corpos, objetivando ordenar a "Cidade Verde",[40] que ora se urbanizava. Tal controle era feito através do saber da classe dirigente de Teresina, como literatos, bacharéis, políticos, engenheiros, farmacêuticos e médicos. Vale acrescentar que o espetáculo da vigilância foi criado em Teresina desde o momento em que ela surgiu como centro do poder político-administrativo, ou seja, como nova Capital do Piauí, em 1852.[41]

Nos primeiros anos do século XX, a imprensa passou a divulgar amplamente a necessidade da criação dos Asilos de Loucos e de Mendicidade. O "**Diário do Poder**" noticiava:

[39] *Regulamento do Decreto nº 237 - 15/01/1907, art. 8º p.4.*

[40] *Título dado à cidade de Teresina em 1899 por Coelho Neto. TITO FILHO, A. Tito. Crônica da cidade amada. Teresina 1977.*

[41] *FREITAS, Clodoaldo - História de Teresina - Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.*



> *"é de palpitante necessidade e de grande alcance altruísta criar-se nesta Capital um asilo que acolha no seio todos esses pobres que nas ruas teresinenses buzinam com pedidos de esmolas, que nas portas das casas pedem de maneiras diversas com vozes imitando as variações e notas da música".*[42]

Abraçaram esta causa Djalma Flores e J. Fonseca Ferreira que, através de crônicas e artigos, consideravam vantajosa a criação de uma instituição assistencialista de caridade, uma vez que esta

> *"acarretaria a saúde, o bem-estar geral, à vista do público, numa cidade que civiliza-se contempla-se principalmente aos sábados, esse cortejo de pobres mendigos, na maior parte doentes, cruzando ruas amontoando-se nas portas, no intuito de esmolarem a caridade pública".*[43]

Fonseca Ferreira apontou uma dessas vantagens: *"as despesas que um dono de casa faz com esmolas são superiores as que por ventura venha fazer com a contribuição à sociedade de criar e manter um Asilo de Mendicidade".*[44] Por outro lado, vimos que as cenas da pobreza os incomodava, como acrescenta o referido cronista:

> *"além de outros perigos que traz esse estado de coisas resulta o incoveniente dos pobres sujarem as casas, bezuntando-as, cuspindo-as, infectando-lhes os corredores e com mais ainda, as esmolas assim distribuídas nem sempre são aplicadas ao fim destinado: mendigos havendo que as empregam na alimentação de vícios e na primeira taberna compram aguardente com que se embriagam".*[45]

Por esse relato, fica clara a preocupação com a higiene, a moral e a ordem na cidade. Estes são fortes componentes que acompanhavam os projetos urbanos da nova Capital. A preocupação com o asseio deveria, portanto, guiar o comportamento da população, sendo desta exigida a ação em consonância com os padrões higiênicos definidos pelas autoridades sanitárias. Higienizar a cidade fazia parte do saber médico e dos planos dos governantes da época.[46] Em decorrência dessa preocupação com novos pa-

[42] ***Diário do Piauí** - 10/08/1912 nº 172, p.1.*
[43] *Id. Ibid.*
[44] *Id. Ibid.*
[45] *Id. Ibid.*
[46] *Em termos de Brasil, consultar as obras: Machado, Roberto et alii. **Danação da norma. Medicina social e Constituição da Psiquiatria no Brasil**, Rio Graal, 1978; Costa, Jurandir Ferreira - **Ordem médica e Norma Familiar**, Rio Graal, 1979.*

drões de hábitos e higiene, o jornal **Gazeta** faz advertências claras:

> *"não cuspa no assoalho da casa nem no bonde ou no vagão, evite cuspir nos passeios das ruas... não assobie... não se ria às gargalhadas... não se assoe, sem muita necessidade, em presença de outrem... não boceje, não saluce..."*[47]

O nome de Cidade Verde, recentemente atribuído a Teresina, pode estar ligado ao imaginário de uma cidade urbanizada, no momento em que existia a preocupação com o seu embelezamento, através da arborização, construção de praças e jardins, alargamento de ruas e construção de avenidas, aspirações de uma sociedade civilizada e progressista.[48] A exemplo disso, Fonseca Ferreira comenta:

> *"já construimos uma sociedade civilizada, pensamos na higiene de nossa Capital e esperamos ansiosos, luz e bonde elétrico... Seria uma injustiça um erro, deixar que eles "coitadinhos" continuem assim abandonados aos vendavais da vida - dessa vida miserável e cheia de dores por onde penosamente se arrastavam.*[49]

Por essa passagem, percebemos a existência de um sentimento de compaixão pelos considerados "coitadinhos", "abandonados" e "infelizes". A imprensa chega a apelar para os sentimentos de caridade e virtude da população.[50] Ao mesmo tempo, transparece o sentimento de intolerância, nojo e até rejeição aos mendigos. Estão presentes nos relatos as sensações de incômodo e o perigo que os mendigos provocavam na cidade de Teresina. Restava, assim, livrar a cidade de cenas consideradas anormais, o que fazia parte da nova ordem. Conta-nos Fonseca Ferreira que

> *"as senhoras se vêem na dura obrigação de aos sábados, pelo menos, ter uma pessoa encarregada só para distribuir [as esmolas] aos pedintes... Os cegos e aleijados entram pelas casas a dentro, tudo vão sujando, desde as paredes com as mãos bezuntadas, até o chão com enormes cuspadas".*[51]

[47] *"Noções de Cividade - costumes". Gazeta nº 64 - Teresina 01/08/1906, p.2.*

[48] *Ver os discursos dos Governadores anos 1896-1914.*

[49] *Asilo de Velhice e Mendicidade - Diário do Piauí - 04/08/1912, nº 67, p.3.*

[50] *Id. Ibid. p.3*

[51] *Id. Ibid. p.3.*



Tais hábitos eram considerados nocivos numa época em que se destacavam a educação higiênica e os cuidados com a saúde. Segundo Sebastião Rogério de Barros da Ponte, "foram as classes subalternas que o saber higienista objetivou como principal agente de nocividade social, em virtude de suas crenças e práticas consideradas ignorantes, supersticiosas, primitivas e anti-higiênicas".[52]

Outra justificativa para a criação de casas de filantropia, que aparece nos jornais, era a de que as esmolas distribuídas aos mendigos nem sempre chegavam ao fim destinado, sendo utilizadas na alimentação de vícios, pois "na primeira taberna encontrada compra-se cachaça, com que se embriagavam".[53] Segundo Fonseca Ferreira, o Asilo iria proporcionar aos mendigos uma vida fácil e sem os vaivéns da sorte. Dessa forma, o Asilo era considerado uma obra importante e de "grande benefício" para Teresina, porque não só lhe pouparia os incômodos do sistema de pedidos de porta em porta, mas também concorreria para o progresso da Capital e o prolongamento da vida dos socorridos.[54] Neste contexto, a campanha em prol da criação do Asilo se propagava, procurando conscientizar a sociedade teresinense da "urgente necessidade" de concretizar tal idéia. Criou-se, então, o movimento pró-asilo, do qual participavam "todas as camadas sociais".[55]

Outro articulista e simpatizante desse movimento foi Djalma Flores, conhecido pelas crônicas sobre a mendicidade, estampadas aos domingos no jornal **Diário do Piauí.** Nas suas narrativas, pedia apoio aos poderes competentes e mostrava-se otimista ao afirmar que o Asilo "crear-se-á sem grandes dificuldades precisando apenas de muito critério na escolha de sua primeira diretoria, que deve ser probidosa e trabalhadora". Acrescentava ainda que este movimento teria adesão de toda a sociedade. O cronista chegava a receber "aplausos", quer pela imprensa, quer em conversas particulares.[56]

[52] *PONTE, Sebastião Rogério de Barros. **Remodelação urbana e disciplinalização social em Fortaleza na primeira república - PUC-SP, 1992** Dissertação (mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992. p.94.*

[53] *Jornal **Diário do Piauí**, 04/08/1912, op. cit. p.3.*

[54] *Id. Ibid. p.3.*

[55] *Asilo de Velhice e Mendicidade - **Diário do Piauí**, 21/08/1912, nº 181, p.1-3.*

[56] *Id. Ibid. p.3.*

* *Magistrado e Jornalista atuante em Teresina. Não se trata do médico e político Simplício de Sousa Mendes, que exerceu a medicina na segunda metade do século XIX.*

Outro participante ativo do movimento pró-asilo foi Simplício de Sousa Mendes,* que se destacava por seus artigos denominados "Films", saídos aos domingos no **Diário do Piauí**. Para ele, era inadiável a necessidade da criação do referido asilo, afirmando que "esse melhoramento se impõe, não tanto como um ato de filantropia, mas como uma prática de verdadeira justiça".[57]

Via Simplício de Sousa Mendes,

> *"na criação do Asilo, a grande conveniência, um meio excelente da política descobrir os exploradores da caridade pública, esses indivíduos que nada sofrem, mas que esmolam às portas para assim alimentar a sua vagabundagem".*[58]

Considerava ainda que a ação da polícia só seria eficaz quando selecionasse "os cegos, velhos e aleijados dos malandros, que deverão ir, não para o Asilo, mas para o Xadrez".[59] O articulista estava convicto de que uma das dificuldades da criação do Asilo seria a de "recolher os inválidos para o internato".[60] Posicionava-se a favor da proibição da prática de mendigar pelas ruas de Teresina, sendo que, para isso, precisaria do "apoio da polícia recolhendo todos aqueles que ainda aparecessem a mendigar".[61]

O cronista comentava que em outras cidades brasileiras nas quais foram criados Asilos de Mendicidade "os mendigos fizeram revoltas para não entrar para o asilo".[62] Acreditava que não só os vagabundos exploradores se voltaram contra essa medida, mas os próprios necessitados se recusariam a se internar,[63] recusa que deveria constituir "caso de polícia". Deu parecer junto ao Regimento do Asilo, sugerindo que os mendigos, ao chegarem à instituição, deveriam ser submetidos ao exame médico, com o fim de constatar o seu estado de invalidez e ver se não sofriam de moléstias contagiosas. Os que sofressem de moléstias transmissíveis, como a tuberculose, seriam destinados a outras casas pias, como os sanatórios. O olhar médico era indispensável no exame dos mendigos. A participação dos médicos era premiada com a concessão de título de "sócio-benemérito" ou "honorário".

[57] *Id. Ibid. p.1.*

[58] *Id. Ibid.*

[59] *Id. Ibid.*

[60] *Jornal Diário do Piauí, 21/09/1912. op.cit. p.3.*

[61] *Id. Ibid.*

[62] *Id. Ibid.*

[63] *Id. Ibid.*



Não resta dúvida de que o saber médico de então se expandia por todo o Brasil, concomitantemente ao crescimento urbano, possibilitando a sua intervenção na sociedade. Procurava-se, dessa forma, mudar hábitos e valores tradicionais, transformando a cidade a partir de conhecimentos e práticas médicas. A propósito disso, Maria Clementina Pereira Cunha afirma que "a medicina higiênica, como medicina mental, vai construir um discurso sobre todas as instâncias da vida invadindo a esfera das relações pessoais para moldá-las, segundo os propósitos da ordem e da disciplina urbana".[64] A cidade de Teresina viveu este momento.

A comissão dos médicos, drs. Cândido de Holanda Costa Freire, Simplício de Sousa Mendes e Raimundo de Arêa Leão, foi formada para deliberar medidas higiênicas e de saúde para o espaço urbano de Teresina.[65] Essa comissão ficou encarregada de examinar a tripulação e os passageiros dos vapores e barcos procedentes da cidade de Parnaíba, fazendo retirar para o lazareto as pessoas que apresentassem sintomas de varíola.[66] Já em 1877 a população migrante, por ordem médica, era obrigada à vacinação.[67]

O presidente da Província, Franklin Américo de Menezes Dória, convoca, em 14/05/1866, o médico do partido público, Simplício Sousa Mendes, para uma reunião, onde seriam tomadas medidas para o combate do Cholera - Morbus, que já havia chegado ao Ceará e ameaçava esta Província.[68]

[64] *CUNHA, Maria Clementina Pereira. O Espelho do Mundo - Juqueri, a história de um asilo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p.35.*

[65] *PIAUÍ. Presidente, 1884 (Egídio Adolfo Victório da Costa - 1884). Relatório com que o Exm°. Sr. Presidente, Dr. Egídio Adolfo Victório da Costa, passou a administração da Província do Piauí ao Exm°. Sr. 3° Vice-Presidente, Dr. Manoel Ildefonso de Souza Lima, no dia 03/09/1884; demais Relatórios dos Presidentes; Livros dos Médicos - 1874-1879; Ofícios dos Médicos do partido público - 1866; Registro da Comissão de Socorros Públicos com a Saúde Pública, 1866-1868.*

[66] *Id. Ibid.*

[67] *Livro dos médicos 1874-1879, n° 1291. Os médicos consultavam os migrantes e estes eram encaminhados para receberem remédios nas boticas dos farmacêuticos Collet da Fonseca e Pedreira.*

[68] *Foram enviados ofícios às Câmaras Municipais do interior determinando as seguintes medidas: "observar restritamente a limpeza e o receio das estradas, ruas e praças e de qualquer edifício público ou particular... guardar com o mais firme escrúpulo diversas regras higiênicas". Circular às Câmaras Municipais n° 34 - Registro da Comissão com a Saúde Pública anos 1866-1868 n° 1289.*

Os jornais do período estudado cumprem o seu papel veiculador do discurso dominante, publicando regras de "Higiene Pública" e "Recomendações higiênicas nas habitações".[69]

Para Magali Engel, os médicos apresentavam-se com um dos segmentos da intelectualidade que se empenhavam na tarefa de ordenar aquilo que era visto como desordem, transformando a cidade num espaço civilizado.[70]

Ao lado da campanha pró-Asilo de Velhice e Mendicidade, foram encontrados relatos, nos jornais de Teresina, com passagens de pessimismo em torno desse movimento. Para alguns cronistas, o piauiense encarava os problemas a serem resolvidos de forma desalentadora. Mas Djalma Flores insistia na sua criação, afirmando que

> *"cresce de dia para dia, acompanha o nosso progresso tornando-se assim, cada vez mais difíceis as condições de vida para eles, pois quanto maior e civilizado é o meio, mais repugnância há em darmos diretamente esmolas aos miseráveis, que seguem por toda parte".*[71]

O jornalista Simplício de Sousa Mendes revelava proveito na criação de uma casa de filantropia, considerando a elite piauiense possuidora de "tal sentimento" e de "qualidades humanitárias". Concordando com a mesma idéia, Djalma Flores considerava que os dois seriam os primeiros sócios e responsáveis para angariar donativos de particulares e subvenções dos governos do Estado e do Município. A sociedade ajudaria a manter o Asilo, que ficaria numa chácara afastada do centro da cidade. Não resta dúvida de que as imagens da pobreza se tornariam "invisíveis" no espaço urbano teresinense, se a proposta da criação do Asilo de Mendicidade viesse a se concretizar, uma vez que não nos foi possível encontrar documentos que registrassem a existência dessa instituição.

[69] *O jornal O Apóstolo traz orientações de higiene na habitação. "Evitem-se as correntes de ar especialmente quando se está suado; deixem as janelas abertas; dê preferência a aposento vasto e se estes o não forem, abram as janelas. Teresina 04/08/1907. Ver ainda nos jornais Gazeta - Teresina 10/08/1906, nº 65, p.1. O Apóstolo, Teresina, 04/08/1906, nº 64, p.2; O Semanário, Teresina, 24/12/1884 nº 363 Ano IX, P.1.*

[70] *Engel Magali - Meretrizes e doutores. São Paulo. Brasiliense, 1989. p.39.*

[71] *Jornal Diário do Piauí, op. cit. nº 181, p. 3.*



Somente no início deste século, pelo Decreto nº 327, de 05 de janeiro de 1907, foi fundado, nesta Capital, o Asilo de Alienados, cuja finalidade era recolher e tratar todos os enfermos de perturbações mentais,[72] haja vista que os seus idealizadores consideravam que os alienados podiam cometer atos que ofendessem os bons costumes. Parecia para eles que a convivência com os "loucos" e com os que fugissem à normalidade fosse impossível de se conciliar com a urbanização da cidade. Em Teresina, a forma pública de exclusão dos "loucos" das ruas da cidade, antes da criação do Asilo dos Alienados, era feita através da prisão, como ocorreu com "loucos" mais conhecidos, como Mariano, Isidório, Raimundo e José Alves.[73]

Desde o ano de 1906, os teresinenses projetaram criar um estabelecimento hospitalar para loucos indigentes. Logo conseguiram donativos, na importância de 5:000$000 réis. Entretanto, com o projeto, o governador, dr. Álvaro de Assis Osório Mendes (1904-1907), concedeu mais 3:000$000, réis com o que se adquiriu a casa e o terreno situados no Campo de Marte, entre as ruas Riachuelo e Divisão[74] (hoje João Cabral). Em 21/01/1907, o Asilo foi inaugurado provisoriamente,[75] com festividade e discurso do dr. Areolino de Abreu, um dos que lutou pela realização dessa obra.[76] Um ano antes de sua inauguração, sob força da lei estadual, o governo autorizou a liberação de 20:000$000 réis para as obras do Asilo. Para o mesmo fim, o Congresso Nacional concedeu o auxílio de 15:000$000 réis. Com estes recursos, foi iniciada a construção do Asilo.[77]

[72] *PIAUÍ. Leis e Decretos. Regulamento a que se refere o decreto 327 de 15/01/1907, pp.4-6.*

[73] *Ver nos Livros Registros Policiais, nº 832, 933, 934 - anos 1877-1880.*

[74] *Ver nos Relatórios e Mensagens dos Governadores - 1907-1915. Regulamento do Decreto 327, op. cit. p.4-6.*

[75] *PIAUÍ. Governador, 1916-1920. (Eurípedes Clementino de Aguiar). **Mensagem do Exmº. Sr. Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar em 01/06/1917.** Teresina, 1920, p.17-20.*

[76] *Por esse motivo o Asilo de Alienados recebeu o nome de Areolino de Abreu, em homenagem a este idealizador.*

[77] *Id. Ibid. p.17.*

Coube ao dr. Antonino Freire da Silva, engenheiro e diretor de obras públicas, projetar o prédio com quatro pavilhões para doentes, sendo dois para cada sexo, comportando 16 leitos. Dois desses pavilhões eram para pensionistas, um para furiosos, um para imundos, um para doentes em observação, além de um salão de banhos, uma casa para administração e uma enfermaria. Os pavilhões compreendiam, cada um deles, um dormitório para 16 doentes, medindo 153m, um refeitório, com 48 m², uma sala de permanência, com 104 m², 2 cômodos para pensionistas, com 32 m², duas dependências para o guarda e Water-Closet, de 32 m², e um vestíbulo, com 24 m².[78]

Chegando a governador do Estado do Piauí, o dr. Antonino Freire da Silva (1910-1912), em Mensagem à Câmara Legislativa, ao referir-se ao Asilo diz que *"falta tudo: a casa, as enfermarias, o tratamento"*.[79] O referido governador concluiu sua mensagem afirmando que o Asilo dos Alienados "não é um hospício, é uma casa de doidos que só se visita uma vez, para conservar dessa visita a mais penosa impressão".[80] Muito embora ele não se referisse ao cotidiano dos doentes, por esse trecho percebemos que as condições de vida oferecidas por essa instituição eram precárias e por demais incapazes de atender às necessidades dos pacientes. Considerou o governador a construção de uma sala de banho para o tratamento hidroterápico como medida imprescindível às melhores condições do estabelecimento. Segundo ele, o movimento dos doentes neste Asilo, no ano de 1910, foi de 35 pacientes, número superior ao do ano de 1909, que foi de 22.

Onze anos após a criação do Asilo, o governador, dr. Eurípedes Clementino de Aguiar (1916-1920), lamentou que o projeto arquitetônico não se tivesse concretizado, uma vez que o considerou um "asilo modelar". A construção ficou parada por alguns anos, vindo apenas a ser construída a metade de dois pavilhões para doentes, células para furiosos e uma casa para a administração. O seu antecessor conseguira terminar um pavilhão com a retirada de 25:000$000 réis da verba de 50:000$000 réis, enviada pelo Governo Federal para socorrer os flagelados da seca.[81]

[78] *Id. Ibid. p.20.*

[79] *PIAUÍ. Governador, 1910-1920 (Antonino Freire da Silva). Mensagem apresentada à Câmara Legislativa dos Deputados pelo Exmº. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado do Piauí, no dia 1º de junho de 1910 - Teresina, Tip. do Piauí, 1910, pp.13-15.*

[80] *Id. Ibid. p.14.*

[81] *PIAUÍ. Governador, 1916-1920 (Eurípedes Clementino de Aguiar). Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo Exmº Sr. Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar, op. cit. p.17.*



O funcionamento do Asilo dos Alienados em Teresina foi sempre precário, sendo, desde a sua fundação, administrado pela Santa Casa de Misericórdia. O governador Eurípedes Clementino de Aguiar, em Mensagem à Câmara Legislativa, enfatizou a situação desfavorável em que se encontrava o Asilo, sem as acomodações precisas, tendo como único recurso para custear os serviços a subvenção estadual de 6:000$000 réis e a ajuda de um médico.[82] Embora preocupado com a situação da instituição, achou que não poderia dispensar as "dezenas de infelizes a ele recolhidos, dados os cuidados de que careciam".[83] O que era possível fazer, afirmava o dr. Eurípedes, era não os deixar andar nus, não sofrerem fome e nem morrerem por falta de médicos, apesar de o governador não considerar isso o bastante.

Essas passagens nos levam a refletir sobre as condições de sobrevivência desses pacientes neste Asilo. Nas entrelinhas desse discurso indicam que viviam sem vestimenta, sem alimentação suficiente, aprisionados e desprezados pelos familiares e pela assistência médica. Em sua Mensagem, o governador pede providências à Câmara dos Deputados no sentido de que as cotas de loterias pertencentes ao Asilo sejam "integralmente empregadas em benefício das obras do custeio e da constituição do patrimônio desse manicômio".[84] É de parecer que as cotas sejam entregues à administração da Santa Casa de Misericórdia, que lhes daria o devido fim, prestando contas ao Governo. Aliás, as cotas com que a Companhia de Loterias Nacionais deveria subvencionar o Asilo, nos anos de 1911 a 1916, perfaziam um total de 186:066$750 réis.

Neste sentido, o dr. Eurípedes deixa bastante clara a sua posição favorável ao Asilo e conclui que, mesmo vivendo os "apertos financeiros" do Estado, não poderia "lançar mão da esmola que a caridade nacional manda para os loucos indigentes do Piauí".[85]

[82] *Id. Ibid. p.18.*

[83] *Id. Ibid. p.19.*

[84] *Id. Ibid. p.20.*

[85] *Id. Ibid.*

Segundo o Regimento Asilar, seriam recebidos, a princípio, 80 indivíduos de ambos os sexos, dos quais 50 gratuitos e 30 contribuintes. A direção do Asilo seria entregue a um "médico competente nomeado pelo governador", que exerceria sua autoridade e o exercício do seu saber. Na escala hierárquica administrativa, viriam outras funções, um enfermeiro, um escriturário e um cozinheiro,[86] todas ligadas ao cumprimento da boa ordem, da higiene e da vigilância no Asilo.

Pelo Regimento, o Asilo não se limitava apenas a ser um abrigo de loucos, mas uma instituição em que, através do trabalho, se manteriam a disciplina e a moralidade. Para tanto, uma das funções do enfermeiro, prevista no Regimento, era a de "empregar em pequenos serviços e ocupações especiais os alienados que revelassem tendências para o trabalho".[87] Na concepção da época, o trabalho serviria para recuperar e moralizar o louco. Como meio de tratamento e manutenção da ordem, o diretor do Asilo poderia recorrer "a reclusão solitária", ao "colete de força" e à "célula".[88]

Pela investigação que realizamos, podemos concluir que as instituições Colégio dos Educandos Artífices e Asilo dos Alienados foram criadas como instrumentos de disciplinarização da vida urbana, fruto do medo e da insegurança provocado pelo imaginário das elites dirigentes de Teresina. Neste período, a Capital do Piauí, necessitando de uma ordenação urbana, retirava de suas ruas meninos órfãos e loucos, isolando-os da sociedade para que vivessem nela apenas homens sadios, normais e higiênicos.

[86] *Regulamento do Decreto nº 327 - 15/01/1907.*

[87] *Idem, art. 8º, p.5*

[88] *Id. Ibid.*



# BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

# JORNAIS *

01. **A ÉPOCA,** Teresina, 1877 a 1882.
02. **O SEMANÁRIO,** Teresina, 1884.
03. **O TELEFONE,** Teresina, 1884, 1887-1888.
04. **A IMPRENSA,** Teresina, 1877, 1878-1881.
05. **A PÁTRIA,** Teresina, 1871-1872.
06. **A MODERAÇÃO,** Teresina, 1878-1879.
07. **DIÁRIO DO PIAUÍ,** Teresina, 1911-1912.
08. **O COMÉRCIO,** Teresina, 1908.
09. **O APÓSTOLO,** Teresina, 1907.
10. **A GAZETA DO COMÉRCIO,** Teresina, 1895.
11. **A LEGALIDADE,** Teresina, 1892.
12. **A PALAVRA,** Teresina, 1903.
13. **O MONITOR,** Teresina, 1907.
14. **JORNAL DE NOTÍCIAS,** Teresina, 1918.
15. **O INCENTIVO,** Teresina, 1893.
16. **O TEMPO,** Teresina, 1905-1906.
17. **O NORTE,** Teresina, 1907.
18. **A ANDORINHA,** Teresina, 1905.
19. **BORBOLETA,** Teresina, 1906.
20. **O DEVER,** Teresina, 1902.
21. **O CORREIO,** Teresina, 1901.
22. **A LEGALIDADE,** Teresina, 1892.
23. **O ESTADO,** Teresina, 1903.

# LEGISLAÇÃO *


01. PIAUÍ. Leis, Decretos. **Legislação Provincial do Piauí,** 1870 a 1872.

02. PIAUÍ. **Legislação Provincial do Piauí,** 1880.

03. PIAUÍ. **Leis e Decretos do Estado do Piauí,** 1907, Teresina, Tip. do Piauí, 1908.

04. PIAUÍ. **Leis e Decretos do Estado do Piauí,** 1908.

05. PIAUÍ. **Código das Leis Piauienses,** 1864.

06. PIAUÍ. **Código das Leis Piauienses,** 1865.

07. PIAUÍ. **Leis do Piauí,** 1908-1909.

08. PIAUÍ. **Leis e Decretos do Estado do Piauí,** 1910, Theresina, Imprensa Oficial, 1913.

09. Teresina. **Leis do Conselho Municipal de Theresina, 1906,** Tip. Piauí, 1905.

10. PIAUÍ. **Leis e Decretos do Piauí, 1990**, Teresina, Imprensa Oficial, 1910.

11. PIAUÍ. **Leis e Decretos do Piauí, 1911**, Teresina, Imprensa Oficial, 1912.

12. PIAUÍ. **Leis e Decretos do Piauí, 1912**, Teresina, Imprensa Oficial, 1913.

13. PIAUÍ. **Leis e Decretos do Estado do Piauí, 1913**, Teresina, Imprensa Oficial, 1914.




# MENSAGENS *


01. PIAUÍ. Governador, 1900-1904 (Arlindo Francisco Nogueira). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1°/06/1904 pelo Exm° Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, Governador do Estado**. Theresina Tip. do Piauí, 1904.

02. PIAUÍ. Governador, 1900-1904 (Arlindo Francisco Nogueira). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, Governador do Estado - 1°/06/1902**. Teresina Tip. do Piauí, 1902.

03. PIAUÍ. Governador, 1900-1904 (Arlindo Francisco Nogueira). **Mensagem à Câmara Legislativa Estadual pelo Exm° Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, Governador do Estado em 1° de junho de 1901**, Teresina, Tipografia do Piauí, 1901.

04. PIAUÍ. Governador, 1910-1912 (Antonino Freire da Silva). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm° Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado no dia 1°/06/1910**, Teresina, Tip. do Piauí, 1910.

05. PIAUÍ. Governador, 1910-1912 (Antonino Freire da Silva). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no 1° de junho de 1912 pelo Exm° Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado**, Teresina, Imprensa Oficial, 1914.

06. PIAUÍ. Governador, 1910-1912 (Antonino Freire da Silva). **Mensagem apresentada à Câmara dos Deputados pelo Exm° Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado do Piauí em 1° de junho de 1911**, Teresina, Imprensa Oficial, 1911.

07. PIAUÍ. Governador, 1891 (Gabriel Luiz Ferreira). **Mensagem lida ao Congresso do Estado do Piauí, em sessão extraordinária pelo Governador do Estado Dr. Gabriel Luiz Ferreira, em 07/11/1891**, Teresina, Tip. do Piauí, 1891.

08. PIAUÍ. Governador, 1891 (Gabriel Luiz Ferreira). **Mensagem lida ao Congresso do Estado do Piauí, em sessão extraordinária, pelo Governador do Estado, Dr. Gabriel Luiz Ferreira, no dia 07/11/1891**, Teresina, Tipografia do Piauí, 1891.

09. PIAUÍ. Governador, 1904-1907 (Álvaro de Assis Osório Mendes). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1°/06/1907 pelo Exm°. Sr. Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes, Governador do Estado,** Teresina, Tip. do Piauí, 1907.

10. PIAUÍ. Governador, 1904-1907 (Álvaro de Assis Osório Mendes). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa em 1° de junho de 1907 pelo Exm°. Sr. Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes, Governador do Estado,** Teresina, Tipografia do Piauí, 1907.

11. PIAUÍ. Presidente do Tribunal de Justiça, 1908 (José Lourenço de Morais e Silva). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1°/06/1908 pelo Exm° Sr. Desembargador José Lourenço de Morais e Silva,** Presidente do Tribunal de Justiça, Tip. do Piauí, 1908.

12. PIAUÍ. Governador, 1892-1896 (Coriolano de Carvalho e Silva). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo Governador Coriolano de Carvalho e Silva,** sessão de 1°/06/1895.

13. PIAUÍ. Governador, 1916-1920 (Eurípedes Clementino de Aguiar). **Mensagem do Exm° Sr. Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar em 1°/06/1917.**

14. PIAUÍ. Governador 1912-1916 (Miguel de Paiva Rosa). **Mensagem à Câmara Legislativa no dia 1° de junho de 1913 pelo Exm°. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa, Governador do Estado,** Teresina, Tipografia Paz, 1913.

15. PIAUÍ. Governador, 1896-1900 (Raimundo Artur de Vasconcelos). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1° de junho de 1897 pelo Dr. Raimundo Artur de Vasconcelos, Governador do Estado,** Teresina, Tipografia do Piauí, 1897.

16. PIAUÍ. Governador, 1896-1900 (Raimundo Artur de Vasconcelos). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 2 de junho de 1898 pelo Dr. Raimundo Artur de Vasconcelos, Governador do Estado,** Teresina, Tipografia do Piauí, 1898.

17. PIAUÍ. Governador, 1896-1900 (Raimundo Artur de Vasconcelos). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1° de junho de 1899 pelo Dr. Raimundo Artur de Vasconcelos, Governador do Estado,** Teresina, Tipografia do Piauí, 1899.

18. PIAUÍ. Governador, 1896-1900 (Raimundo Artur de Vasconcelos). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1° de junho de 1900 pelo Dr. Raimundo Artur de Vasconcelos, Governador do Estado,** Teresina, Tipografia do Piauí, 1900.



## OFÍCIOS, PORTARIAS, CORRESPONDÊNCIA EM GERAL *

01. Ofícios de Chefe de Polícia a diversas autoridades, 1877-1883.

02. Ofício do Palácio do Governo dirigido a diversas autoridades sobre o Recenseamento geral da República, 1880.

03. Ofício do Palácio do Governo ao Médico do partido público, 1874-1879.

04. Ofício do Palácio do Governo ao Encarregado da Higiene Pública do Piauí, 1889.

05. Ofício do Palácio do Governo ao Inspetor de Saúde Pública.

06. Ofícios dos Contratantes de Núcleos, 1878.

07. Minuta de ofícios do Palácio do Governo remetida às autoridades do interior, 1876-1879.

08. Registros de ofícios do Palácio do Governo dirigidos às Comissões de Socorro da Capital e Interior da Província, 1876, 1877 a 1889.

09. Ofícios - Estabelecimento dos Educandos Artífices: Teresina, 1852-1873.

10. Correspondências do Presidente ao Engenheiro das Obras Públicas da Província, 1874-1879.

11. Correspondências aos Contratantes dos Núcleos Coloniais, 1878.

12. Correspondências recebidas de emigrantes e enviadas à Comissão de Socorros, 1878.

13. Correspondência do Palácio aos vigários, 1885 a 1889.

14. Correspondência do Palácio aos Párocos. 1876 a 1879.

15. Correspondência do Palácio aos vigários, médicos e comissionários públicos, 1882-1883.

16. Correspondência do chefe de polícia dirigida às diversas autoridades militares e civis, 1877-1878.

17. Correspondência do Palácio do Governo ao comandante do Estabelecimento dos Educandos Artífices em 1886.

18. Registro de ofício do presidente ao chefe de Polícia da Província, 1877-1878.

19. Registro de ofício do chefe de polícia para o Presidente da Província, 1877.

20. Portaria da Seção de Polícia da casa de detenção de Teresina, 1876.

21. Relação nominal das pessoas que receberam alimentos, transporte, 1878.

22. Exposição feita pela Comissão de Socorros ao Vice-Presidente sobre suas atividades em 1877.

23. Comissão de Socorros Públicos, 1878.

24. Regulamento dos Educandos Artífices, 1868-1869.

25. Recenseamento de Teresina, 1888.

26. Termo de Inspeção da Comissão de Socorros, 1878.

27. Petições e Despachos, 1878.

28. Código de Posturas da Câmara Municipal de Teresina, 1854, 1872 e 1880.

29. Livro de autoridades policiais, 1877, 1878, 1879, 1889, 1882.

30. Livro de Portarias, 1879.

31. Livro dos Médicos, 1874-1879.

32. Livro - Registro da Comissão de Socorro com a saúde pública, 1866-1868.

33. Livro - Instrução Pública, 1894-1895.

34. Livro - Registro da Comissão com o Diretor da Escola de Aprendiz Artífices, 1866-1868.

35. Livro - Educandos, 1868-1872.

36. Livro - Registro da Campanha com a Saúde Pública, 1866-1868.

37. Livro - Hospital de Caridade, 1874-1879.

38. Livro - Santa Casa de Misericórdia, 1889.



39. Livro de Atas, 1877-1878.

40. Livro de autoridades policiais, 1879.

41. Livro de autoridades policiais, 1880-1882.

42. Livro chefe de polícia, 1875.

43. Livro - Petições e Despachos, 1878.

44. Caixa - Documentos avulsos, Teresina, 1860-1863, 1861, 1864, 1862.

45. Caixa - Documentos avulsos, Teresina, 1870-1875.

46. Caixa - Teresina autos de crimes, 1864, 1866, 1877, 1890, 1916-1917.

47. Caixa - Documentos de Teresina - Ofícios avulsos, 1870-1875.

48. Caixa - Documentos avulsos, Teresina, 1852-1873.

# RELATÓRIOS *


01. PIAUÍ. Secretário da Fazenda, 1900-1912 (João Augusto Rosa). **Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, Governador do Estado do Piauí em 20/05/1904 pelo secretário do Estado da Fazenda João Augusto Rosa,** Teresina, Tip. Piauí, 1906.

02. PIAUÍ. Chefe de Polícia, 1880 (Jesuino José de Freitas). **Relatório apresentado pelo Sr. Dr. Jesuino José de Freitas, Chefe de polícia - 1880.**

03. PIAUÍ. Presidente, 1879 (João Pedro Belfort Vieira). **Relatório do Presidente da Província do Piauí, Dr. João Pedro Belfort Vieira, em 11/12/1879.**

04. PIAUÍ. Presidente, 1878 (Sancho de Barros Pimentel). **Relatório em que o Exmº. Sr. Presidente desta Província, Dr. Sancho de Barros Pimentel, abriu em 1º/06/1878 a 1ª sessão da 22ª Legislatura da Assembléia Legislativa.**

05. PIAUÍ. Presidente, 1877 (Graciliano de Paula Batista). **Relatório do Exmº. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista em 13/08/1877.**

06. PIAUÍ. Vice-Presidente, 1879-1880 (Manoel Ildefonso de Sousa Lima). **Relatório em que o Exmº. Sr. 4º Vice-Presidente Dr. Manoel Ildefonso de Souza Lima passou a administração da Província do Piauí ao Exmº. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura em 04/03/1880.**

07. PIAUÍ. Presidente, 1882-1883 (Miguel Joaquim D'Almeida e Castro). **Relatório do Exmº. Sr. Presidente da Província do Piauí, Dr. Miguel Joaquim D'Almeida e Castro, em 05/04/1883.**


* *Essas fontes foram pesquisadas no Arquivo Público do Estado do Piauí.*

# LIVROS, ARTIGOS DE PERIÓDICOS E TESES


01. ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **O Poder e a seca no Piauí (1877-1879),** Teresina: FUFPI, 1991.

02. BAPTISTA, Benjamin de Moura. **Corographia do Piauí,** Rio de Janeiro: 1910.

03. BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. **Theresina. Teresina. Terezina:** Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1993.

04. _____ . **O Parnaíba, contribuição à história de sua navegação.** Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

05. BARBOSA, Tanya Maria Brandão. **A elite colonial piauiense:** família e poder, São Paulo, USP, 1993, tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, 1993.

06. BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, PMT, 1994.

07. BATISTA, Jônatas. **Poesia e prosa**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

08. BORIS, Fausto. **Crime e cotidiano:** A criminalidade em São Paulo, 1880-1924. São Paulo, Prilivro, 1984.

09. BRANCO, Teodoro de Carvalho e Silva. **A harpa do caçador,** Maranhão, 1884.

10. BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1983. Coleção Tudo é História, nº 52.

11. _____ . "Lógica e dissonância: Sociedade do Trabalho: lei, ciência e resistência operária". **Revista Brasileira de História,** nº 11, p.7-14, set./1985 a fev./1986.

12. _____ . "Metrópoles: as faces do monstro urbano. As cidades no século XIX". **Revista Brasileira de História**. nº 8/9, p.11-35, set./1984 a abr./1985.

13. BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800: São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

14. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

15. _____ . **Os bestializados:** O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

16. CASTELO BRANCO, Hermínio. **Lira sertaneja**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1988.

17. CASTORIADIS, Cornelius - **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

18. CASTRO, Nasi. **Amarante - folclore e memórias**. Teresina. Projeto Petrônio Portella, 1991.

19. CHALHOUB, Sidney. "Trabalho Escravo e Trabalho Livre na cidade do Rio de Janeiro: vivência de libertos, "Galegos e mulheres pobres". **Revista Brasileira de História**. nº 8/9, p.84-116, set./1984 a abr./1985.

20. _____ . **Trabalho, lar e botiquim.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

21. COMISSÃO PIAUIENSE DE FOLCLORE. **O Piauí e a cultura popular.** Teresina: Fundação Cultural do Piauí, s/d.

22. COSTA, F.A. Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v.2.

23. COSTA, João da Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

24. COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

25. CHAVES, Joaquim (Pe). **Teresina - subsídios para a História do Piauí.** Teresina, Papelaria Piauiense, 1952.

26. CUNHA, Higino. **Memórias: (Traços autobiográficos)**, Teresina: Imprensa Oficial, 1940.

27. CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do Mundo Junquery, a história de um asilo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

28. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



29. DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente (1300-1800)**, São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

30. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

31. DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho**. João Pessoa: 1988. Dissertação (Mestrado em Política e Trabalho), Universidade Federal da Paraíba, 1988.

32. DOBAL, Hindemburgo. **Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.

33. DUPRAT, Catherine. "Punir e Curar" em 1919, a prisão dos filantropos. **Revista Brasileira de História**, nº 14. mar./ago. 1987.

34. EISEMBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

35. ENGEL, Mazali. **Meretrizes e doutores.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

36. FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira:** o Brasil republicano. Estrutura de poder e economia, 1889-1930. São Paulo: Difel, 1977. t.s, v.1.

37. FENELON, Déa R. Trabalho, Cultura e História Social: perspectivas de investigação. In: **Projeto História.** São Paulo: PUC-SP, jan./1985. p.21 a 37.

38. FERRY, João. **Chapada do Corisco.** Teresina: 1952.

39. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

40. _____ . **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

41. FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1988.

42. _____ . **Os Fatores do Coelhado**. Teresina: Tip. Democrata, 1892.

43. GAMEIRO, Alvina. **Chico vaqueiro do meu Piauí**. Fortaleza, Henriqueta Galeno, 1971.

44. GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

45. GOMES, José Airton Gonçalves. **Teresina ontem e hoje**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.

46. GONÇALVES Jr., Antônio José. Antonio José Gonçalves. **O que é urbanismo**. São Paulo: Brasiliense, 1990. Coleção Primeiros Passos, nº 246.

47. GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário histórico-biográfico piauiense**. Teresina: Editora Júnior, 1994.

48. HARDMAN, Foot Francisco. **Trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

49. HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

50. HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

51. KNOX. Miridan Britto. **Escravos do sertão**: Demografia, trabalho e relações sociais. Piauí, 1826-1888. São Paulo: USP, 1993. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 1993.

52. KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**. A origem do trabalho livre no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1987.

53. LE Goff, Jacques et al. **A história nova**. Lisboa: Martins Fontes, 1990.

54. _____. **História:** novas abordagens. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

55. _____. **História:** novos problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

56. _____. **História:** novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

57. LEITE, Miridam Moreira. (org.) **A condição feminina no Rio de Janeiro**, século XIX. São Paulo: Hucitec, 1984.

58. LOUREGA, Maria José Menezes. **A criança sob o olhar vigilante do adulto**. Curitiba (1909 a 1927). São Paulo: PUC, 1991. Dissertação (Mestrado em História Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

59. MACHADO, Maria Clara Tomaz. A questão urbana - parte da estratégia da dominação burguesa. **Revista do Departamento de História**. nº 4, jun./1987.

60. MACHADO, Roberto. et al. **Danação da norma: Medicina Social e Constituição de Psiquiatria no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

61. MAFFESSOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: edição Rocca, 1984.

62. MARTINS, Elias. **Frei Serafim de Catânia**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

63. MARTINS, José de Souza. **Subúrbio** - vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do final do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec, 1992.

64. MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

65. MORAIS, Filho Melo. **Festas e tradições do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

66. NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987.

67. NEVES, Abdias. **Um manicaca**. Teresina: Libro Papelaria Veras, 1909.

68. NORBERT, Elias. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.

69. NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. **A luta pelo poder político no Piauí:** ascensão e queda da oligarquia Pires Ferreira, 1889-1920. Teresina: 1988 (mimeo).

70. NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí.** Rio de Janeiro: Artenova, 1972, v. 4.

71. OLIVEIRA, Noé Mendes de. **Folclore no Piauí**. Teresina: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.

72. PASSOS, Artur. **Folclore Piauiense**. Teresina: Edições Cultura, 1965.

73. PECHMAN, Sérgio. "A Reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século". **Revista Brasileira de História**. nº 8/9, p.139-194, set.1984/abr.1985.

74. PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

75. PINHEIRO, João. et al. **Teresina em 1902**. Teresina: Tipografia do

Artista, 1902.

76. PINTO, Maria Inez M. Borges. **Cotidiano e sobrevivência - a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo. 1890-1914**. São Paulo: 1984. Tese (Doutorado em História Social), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1984.

77. QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920**, Curitiba: 1984. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Universidade Federal do Paraná, 1984.

78. _____ . "A economia piauiense 1850-1950". **Projeto delimitação e regionalização do Brasil semi-árido**. Teresina, CNPq/SUDENE/FUFPI, 1984.

79. _____ . **Os Literatos e a República**. Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. São Paulo: USP, 1992. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 1992.

80. RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

81. RIBEIRO, Renato Janine. **Recordar Foucault**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

82. ROSEN, George. **Da polícia médica à medicina social**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

83. RUDÉ, George. **A multidão na história:** estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

84. SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada**. São Paulo: Hucitec, 1986.

85. SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense**. Teresina: Cultura, 1964.

86. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão** - tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989.

87. _____ . **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

88. SEBASTIÃO, Rogério de Barros da Ponte. **Ruas limpas, novos corpos**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.



89. SILVA, Pedro. **O Piauí no folclore**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

90. SILVA, Josias Clarence Carneiro. **Encanto e terror das águas piauienses**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1982.

91. SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

92. SOUZA, José Mendes de. **O rico e o pobre**. Biblioteca do cordel: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.

93. STORCH, Robert. "O policiamento do cotidiano na cidade vitorina", **Revista Brasileira de História**. nº 8/9. set.1984/abr.1985.

94. THOMPSON, E.P. **Tradición, revuelta y consciência de clase**. Barcelona: Crítica, 1984.

95. _____ . **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

96. _____ . **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1.

97. TITO FILHO, Arimathéa. **Crônica da cidade amada**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1977.

98. _____ . **Praça aquidabã, sem número**. Rio de Janeiro: Artenova, 1985.

99. _____ . **Teresina: ruas, praças e avenidas**. Teresina: 1986.

100. _____ . **Teresina em cordel**. Teresina: COMEPI, 1982.

101. TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem.** Rio de Janeiro: COPPE, 1989.

102. WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

**PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA**
Francisco Gerardo da Silva

**PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL MONSENHOR CHAVES**
Eugênia Maria Parentes Fortes Ferraz

**SUPERINTENDENTE**
Amália Maria Lages Teles

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARTES**
Francisco Ací Gomes Campelo

**COORDENADOR DE LITERATURA E EDITORAÇÃO**
José Elmar de Mélo Carvalho

**CONSELHO EDITORIAL**
Francisco Hardi Filho
Francisco Miguel de Moura
João Bosco da Silva
José Airton Ferreira de Sousa
José Elmar de Mélo Carvalho
Marcelino Leal Barroso de Carvalho
Rubervam Maciel do Nascimento

**REVISÃO**
Magnólia Belarmino de Sousa Barbosa
Maria Elisabeth Paiva Sousa Medeiros
Maria Mafalda Baldoino de Araújo

**CAPA**
Nivaldo Barros (ENEBÊ)

**FOTO/CAPA**
Aureliano Müller

**EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**
José Ribamar Albano

**COMPOSIÇÃO**
Raimundo Marcelo e Juraci Sousa

**IMPRESSÃO**
Gráfica e Editora Júnior Ltda.

DOAÇÃO